

# **SER BAIANO**

## **NA MEDIDA DO RECÔNCAVO**

REITOR

Sílvio Luiz Oliveira Soglia

VICE-REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos



Editora UFRB

SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Américo Almassy Júnior

Celso Luiz Borges de Oliveira

Geovana da Paz Monteiro

Jeanne Saskya Campos Tavares

Léa Araújo de Carvalho

Nadja Vladi Cardoso Gumes

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

Silvana Lúcia da Silva Lima

Wilson Rogério Penteadó Júnior

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

J. PÉRICLES DINIZ

**SER BAIANO**  
NA MEDIDA DO RECÔNCAVO



Editora UFRB

Cruz das Almas/Bahia - 2019

Copyright©2019 José Péricles Diniz.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

*Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:*

Humberto Sampaio Rey

*Revisão e normatização técnica:*

Reginaldo Vasconcelos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

B151s Bahia, José Péricles Diniz  
Ser baiano na medida do Recôncavo / José Péricles  
Diniz Bahia - Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.  
252 p.

ISBN 978-85-5971-086-1

1. Recôncavo 2. Baianidade 3. Jornalismo 4.  
Identidade I. Título.

CDD 070.4

Ficha Catalográfica elaborada por Ivete Castro CRB/1073



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro  
44380-000 Cruz das Almas – BA  
Tel.: (75) 3621-7672

[editora@reitoria.ufrb.edu.br](mailto:editora@reitoria.ufrb.edu.br)

[www.ufrb.edu.br/editora](http://www.ufrb.edu.br/editora) | [www.facebook.com/editoraufrb](https://www.facebook.com/editoraufrb)

# SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 7   |
| <b>O RECÔNCAVO DA BAHIA</b> .....                               | 15  |
| Formação histórica .....  | 15  |
| Vista permanente para o mar.....                                | 23  |
| O império de açúcar.....  | 24  |
| Acabou-se o que era doce .....                                  | 27  |
| <b>REPRESENTAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO<br/>DA REALIDADE</b> ..... | 33  |
| Características da narrativa .....                              | 33  |
| Análise do discurso e relações de poder.....                    | 37  |
| Cultura e hegemonia .....                                       | 46  |
| Identidade nacional e representação.....                        | 61  |
| A noção de baianidade.....                                      | 71  |
| <b>OS JORNAIS DA CACHOEIRA</b> .....                            | 87  |
| Recopilador Cachoeirense .....                                  | 88  |
| O Constitucional Cachoeirano.....                               | 89  |
| O Paraguassu.....   | 90  |
| O Povo Cachoeirano .....  | 91  |
| O Argos Cachoeirano.....  | 91  |
| A Voz da Mocidade .....   | 93  |
| O Almotacé.....   | 94  |
| O Vinte e Cinco de Junho .....                                  | 95  |
| Jornal da Cachoeira .....                                       | 96  |
| O Progresso .....   | 96  |
| O Americano.....  | 97  |
| A Formiga .....   | 99  |
| A Grinalda .....  | 100 |

|   |            |
|---|------------|
| A Ordem.....                            | 100        |
| Sentinella da Liberdade .....           | 102        |
| Echo Popular .....                      | 103        |
| A Verdade.....                          | 104        |
| O Guarany .....                         | 105        |
| O Futuro.....                           | 106        |
| O Santelmo .....                        | 107        |
| Diário da Cachoeira .....               | 108        |
| Echo do Povo .....                      | 108        |
| A Imprensa.....                         | 108        |
| O Brazil.....                           | 109        |
| O Tempo.....                            | 109        |
| O Republicano.....                      | 110        |
| A Cachoeira .....                       | 111        |
| Pequeno Jornal .....                    | 112        |
| <b>CONSTRUINDO ARQUÉTIPOS.....</b>      | <b>115</b> |
| Ordem e Progresso .....                 | 116        |
| Os políticos .....                      | 131        |
| A imprensa.....                         | 138        |
| Brasil.....                             | 154        |
| O povo brasileiro.....                  | 163        |
| A Bahia e o baiano.....                 | 186        |
| O cachoeirano .....                     | 200        |
| Baianidade.....                         | 211        |
| <b>SER BAIANO .....</b>                 | <b>221</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                | <b>232</b> |
| <b>MATÉRIAS E ARTIGOS CITADOS .....</b> | <b>235</b> |
| <b>RELAÇÃO DOS JORNAIS</b>              |            |
| <b>DA CACHOEIRA - 1823 A 1938.....</b>  | <b>240</b> |

## INTRODUÇÃO

O objeto deste livro é um conjunto de periódicos impressos que circulou na região do Recôncavo da Bahia – mais especificamente na cidade de Cachoeira – em período representativo de sua formação histórica. Tais edições, enquanto produtos específicos da narrativa jornalística, exerceram papel fundamental na formação de identidade dessa região, ela própria de importância sociocultural inquestionável para o desenvolvimento daquilo que o organismo midiático nacional convencionou chamar de baianidade, bem como seus arquétipos tão difundidos pelo turismo e através de produtos como a música, a literatura, o humor e até mesmo a chamada crítica social veiculada através dos artigos e editoriais desta mesma imprensa.

Para tanto, é preciso propor e defender a tese de que o discurso jornalístico é, efetivamente, um instrumento tão eficaz e influente quanto às tradições, as práticas culturais e formais de ensino na formação de valores e no estabelecimento de noções como cidadania, urbanidade, progresso ou nacionalismo. Também foram apreciadas questões como a apropriação dos estereótipos (o mulato pachola, a morena sensual, o baiano preguiçoso, o povo cordial e festeiro) ou ainda os reforços ao discurso do poder hegemônico em relação a grupos específicos, como as mulheres, os negros e os trabalhadores.

O objetivo foi identificar e levantar na trajetória dos veículos da imprensa periódica regional as influências mais significativas na formação da identidade sociocultural do Recôncavo da Bahia, buscando estabelecer como foi articulado historicamente o discurso predominante, em suas dimensões política e ideológica, bem como demonstrar como essa imprensa efetivamente participa desse processo de produção de representações e de sentidos.

Para tanto, busquei definir, inicialmente, quais as localidades mais importantes da região em termos de influência socioeconômi-

ca, geopolítica, histórica e cultural. Assim, é correto destacar Cachoeira, São Félix, Muritiba, Jaguaripe, Nazaré, Maragojipe, Santo Amaro e até mesmo Santo Antônio de Jesus, que em uma análise mais rigorosa em termos geográficos, históricos ou mesmo culturais, nem poderia ser incluído nesta relação de cidades do Recôncavo. Entretanto, concentrei-me na localidade de Cachoeira, por seu pioneirismo e intensa produção jornalística, sobretudo a partir do Século XIX e até a primeira metade do Século XX.

Defini o período a ser abordado entre o ano de 1823 – quando surgiu o primeiro jornal impresso em uma localidade do interior da Bahia, O Independente Constitucional, da cidade de Cachoeira – até pelo menos o encerramento do ciclo da cana-de-açúcar, entre o final do Século XIX e a primeira metade do século passado.

Neste universo, já bastante amplo, selecionei os jornais de maior destaque, a partir de parâmetros como a periodicidade, formato e tiragem até a sua longevidade, o tempo em que esteve em circulação, abrangência, influência política ou algum detalhe curioso ou peculiar em sua trajetória. O levantamento de tais características, complementado e enriquecido com testemunhos e relatos de época, certamente fornece pistas seguras para balizar a efetiva abrangência e poder político de cada publicação.

Assim, foram pesquisados 28 periódicos cachoeiranos, a saber, O Recopilador Cachoeirense (1832), O Constitucional Cachoeirano (1837), O Paraguassu (1847), O Povo Cachoeirano (1849), O Argos Cachoeirano (1850), A Voz da Mocidade (1850), O Almotacé (1850), O Vinte e Cinco de Junho (1853), Jornal da Cachoeira (1855), O Progresso (1860), O Americano (1867), A Formiga (1869), A Grinalda (1869), A Ordem (1870), Sentinella da Liberdade (1870), Echo Popular (1874), A Verdade (1876), O Guarany (1877), O Futuro (1878), O Santelmo (1880), Diário da Cachoeira

(1880), Echo do Povo (1881), A Imprensa (1884), O Brazil (1886), O Tempo (1887), O Republicano (1890), A Cachoeira (1896) e Pequeno Jornal (1912).

Este levantamento incluiu o nome do periódico, data de fundação, proprietário(s), periodicidade, número de páginas, formato/colunagem, linha editorial, seções e colunas. Além de elaborar um perfil historiográfico destes periódicos, para efeito de registro, diagnóstico e comparação, foi possível definir o tipo de jornalismo praticado predominantemente, através do levantamento de suas características gerais e das estratégias narrativas adotadas, estabelecendo relação com os modelos tradicionais de desenvolvimento histórico da atividade jornalística nacional.

Tratava-se – de fato – de uma imprensa tribunistas, ocupada principalmente em difundir os recém-adquiridos valores liberais europeus, como independência, progresso e república. Ao analisar seu discurso, foi possível distinguir categorias específicas, classificando os temas propostos e as abordagens assumidas, bem como identificando nestes textos a ideologia que sustenta os discursos, a partir do contexto social e cultural aos quais se referem. Neste sentido, ideologia deve ser aqui entendida como a manipulação a serviço dos indivíduos e grupos que detêm certa hegemonia de poder econômico, político ou cultural – no caso, os homens de imprensa e seus periódicos impressos – das formas simbólicas de significações.

Para analisar a produção discursiva da imprensa não se deve, portanto, deixar de considerar a sua condição institucional de poder, o seu lugar de fala. Assim, foi possível reconhecer as identidades construídas e compreender como se deu a atribuição de sentidos nos processos discursivos utilizados nos textos noticiosos, refletindo sobre as relações de poder estabelecidas no processo de formação de identidade cultural, especificamente a partir do discurso jornalístico.

Para tanto, foi necessário aprofundar questões ligadas à natureza dos textos noticiosos e suas estratégias discursivas, para então levantar e classificar o conteúdo editorial ligado à construção ou reforço de arquétipos relacionados à cultura regional.

Parte integrante, testemunha e herdeiro das condições socioeconômicas que moldaram aspectos dos mais significativos para a história da Bahia, o Recôncavo tem sido fundamental para a consolidação daquilo que se convencionou chamar de *baianidade*, construção que dispõe da imprescindível participação da imprensa, inserida que está na complexa estrutura de mídia voltada cada vez mais ao entretenimento e ao turismo. Neste sentido, a região oferece campo vasto e pouco explorado à pesquisa documental que inicialmente levante ao menos parte do seu acervo de periódicos.

A partir daí, foi possível trabalhar em uma análise mais aprofundada das condições em que se deram e se desenvolveram as práticas jornalísticas e suas relações com a comunidade. Em decorrência, ao selecionar e classificar para análise uma mostra significativa daquilo que foi veiculado em relação à criação, legitimação e reforço de representações sociais, atribuição de valores ou cristalização de estereótipos, logramos compreender como foram configurados e articulados ideologicamente os discursos destinados à formação de sua identidade regional.

Pois cabe à imprensa, certamente, o papel de um dos mais eficazes instrumentos na tarefa de difundir e aprofundar o conhecimento das realidades sociopolíticas e culturais de uma nação ou região. Nos periódicos impressos é possível encontrar os temas e problemas mais caros e urgentes para dado período histórico. Através deles, é facultada a oportunidade de resgatar tais questões para (re)apresentá-las ao debate, (re)ver posições e (re)estabelecer marcos e paradigmas.

Não se trata somente de registro histórico ou de apresentação de temas para o aprofundamento de discussões de cunho sociológico ou antropológico, mas da apresentação de projetos e propostas ideológica e historicamente situados, através do debate vivo de testemunhos e de ações, de tradições, eventos e práticas consolidadas, da defesa de posições individuais ou de uma categoria inteira. Tais pressupostos servem de base para interpretar os discursos sobre formação de identidade cultural na Bahia, a partir das ideias veiculadas pela imprensa regional, a partir do resgate do seu registro histórico.

O trabalho decerto foi facilitado pela experiência profissional que acumulei durante mais de 13 anos, entre 1989 e 2002, à frente da sucursal regional do jornal *A Tarde* (à época o maior do Norte e Nordeste do País em tiragem e circulação), sediada na cidade de Santo Antônio de Jesus, mas responsável pela cobertura de 45 localidades circunvizinhas.

A própria presença desta sucursal na cidade, centro comercial e financeiro da região, acabou por modificar o discurso institucional das suas lideranças empresariais e políticas, que até então – início dos anos 90 do século passado – faziam questão de não serem confundidas como integrantes desta região empobrecida e herdeira de tradições fortemente ligadas à música e ao sincretismo religioso, mas logo depois, certamente estimuladas pela evidência proporcionada por uma exposição maior e mais regular junto à mídia estadual, passaram a se autodenominar *a capital do Recôncavo*. Apesar de não manter com a região praticamente nenhum laço geográfico. Por todas estas questões, considero a abordagem proposta neste livro pioneira e inédita em relação ao Recôncavo da Bahia.

Um dos primeiros e mais importantes cuidados metodológicos assumidos ao encarar o desafio desta investigação foi buscar não me colocar no papel de intérprete do objeto de estudo aqui recorta-

do. Para tanto, parti do pressuposto de que o discurso construído é apenas uma das possibilidades de interpretação do real. Buscando, assim, estabelecer um diálogo com o próprio objeto estudado e com os demais agentes sociais envolvidos no processo.

O jornalista cede com frequência à tentativa de apresentar-se como o intérprete de determinado fato, momento ou realidade específica, papel que dele requer lidar com conceitos controversos, como *objetividade* ou *imparcialidade*, para a (re)montagem do discurso. Com isso em mente, tratei de esforçar-me o máximo possível em abdicar das minhas opiniões sobre o assunto, embora mantendo plena consciência de que o autor de uma investigação de qualquer natureza ou método simplesmente não é neutro. O que certamente é mais produtivo que escudar-me numa afirmação de neutralidade científica vazia e extemporânea.

Esta pesquisa incluiu uma ampla revisão de literatura e levantamento bibliográfico, documental e eletrônico a fim de estabelecer os referenciais teóricos que balizassem e aprofundassem questões como as características do discurso jornalístico, seus critérios de noticiabilidade e estabelecimento de pautas, os padrões de manipulação da informação na construção dos discursos hegemônicos, a importância da análise do discurso na leitura das relações de poder, o referencial teórico e histórico do uso do jornal impresso como fonte de pesquisa, entre outros temas correlatos.

Envolveu também o levantamento da realidade socioeconômica e da memória regional, sobretudo no que diz respeito à publicação de periódicos, envolvendo a busca em acervos de Salvador (Arquivo Público da Bahia e Biblioteca Central do Estado da Bahia), Cachoeira (coleções particulares), São Félix (Arquivo Público Municipal) e de outras localidades do Recôncavo, bem como do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Uma dificuldade adicional enfrentada na elaboração desta pesquisa foi ter de lidar com pelo menos quatro formatos ortográficos distintos de português, desde aquele praticado nos períodos colonial e imperial, seguindo-se a fase da República até a forma contemporânea, lembrando que iniciei este trabalho no ano de 2007, portanto antes da implantação da reforma destinada a unificar a escrita em todos os países de língua portuguesa, em 2009. Optei, então, por manter a grafia original nas citações dos jornais e documentos pesquisados, seja em português ou em dialetos estrangeiros, acrescentando quando necessário a sua tradução e/ou interpretação. Para a forma final deste relato, uso a nova ortografia unificada, obrigatória desde 2011, coincidentemente marco do bicentenário da imprensa na Bahia.



## O RECÔNCAVO DA BAHIA

A região do Recôncavo passou a ser assim conhecida a partir do Século XVI e engloba uma faixa de terra formada por mangues, baixios e tabuleiros que contornam a Baía de Todos os Santos. Pode ser descrita como um retângulo de aproximadamente 10 mil quilômetros quadrados na direção nordeste-sudeste, entre os meridianos 37 e 39 a oeste de Greenwich e no limite entre os paralelos 12 e 13 ao sul do equador. É uma área de topografia baixa até os limites de Cruz das Almas, com predominância dos solos de massapê e clima tropical úmido. Entre suas principais formações naturais estão a Baía de Todos os Santos e suas ilhas, a Serra da Jiboia e os ecossistemas costeiros de Maragogipe, Nazaré, Jaguaripe e Valença. Merece destaque, ainda, o lago artificial formado pela barragem de Pedra do Cavalo. Tem ao norte os municípios de Feira de Santa e Alagoinhas, entre outros menores; a leste o Oceano Atlântico; ao Sul Valença e o Vale do Jiquiriçá; e a Oeste as localidades de Santo Estevão, Antonio Cardoso e Castro Alves. Em termos administrativos, reúne 35 municípios, em uma área de 10.400 quilômetros quadrados de extensão.

### **Formação histórica**

Quando chegaram os portugueses ao litoral da Bahia, esta região era habitada por índios tupis, mais especificamente pelos tupinambás e os tupiniquins, que há cerca de 200 anos migraram do alto Xingu, expulsando para o interior as tribos jês (tapuias) que a ocupavam até então. Mais para o Nordeste brasileiro moravam os cariris. Conforme a historiadora Kátia Queiroz Mattoso (1992, p. 69), “até 1534, os portugueses não se interessaram por aquela terra recém-descoberta, pois estavam empenhados na consolidação de

suas conquistas no Extremo Oriente”. A partir de então, começa a ganhar destaque a figura de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, um camponês português que se instalara – desde 1510 ou antes – no local onde mais tarde seria fundada a cidade do Salvador.

Algumas lendas acompanham a trajetória daquele branco que teria sido adotado pelos indígenas por sua capacidade de manipular o fogo, o trovão, mas o fato era que ele efetivamente se dedicava a intermediar o comércio de pau-brasil com os primeiros europeus que passaram a frequentar a costa local. Quando a política portuguesa mudou, por volta de 1530, ele passou a oferecer seus serviços aos novos colonos. Mas a estratégia inicial de implantar capitânias hereditárias fracassou, deixando como herança apenas a povoação criada por Francisco Pereira de Coutinho no local hoje conhecido como o Porto da Barra, apropriadamente chamada de Vila do Pereira, como ponto de apoio às embarcações que chegavam à Baía de Todos os Santos.

Neste lugar desembarcou, no ano de 1549, Tomé de Souza, designado governador geral do Brasil, com a missão de erguer a sua sede, a Cidade do Salvador. Ele escolheu um ponto mais alto (onde hoje ficam o Terreiro de Jesus e as Praças da Sé e Castro Alves) para fundar o povoamento, que já na primeira metade do Século XVI estava plenamente consolidada, tornando-se então ponto de partida e referência logística para a colonização das terras ao seu redor. A este respeito, diz Mattoso (1992, p. 727) que “a população das 47 aldeias de índios existentes no Recôncavo foi rapidamente dizimada, e a expansão dos colonos tomou a direção da península de Iguape, de Itapira e do Rio Vermelho”.

As terras que hoje são conhecidas como o Recôncavo da Bahia passaram a ser ocupadas com a criação da Capitania do Paraguaçu, através de carta régia assinada pelo rei Dom Sebastião, em 29 de

março de 1556. As primeiras incursões se deram a partir de 1558, sob o comando de Vasco Rodrigues de Caldas, mas também contaram com expedições lideradas pelo próprio governador-geral. De fato, em 1559, Mem de Sá comandou pessoalmente a expedição que fundou, no local conhecido como Engenho do Conde<sup>1</sup>, um importante engenho de açúcar, mais tarde doado aos jesuítas. Em torno dele surgiria o primeiro núcleo populacional da região.

De acordo com o historiador Luís Henrique Dias Tavares (2001), o território foi depois entregue ao colonizador Álvaro da Costa, filho do segundo governador-geral da colônia, Duarte da Costa, em recompensa por sua campanha militar na guerra contra os indígenas que habitavam o trecho entre os rios Paraguaçu e Jaguaripe. Após a completa destruição das aldeias tupinambás que havia nos arredores de Salvador, a expansão dos colonos apontava para as terras do Recôncavo. Com vários cursos navegáveis, a região facilitava o acesso e logo outro massacre seria perpetrado contra os habitantes nativos, a fim de abrir espaço para as plantações de algodão, mandioca e cana.

A exploração se deu, inicialmente, pelos conquistadores que navegavam, em geral, até Cachoeira e daí saíam abrindo trilhas em direção ao norte, levando carroças, mulas, cavalos e boiadas para as localidades hoje conhecidas como Jacobina, Maracás, Caetitê, Rio das Velhas e até as Minas Gerais. Estes caminhos de boiada seguiram para o sertão<sup>2</sup> e deixavam espaço no litoral para as plantações de cana, fumo e algodão, destinadas à exportação, que era a prioridade para a colônia. Neste sentido, uma lei foi assinada em 1688 e ratificada em 1701 proibindo a criação de bovinos em uma faixa de

1 No atual município de São Francisco do Conde.

2 De acordo com Kátia Queiroz Mattoso (1992), o termo deriva da expressão *desertão*, que os colonos usavam para designar as vastas extensões de terra árida da região.

60 quilômetros da beira-mar e margens de rios, a fim de impedir a competição entre o gado e as lavouras de monoculturas.

A primeira vila fundada na região foi a de São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde, no ano de 1693, em terras então pertencentes a Dom Fernando de Noronha. Explica Tavares (2001, p. 155) que “igual a outras vilas, também esta se originou da feira semanal armada em torno da primitiva capela do engenho”.

A segunda foi a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, também em 1693, originária da ocupação de um vale profundo à margem esquerda do maior dos rios do Recôncavo. O Paraguaçu tem 664 quilômetros de extensão, mas não é totalmente navegável, em razão das grandes cachoeiras que possui. E a primeira delas desde a embocadura, 33 quilômetros continente adentro, estava justamente no local onde surgiria a povoação, em terras pertencentes a Gaspar Rodrigues Adorno. Seu crescimento foi rápido e já em 1674 ganhou a categoria de freguesia, antes de tornar-se vila.

A localidade “ganhou enorme importância no século XVIII por causa de sua condição de centro comercial de uma região que incluía o Rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do Rio São Francisco” (TAVARES, 2001, p. 155). No dia 13 de março de 1837, teve seu núcleo urbano elevado à categoria de cidade, com o título de Heroica Cidade de Cachoeira.

Em 1875, uma ferrovia estabeleceu ligação permanente com Feira de Santana e, em 1886, com São Gonçalo dos Campos, então destacado produtor de fumo. Apesar de festejadas nestes tempos pioneiros, tais iniciativas podem ser consideradas muito pouca coisa em relação ao grande potencial para o desenvolvimento que tinha a região e o volume da riqueza que por ela passou ao longo destes séculos.

O prestígio de Cachoeira pode ainda ser medido pelo fato de ter sido a primeira cidade baiana a ganhar uma ponte, no ano de

1885, facilitando bastante o transporte para a vizinha São Félix, até então complicado e perigoso em razão das frequentes cheias do Paraguaçu. Neste período, um barco levava pouco mais de sete horas para alcançar Salvador. A partir de 1819, o Vapor de Cachoeira passou a fazer a ligação à capital, depois de atravessar a Baía de Todos os Santos.

Seu território atual é de 398 quilômetros quadrados. Graças ao inestimável patrimônio arquitetônico e paisagístico, um dos mais importantes de toda a América Latina, Cachoeira é considerada monumento nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de acordo com o decreto 68.045, de janeiro de 1971.

Na segunda metade do Século XVIII, a antiga capitania do Recôncavo foi revendida à Coroa por 640 mil *réis* a fim de ser incorporada à Capitania Geral da Bahia, já então administrada pelo próprio governo lusitano. No início do Século XIX, a região passou a fazer parte da Comarca da Capital, junto à cidade do Salvador. Contava, então, com oito importantes municípios: São Francisco do Conde, Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, Nazaré, Aratuípe e Candeias.

O Recôncavo participou ativamente das movimentações políticas que impulsionaram as campanhas pela independência do Brasil e também pela instalação da República. Por exemplo, quando o príncipe regente Dom Pedro foi aclamado imperador de um Brasil independente da Coroa Portuguesa e Salvador foi ocupada militarmente pelo Governador das Armas, Brigadeiro Inácio Luís Bandeira de Mello, um grande número de famílias abandonou a Capital e se refugiou nas Vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Maragogipe e Cachoeira. Com a Câmara de Salvador proibida de se reunir, o reconhecimento oficial dos baianos ao governo de Pedro I

se deu no Recôncavo, numa sequência de atos políticos e militares que marcaram a história da independência brasileira.

Em 25 de junho de 1822, a Câmara de Cachoeira se reuniu para aclamar o novo imperador, sob proteção de 400 homens armados que se concentraram em frente ao prédio. Assim que a ata foi lavrada, uma escuna canhoneira lusa fechou o porto e começou a disparar contra a Vila. A resistência durou três dias, mas os cachoeiranos conseguiram aprisionar o barco e 26 marujos portugueses, conforme relata Tavares (2001).

Sessões idênticas foram realizadas nas Vilas de Maragojipe, São Francisco do Conde e Santo Amaro, daí surgindo o conselho político que planejou e coordenou as primeiras ações militares para tomar de volta à Capital da Bahia. As vilas do Recôncavo forneceram não apenas a logística e a disposição de lutar pela independência brasileira, mas inclusive os soldados, as armas e os recursos necessários ao esforço de guerra que duraria cerca de um ano, até o 2 de julho de 1823.

Ao avaliar o papel preponderante desempenhado pela região na vida política da província ao longo do Século XIX, Mattoso (1992, p. 257) afirma que não havia muitos representantes da nobreza junto ao Conselho Municipal de Salvador, uma vez que “a maioria dos nobres morava no Recôncavo, e não na cidade propriamente dita”. Mas lista três personalidades, todas de origem social simples e trajetórias consideradas brilhantes, com pelo menos um deles registrando importante atuação junto à imprensa baiana.

O primeiro foi Ângelo Muniz da Silva Ferraz (1812-1867), filho de um modesto proprietário de terras em Valença, que foi Promotor Público, Desembargador, Juiz, Deputado Provincial e da Assembleia Geral (esta, de abrangência nacional), Inspetor-Geral da Alfândega, Senador e Ministro da Guerra, sendo recompensado por

seus serviços a Dom Pedro II com o título de Barão de Uruguaiana. O outro personagem citado foi Bellarmino Sylvestre Torres (1829-1896), filho de um fogueteiro da cidade de Nazaré que chegou a ser padre, mas largou a batina pelo amor de uma viúva e acabou tornando-se chefe político na região de Condeúba. Foi comissário de ensino público e cofundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sendo eleito por duas vezes deputado da Assembleia Provincial.

Todavia, destaque especial deve ser dado a Francisco Gomes de Brandão (1794-1870), filho de um capitão de navio negreiro e uma ex-escrava, mestiço, nascido em Salvador, mas cuja trajetória ficaria intensamente ligada à Cidade de Cachoeira. Ele foi criado em Penedo<sup>3</sup> e aos 14 anos ingressou no curso secundário da Escola dos Franciscanos da Capital baiana, mas por falta de vocação religiosa terminou optando pela medicina. Curso que, afinal, não concluiu, preferindo mudar-se para Coimbra a fim de estudar direito e filosofia. Nesta época, acrescenta Mattoso (1992, p. 273), “ganhando brilhante reputação nos estudos e péssima nos costumes”. Formado em Leis em 1821, voltou à Bahia, onde fundou uma sociedade maçom para defender o constitucionalismo e passou a integrar o quadro de redatores do jornal *O Diário Constitucional*. No ano seguinte, foi condecorado por Dom Pedro I com a Ordem do Cruzeiro, pela defesa incondicional do movimento pela independência.

Em 1823, furou o cerco português à região para buscar no Rio de Janeiro uma tipografia completa, com a qual passou a editar, na cidade de Cachoeira, o *Independente Constitucional*, primeiro jornal impresso no interior baiano e principal porta-voz das lutas pela independência. Assumiu o pseudônimo de Francisco Gê de Acaia-

---

<sup>3</sup> Localidade hoje pertencente ao Estado de Alagoas, mas na época subordinada à Capitania de Pernambuco.

ba Montezuma, misturando vocábulos indígena, africano e asteca. Consolidada a vitória das forças nacionalistas, foi eleito deputado constituinte, mas considerado liberal demais pelo Imperador, acabou deportado para a França quando a Constituinte foi dissolvida pelo monarca. Ficou oito anos em prisão domiciliar em Orleans.

Com a abdicação de Pedro I, voltou ao Brasil em 1831, sendo então eleito suplente à segunda legislatura da Assembleia Geral. Tornou-se mais conservador a partir daí, chegando a publicar artigos antirrepublicanos e dirigindo dois jornais de oposição ao Governo da Regência. Mas, justificando novamente sua carreira cheia de reviravoltas, foi nomeado Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, em 1835, durante a regência do padre Diogo Feijó. Foi Ministro Plenipotenciário em Londres, de setembro de 1840 a agosto de 1841, até se desentender com o Ministro de Negócios Estrangeiros e voltar ao Brasil, onde decidiu seguir com a carreira de advogado. Foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi eleito novamente deputado, desta vez pela Província do Rio de Janeiro, entre 1847 e 1850. Recebeu de Dom Pedro II o título de Visconde de Jequitinhonha, em 1854.

A campanha republicana também teve participação das lideranças políticas da região. Alguns dos primeiros jornais baianos, fora de Salvador, a publicar artigos favoráveis aos ideais republicanos foram o cachoeirano Sentinella da Liberdade, no ano de 1870; e o santamarense O Popular, em 1872, conforme conta Tavares (2001, p.294). Vários clubes republicanos surgiram em Vilas como a de Curralinho (atual Castro Alves), Nazaré, Cruz das Almas, Santo Amaro e Cachoeira. Para Tavares (2001, p.295), tais organizações eram politicamente inexpressivas e, portanto, demonstraram timidez e indecisão quando proclamada a República, “comportamento

que contribuiu para a iniciativa do governo monarquista provincial no sentido de estabelecer na Bahia um centro de resistência em defesa do regime monárquico e da pessoa do imperador Dom Pedro II”.

O monarca estivera em visita à região cerca de 30 anos antes, em outubro de 1859, quando visitou Santo Amaro, Jaguaripe, Nazaré, Maragojipe, São Francisco do Conde, Cachoeira e São Félix. Cachoeira guarda até hoje um patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural de grande riqueza.

### **Vista permanente para o mar**

Kátia Mattoso (1992, p. 9) refere-se à região do Recôncavo como uma hinterlândia, termo definido pelo Novo Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004, p. 1042) como “território situado por trás de uma costa marítima ou de um rio”. De fato, tal característica a define e marca sua estreita relação geográfica, social, cultural e econômica com a Cidade do Salvador. Neste sentido, ela afirma que “unidas, imbricadas, as duas áreas sempre formam um todo, enfrentando juntas quaisquer circunstâncias. Como o Recôncavo está voltado para o mar, sua orla e seus rios foram a própria vida da província” (MATTOSO, 1992, p. 42).

Até o final do Século XIX, as estradas eram escassas e precárias na região, enquanto que os cursos d’água abundavam. Por isso, uma frota estimada em cerca de mil pequenas embarcações fazia a ligação, através da Baía de Todos os Santos<sup>4</sup>, entre a Capital, suas ilhas e os rios que levavam ao Recôncavo. Eram barcos na maior parte rudimentares, como canoas, botes, barçaças, saveiros e jangadas de qua-

---

<sup>4</sup> É a maior baía de todo o litoral brasileiro, com mais de mil quilômetros quadrados de extensão e 300 quilômetros de costa, aberta para o oceano, mas amplamente protegida pela Ilha de Itaparica e por uma barra falsa, a Ponta dos Garcez. Historiadores como Kátia Queiroz Mattoso referem-se a ela como *mar interior*.

tro troncos, que garantiam cotidianamente o comércio e as comunicações na região. Como disse Mattoso (1992, p. 49), “águas salgadas e doces eram os caminhos percorridos por humanos e mercadorias”.

Uma orla tão extensa, servida por um grande número de rios e braços d’água navegáveis, praias longas, enseadas pantanosas e colinas não muito altas, formam um conjunto de características que em tudo facilita a navegação. Conforme Mattoso (1992, p. 51), “Recôncavo significa fundo de baía. Mas o Recôncavo baiano abrange todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar”. Assim, não apenas o clima, como também a vegetação que predomina na região, são marcadamente influenciados pela proximidade com o mar. Para ela, o Recôncavo não pode ser dissociado de Salvador e da baía que os une. Neste sentido, lembra que “não há uma só família da cidade que não tenha laços com uma família do interior; não há tempestade na baía que não faça subir as águas dos rios do Recôncavo; não há má colheita lá que não cause problemas aqui” (MATTOSO, 1992, p. 51).

Outros rios importantes da região são o Sergi do Conde, que foi a principal ligação com Santo Amaro; o Jaguaripe, que dava acesso às Vilas de Nazaré das Farinhas e Jaguaripe, que ganhou sua linha regular de vapor em 1852; e o Una, já no Recôncavo Sul, que provia caminho a Valença e dela ao Morro de São Paulo, Cairu e Taperoá. Para Mattoso (1992, p. 61), falar dos povoados da região é falar dos rios que lhe dão acesso e completa: “O Recôncavo era, antes de tudo, terra de navegação, onde cada um tinha seu barco e onde nunca se estava a mais de um dia de marcha de alguma via navegável ou da orla marítima”.

## **O império de açúcar**

A região conheceu diferentes fluxos de exploração econômica, iniciando com a extração de madeira (jacarandá e cedro-rosa, princi-

palmente) da luxuriosa floresta fluvial que existia até o Século XVI. A partir daí e até o Século XVIII, foi desenhando um perfil de exploração agrícola que concentrou nas áreas de Muritiba, Cruz das Almas e São Gonçalo as plantações de fumo e mandioca, reservando as demais para a monocultura da cana-de-açúcar. As lavouras de cana, algodão e fumo (e depois a extração de dendê) foram as primeiras e por muito tempo as mais importantes fontes de exploração econômica, demandando um grande contingente de mão-de-obra escrava, que daria os contornos para a formação de sua identidade cultural.

Sem dúvida alguma, o desenvolvimento da região foi profundamente marcado pela produção do açúcar, item então cada vez mais consumido na Europa, com preços compensadores, proteção e estímulo governamental, além de total liberdade de produção. Nesta época, Portugal era o maior produtor mundial de açúcar e mantinha o monopólio de sua comercialização. De acordo com Tavares (2001), havia 18 engenhos de cana na Bahia no ano de 1572, passando este número a 36 apenas 12 anos depois. E já no início do Século XVII, eles eram 50. O historiador Wanderley Pinho (1946), por sua vez, registrou que a monocultura enfrentou problemas com a dominação espanhola em Portugal, quando os holandeses tentaram se aproveitar da situação e controlar as áreas produtoras brasileiras.

Em 1624, os holandeses ocuparam Salvador, mas foram expulsos no ano seguinte, voltando-se então para Pernambuco, onde permaneceram de 1630 a 1654. Em represália à perda de Salvador, os holandeses saquearam e incendiaram engenhos no Recôncavo em seis oportunidades, num período entre 1627 a 1648. A estes prejuízos somaram-se o saque da tropa espanhola que libertou Salvador, o esforço de reconstrução da cidade, e as contribuições pagas pelos senhores de engenho para a paz com a Holanda. Em 1654, quando a economia regional se recuperava, começou a chegar ao mercado

consumidor europeu o açúcar produzido nas Antilhas e que foi desenvolvido pelos holandeses com a experiência adquirida no Brasil.

Os últimos anos do Século XVII voltaram a ser de prosperidade para os produtores de cana do Recôncavo, na medida em que os preços do açúcar subiam novamente. A região somava 69 engenhos em funcionamento no ano de 1663, ampliando para 126 em 1759 e finalmente 260 em finais do século. A alta dos preços incentivou que muitos países europeus iniciassem uma produção de açúcar em suas próprias colônias, aumentando a concorrência. Em 1764, foi criada a Mesa de Inspeção, responsável por estabelecer uma política de fixação dos preços do açúcar e dos fretes e de regularização dos transportes. Nesta época são também incorporadas melhorias agrícolas à produção do açúcar, como a introdução da cana caiana, uma espécie mais produtiva e resistente.

Segundo Wanderley Pinho (1946), a primeira metade do Século XIX foi um período de grande prosperidade para o Recôncavo, com os preços do açúcar mantidos sempre altos por diversos fatores, como as guerras napoleônicas, a desorganização da produção nas colônias espanholas e inglesas das Antilhas e a ampliação do mercado consumidor europeu. O número de engenhos mais que dobrou na região durante o período de 1800 a 1835, passando de 400 a 811. A era do vapor finalmente chegou ao Brasil, quando motores com a nova tecnologia foram instalados no Engenho Boa Vista, em Itaparica; e no Pimentel, em Maragojipe, no ano de 1815. Quatro anos mais tarde, uma destas máquinas passou a impulsionar um barco armado no Estaleiro da Preguiça, em Salvador, inaugurando o famoso Vapor de Cachoeira. Em 1834, 46 engenhos já eram movidos a vapor no Recôncavo da Bahia.

No final do Século XIX, entretanto, fatores como a perda de safras inteiras em razão de pragas, a contínua transferência de escri-

vos para as minas do Centro-Oeste e as lavouras de café em São Paulo, bem como a morte de inúmeros outros na Guerra do Paraguai, começaram a desenhar um horizonte de crise para a monocultura da cana. No mercado externo, o Brasil não conseguiu acompanhar a modernização das técnicas, com conseqüente aumento da produção do açúcar, nas Antilhas, que cada vez mais ganhava espaço.

O governo imperial ainda tentou superar a crise criando uma escola superior de agricultura no Recôncavo e construindo, a partir de 1875, engenhos centrais para separar as etapas de produção agrícola e o fabrico do açúcar, incorporando técnicas industriais, mas ambas as iniciativas fracassaram. Finalmente, a abolição da escravidão, em 1888, comprometeu de vez o sistema produtivo de engenhos há séculos adaptados a um regime escravista. Teve início, então, uma fase de profunda decadência para toda a região.

### **Acabou-se o que era doce**

O ciclo da cana-de-açúcar – um produto voltado especificamente à exportação – alimentou por muito tempo a riqueza e opulência da Bahia Colonial, que abarcava a Capital e todo o Recôncavo. Salvador tinha, até pelo menos o ano de 1730, uma população maior que as Cidades do Rio de Janeiro e do Recife, duas grandes rivais em termos geopolíticos e do cenário identitário nacional. Embora trabalhando com números nem sempre precisos, Mattoso (1992) faz referência a um recenseamento realizado no ano de 1872, apontando a presença de uma população de mais de 363 mil almas no Recôncavo, sendo destes cerca de 160 mil homens, 144 mil mulheres e 58 mil escravos.

Como reflexo desta situação, ao longo do Século XIX, pelo menos seis importantes periódicos circulavam na Capital soteropo-

litana: Diário da Bahia, Diário de Notícias, Diário do Povo, Gazeta da Bahia, Gazeta da Tarde e Jornal de Notícias. Aloysio de Carvalho (2008) registra em artigo publicado no Diário Oficial de 2 de julho de 1923<sup>5</sup> que então circulavam diariamente em Salvador sete jornais: Diário da Bahia, Diário de Notícias, A Tarde, Diário Oficial, O Democrata, O Imparcial, A Hora e o Correio da Tarde. Segundo ele, alguns jornais antigos ainda circulavam em cidades do Recôncavo, como O Regenerador, de Nazaré, fundado em 1861, e A Ordem, que circulava desde 1870, em Cachoeira.

No entanto, o mesmo modelo, que gerara tanta riqueza, passou a cobrar seu preço. A decadência regional provocada pela concorrência e consolidação da produção açucareira das Antilhas, entre o final do Século XIX e até as décadas de 20 a 40 do Século XX, acentuou-se na medida em que a produção de café no Sul do Brasil passava a ocupar espaço cada vez maior na agenda de exportações nacional, deslocando o foco do poder e de prestígio para a Região Sudeste do Brasil. A crise, contudo, se mostraria ainda mais contundente, pois não era conjuntural, mas sim de natureza estrutural e profunda.

Se por um lado a monocultura do açúcar permitira e facilitara uma ocupação permanente da terra, foi também responsável por aprofundar a dependência da região a uma manufatura vinda de fora, quase que exclusivamente da Europa, bem como de uma mão-de-obra escrava trazida da África. Tal modelo econômico adotado para a colônia também fortaleceu o papel centralizador exercido por Salvador em relação à sua hinterlândia. “Assim, a cidade acabou por concentrar os recursos financeiros, econômicos, sociais e políticos de toda a província” (MATTOSE, 1992, p. 79). Com reflexos inegáveis para o desenvolvimento do Recôncavo.

---

<sup>5</sup> Edição comemorativa pelo centenário da Independência da Bahia.

Embora atraísse um grande contingente da população rural em busca de melhores oportunidades de trabalho, sobretudo a partir da década de 50 do Século XX, Salvador jamais conseguiu ultrapassar a condição de entreposto comercial, sempre dependente dos produtos manufaturados no exterior e, depois, pelos fabricados pelas indústrias instaladas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A situação de decadência se acentuou quando a Região Sul da Bahia passou a ocupar um papel de maior destaque regional com a consolidação da cultura do cacau, ao tempo em que os velhos engenhos de cana já não mais conseguiam modernizar suas técnicas e acompanhar as mudanças que atingiam a produção açucareira em todo o mundo.

Ao avaliar as transformações que levaram a orgulhosa Salvador do Século XVII – junto com ela o opulento Recôncavo dos senhores de engenho – até a condição de simples entreposto comercial, ao findar o Século XIX, Mattoso (1992, p. 35) afirma que a transferência da Capital para o Rio de Janeiro não teria sido motivada pela consciência do eventual progresso de uma região, em contraponto à decadência da outra, mas sim por necessidades imediatas, como “aproximar o centro de comando e os exércitos que lutavam no sul contra os espanhóis e vigiar o porto do Rio, por onde passavam as exportações de ouro de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás”.

Para a historiadora, o declínio enfrentado pelo Recôncavo ao longo do Século XIX envolveu três fatores ligados preponderantemente à cultura da cana-de-açúcar. Primeiro, a alternância entre períodos muito longos de estiagens e chuvas intensas; depois, o desgaste e empobrecimento do solo e, por fim, o desmembramento das grandes propriedades que abasteciam os engenhos, seja pela partilha entre herdeiros ou em decorrência de crises econômicas. A ascensão do plantio de fumo também teve sua importância, sobretudo para Cachoeira, São Felix e Cruz das Almas, onde se concentravam as manufaturas e charutos, cigarros e rapé.

Além disso, como nunca lograra investir em infraestrutura básica para a melhoria dos seus meios de transportes e geração de energia, não encontrou alternativas para substituir a monocultura da cana e buscar novos caminhos para desenvolver-se. Para se ter uma ideia, basta citar que a primeira estrada pavimentada da região foi aberta somente em 1851, partindo de Santo Amaro e com meros 330 metros de extensão. Uma grande estrada ligando Salvador a Feira de Santana somente seria construída no ano de 1917, já em pleno Século XX.

A alternativa ferroviária também nunca chegou a ser grande coisa. A primeira linha saía de Salvador em direção ao Rio Joanes, no ano de 1860, com pouco mais de 18 quilômetros de extensão, levando à região de Aratu. Em 1875, uma estrada de ferro de 48 quilômetros estabeleceu a ligação entre Cachoeira e Feira de Santana. Iniciativas como a Tram-Road Paraguaçu, criada em 1865, com dinheiro inglês, vez que aparentemente não havia investidores com capital ou interesse neste tipo de empresa na Bahia daquela época, deveria ligar Cachoeira à Chapada Diamantina, mas jamais conseguiu operar além de Feira de Santana, Cruz das Almas e São Gonçalo.

O mesmo ocorreu com a Tram-Road Nazaré Company, que nunca passou de pequeno trecho entre Nazaré, o povoado de Onha e Santo Antonio de Jesus. Outra linha planejada com o objetivo de interligar Santo Amaro aos demais distritos açucareiros do Recôncavo não conseguiu sucesso por falta de investidores privados interessados, enquanto que o Estado também parecia não dispor de recursos para tanto, limitando-se a intervenções pontuais e abertura de pequenos trechos de estradas. A má conservação destes caminhos manteve por um longo tempo o transporte marítimo como principal meio de comunicação entre a região e a Capital – senão o único.

Alguma mudança em direção à modernização ocorreria somente a partir de 1947, quando começaram a ser explorados os cam-

pos petrolíferos de Aratu e Candeias. Na década de 50 do Século XX entrou em funcionamento a refinaria de Mataripe, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e inaugurada a Rodovia Rio-Bahia. Novas atividades agrícolas, como a extração do dendê, do bambu e de florestas de eucalipto, foram implantadas ou intensificadas na região. Tais investimentos inauguraram um relativo fluxo de crescimento econômico, acarretando mudanças demográficas e socioeconômicas. Outros marcos se seguiram, nesta época, ajudando a redesenhar o perfil do Recôncavo e seu entorno, a exemplo da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1967; e do Polo Petroquímico de Camaçari, na década seguinte.

Entretanto, o novo modelo de crescimento adotado seguiria reproduzindo e até mesmo aprofundando a tradicional cartilha de concentração da renda praticada desde a colonização. O Polo Petroquímico, por exemplo, chegou a ocupar simultaneamente, num primeiro momento, cerca de 25 mil pessoas sem qualificação – e conseqüentemente com baixa remuneração – na construção das suas unidades industriais. Era gente originária, sobretudo, de Salvador e do Recôncavo, mas também de várias localidades do interior baiano e de outros Estados. Mas ao entrar em operação, em 1978, passou a empregar mão-de-obra qualificada, quase toda ela trazida da Região Sudeste, onde ficavam – e, em verdade, até hoje ficam – os principais acionistas e administradores dos grupos empresariais que subscrevem seu capital.

Acima de tudo, tal processo de industrialização na Bahia visava, não à produção de bens de consumo capazes de melhorar a qualidade de vida da sua população, mas sim de insumos dirigidos a outras regiões do País, ou à exportação. Em resumo, maior oferta de trabalho desqualificado, baixos salários, concentração de renda. Logo, dois outros fatores iriam somar-se a este quadro: altos índices

de desemprego e de informalidade, tanto no comércio quanto na prestação de serviços. A formação de uma classe média alta, com direito a bons salários e poder de consumo, foi – e segue sendo – um processo muito lento, que dependeu inicialmente da *importação* de técnicos especializados destes Estados do Sudeste e Sul, agregando lentamente profissionais liberais e altos servidores estatais.

No final das contas, este modelo de industrialização não contribuiu em muita coisa para reverter a lógica excludente adotada desde sempre na Bahia, que segue mantendo, de um lado, uma maioria pobre, sem acesso ao consumo e sem preparo técnico ou formal, e de outro lado uns poucos com muito dinheiro para gastar, instruídos e valorizados em sua profissão. Campo fértil ao afloramento de uma série de representações, significações e estigmatizações, das quais a imprensa é certamente um dos principais divulgadores/legitimadores, destinada a marcar bem o território simbólico de cada um, embora todos sob um manto difuso de *baianidade* pronta para o consumo.

## REPRESENTAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Investigar os fenômenos da representação social através dos veículos de uma imprensa regional, sobretudo a partir de uma perspectiva histórica, potencializa as armadilhas que costumam configurar a própria essência do discurso jornalístico. Assentado sobre as mesmas bases ideológicas do pensamento moderno e liberal, que ainda predomina nos grandes conglomerados da mídia mundial, é ele um falar autoritário, autorrecorrente e legitimador da sua própria condição de *pouteiro* das prioridades e construtor da realidade. É ele um dizer institucional que determina o lugar de cada um e o papel de todos na trama social que ajuda diariamente a tecer.

### **Características da narrativa**

Condicionada pelas especificidades que lhe conferem personalidade própria, a narrativa jornalística opera com a atribuição de sentidos e a criação de valores que funcionam como intermediários das relações de poder na sociedade. Mas para lograr atribuir sentido ao discurso é preciso primeiro levar em consideração as condições de sua produção, o seu contexto. A partir daí, será possível identificar seus protagonistas e distinguir o seu objeto. A maneira como dado discurso estabelece sentidos e provoca efeitos depende da relação entre seus sujeitos, seus interlocutores, e aquilo a que se refere, o seu referente. O jornalismo, neste sentido, é um discurso autoritário em seu modo de funcionamento e em paradigmas marcados pela presunção da verdade e da neutralidade.

De fato, entre outras características reforçadas, tanto pelas teorias, os manuais de redação e códigos de conduta, quanto pela prática profissional cotidiana, o discurso jornalístico pressupõe o real

dos fatos, que sustentam a si próprios, cabendo ao jornalista apenas o trabalho de narrá-los de maneira objetiva. Ou seja, o jornalismo é um discurso do real, que almeja ignorar suas infinitas possibilidades de interpretação simbólica, de reelaboração subjetiva, individual, idiossincrática. Seria então um discurso neutro, que se limitaria a transmitir informação, independentemente dos seus sujeitos. Na prática, porém, isto não acontece. Ao narrar fatos e reproduzir testemunhos, o jornalista não consegue simplesmente deixar de hierarquizar, discriminar, dimensionar, organizar, classificar, comparar. De atribuir valores e criar sentidos, portanto. E, desta forma, ele participa da construção social das identidades e de suas relações de poder.

Ao tratar do que denominou *regularidades discursivas*, Michel Foucault (1995) adverte sobre a necessidade de tomar precauções contra as continuidades irrefletidas através das quais se organizam os discursos. Primeiro, as narrativas jamais dariam conta de abarcar a realidade em suas múltiplas, diversas e possíveis interpretações. E, segundo, todo discurso está baseado em algo já dito anteriormente, mas que seria, na verdade, um *não-dito*. Por isso, diz que “é preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (FOUCAULT, 1995, p.28). Assim, seria possível acolher o discurso em cada momento de seu acontecimento.

Prossegue Foucault (1995, p. 28) afirmando que “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no logo de sua instância”. Não seria o caso, portanto, de negar tais continuidades (como tradição, influência, desenvolvimento e evolução), mas de reconhecer a sua relatividade e estar sempre preparado a questionar sua legitimidade.

Em outro texto Foucault retorna ao tema, ao analisar as técnicas de interpretação utilizadas por autores como Marx, Nietzsche

e Freud, partindo de dois pressupostos bem específicos acerca da linguagem, em especial sobre a linguagem nas culturas indo-europeias. Primeiro, que a linguagem não diz exatamente o que diz, pois haveria sempre um significado anterior àquilo que se apreende e se manifesta de forma imediata. Segundo, que há muitos outros tipos de linguagens – não só no homem, mas na natureza em geral – que se articulam em formas não-verbais, que falam, mas não são linguagem propriamente.

Avalia, na esteira deste raciocínio, o conceito de profundidade para Nietzsche, de banalidade para Marx e de interpretação para Freud. A este propósito, afirma que quanto mais avançamos no esforço de interpretação, mais nos aproximamos de uma região *perigosa em absoluto*, onde “não só a interpretação vai encontrar o início do seu retrocesso, mas que vai ainda desaparecer como interpretação e pode chegar a significar inclusive a desapareição do próprio intérprete” (FOUCAULT, 1997, p. 21).

Refere-se a uma falta de conclusão essencial de interpretação, afirmando que, se a interpretação não pode acabar, isto quer dizer que não há nada a interpretar, “porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos” (FOUCAULT, 1997, p. 22). Desta forma, interpretar seria uma atitude violenta, na medida em que aquilo a ser *interpretado* jamais se ofereceria passivamente, pelo contrário, “necessita apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação que está já ali, que deve trucidar, revolver e romper a golpes de martelo” (FOUCAULT, 1997, p.23). Ou seja, quando interpretamos, estamos em verdade interpretando uma interpretação prévia, estamos impondo a ela uma perspectiva nova, particular, individual, subjetiva. Mais ainda, lembra a observação do próprio Nietzsche de que as palavras são inventadas pelas classes su-

periores: elas não indicam um significado, mas impõem uma dada interpretação.

Assim, conclui que a interpretação precede o símbolo, que pode ser visto como uma máscara à qual se deve sempre atribuir certa ambiguidade. O que evidencia a importância de se levar sempre em consideração: primeiro, quem interpreta? Quem propôs a interpretação? Pois, “o princípio da interpretação não é mais do que o intérprete” (FOUCAULT, 1997, p. 26). E, segundo, que a interpretação é circular, “ao interpretar-se sempre a si mesma não pode deixar de voltar-se sobre si mesma” (FOUCAULT, 1997, p. 26). Se o alvo de uma interpretação não é uma verdade, precisa voltar-se sobre si mesma, colocar suas cartas na mesa, para deixar claro de qual ponto de vista estamos tratando.

A pesquisadora Maria Amélia Mamede (1996) aborda a questão lembrando que o jornalismo é marcado pela disputa em torno do lugar de contador da verdade. Para ela, a compreensão deste processo encontra-se no próprio discurso e não em determinações externas a ele. Assim, ele deve ser privilegiado “como organização formal da linguagem, ou seja, como agente operador da construção dos seus próprios sistemas de representação” (MAMEDE, 1996, p. 32). A fim de legitimar-se em seu papel de mediador entre outras instituições e o público, o jornalismo impõe a si próprio uma série de regras, práticas e condutas destinadas a assegurar uma objetividade em seu discurso, ou seja, uma correlação entre o fato e a notícia.

Partindo do pressuposto de que todo discurso é construído à base de outros discursos, Mamede (1996, p. 43) prossegue afirmando que o jornalístico é justamente aquele que “retrata e cria o lugar do outro”. Ou seja, o jornalismo se apropria, empresta ou *negocia* com outros discursos para a construção de sua própria narrativa, logrando ainda ser reconhecido como agente capaz e legítimo para tal.

Ocorre que ele não se limita a acolher tais representações sociais, ele também produz realidade, ao decidir o que será noticiado ou não, ao atribuir maior ou menor importância, maior ou menor destaque (ou mesmo a oportunidade de ser citado) a determinado acontecimento.

Utiliza para tanto de procedimentos como o agendamento da pauta e de uma série de artifícios de edição e diagramação. Por isso, defende, “o jornalismo não é apenas um sistema de classificação, mas primordialmente de tematização e interpretação da realidade” (MAMEDE, 1996, p. 45). O processo de construção do real se dá através da produção de sentido, que utiliza para tanto a atualização e o entrelaçamento de vários regimes discursivos, segundo suas regras próprias. Para que isto aconteça, formaliza-se uma espécie de *contrato de leitura* entre a imprensa e seu leitor, com regras e instruções que o levam a “tirar do texto aquilo que ele apenas pressupõe, o que está implícito, o que está subjacente na trama da intertextualidade, onde as diferentes subjetividades se inscrevem e apontam a verdade” (MAMEDE, 1996, p. 45).

Neste processo, o receptor não é um agente passivo, pois precisa conhecer previamente as regras do discurso a fim de interpretá-lo. Assim, o discurso jornalístico utiliza-se de referenciais e elementos de outros regimes discursivos, como a literatura, o cinema, o humor, a ciência ou a religião. Há também aquilo que é subtendido como sendo de conhecimento prévio, universal, por parte do leitor, bem como uma série de outros recursos narrativos e figuras de linguagem.

### **Análise do discurso e relações de poder**

Bourdieu (2001) chama de simbólico aquele poder invisível que somente pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que, apesar de sujeitos a ele – ou, por outro lado, o exercendo – preferem ignorar tal condição, simplesmente deixando de ocupar-se com a sua

existência. São universos simbólicos, tais como as religiões, as artes, as ciências ou ainda as línguas, que classifica entre estruturas *estruturantes* ou estruturas *estruturadas*.

Os primeiros, como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, seriam formas simbólicas e estruturas subjetivas. Reportando-se à tradição idealista, desde Kant a Pansky e Durkheim, explica que, neste caso, “a objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 2001, p. 8), ou seja, por um *con-senso* socialmente determinado. Já os sistemas simbólicos como estruturas *estruturadas*, estes passíveis de análise estrutural, podem ser vistos como intermediários, como meios de comunicação. Seriam objetos simbólicos e estruturas objetivas.

O poder simbólico é, portanto, um poder de construção da realidade, a partir de uma concepção tornada homogênea de tempo e de espaço, onde os símbolos exercem, por sua vez, a função de instrumentos de integração social. Por isso, diz Bourdieu (2001, p. 9), os sistemas simbólicos “só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Assim, tais produções simbólicas podem ser explicadas como instrumentos de dominação, uma vez que estão relacionadas com os interesses da classe dominante. Para ele, “as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo ou coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 2001, p. 10).

Deste modo, ao mesmo tempo em que é responsável pela real integração da sua própria classe, o que faz através da comunicação, a cultura dominante também promove uma falsa integração do conjunto da sociedade, na medida em que desmobiliza, divulgando uma falsa consciência junto às classes dominadas e legiti-

mando uma ordem estabelecida onde as distinções hierárquicas são tornadas naturais.

Para lograr este efeito ideológico, a cultura dominante dissimula a função de divisão e de força naquela de comunicação. Pois a mesma cultura que une, enquanto se apresenta como intermediária de comunicação, também separa e distingue, determina e legitima desigualdades, fazendo supor a cada uma destas chamadas subculturas (ou cultura subalterna, na definição bem próxima de Antonio Gramsci) que elas devem buscar se definir a partir de sua posição de distância em relação a ela própria, cultura dominante superior.

Ou seja, as relações de comunicação são, portanto, relações de poder, de poder simbólico, sobretudo. E tais *sistemas simbólicos*, assegura Bourdieu (2001, p. 11), exercem sua função política como instrumento de *imposição* ou de *legitimação* da dominação de uma classe sobre outra “dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’”.

Sobre as ideologias, em si, adverte que elas não devem ser vistas nem a partir de uma abordagem idealista (onde as produções ideológicas são tratadas como totalidades autossuficientes e auto-geradas), nem tampouco como mero resultado dos interesses das classes a que servem, pois elas são sempre duplamente determinadas: atendem aos interesses de classes ou de grupos específicos, mas igualmente aos daqueles que a produzem e das suas próprias lógicas de produção.

Conclui seu raciocínio afirmando que o poder simbólico “só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2001, p. 14). Mas não se trata de um poder ilusório. Ele é, antes, dissimulado, embora plenamente capaz de gerar efeitos reais, práticos. O que dá às palavras o poder de manter a ordem ou

subvertê-la é a crença em sua legitimidade, é a crença na autoridade de quem as pronuncia.

A identidade cultural compreende um discurso moldado pelas ideologias que organizam o mundo buscando responder quem ou o que pertence a isto ou a aquilo, dentro de um espectro histórico, linguístico, étnico, religioso, nacional e de classe social, entre outros. Ao classificar os fenômenos culturais, as identidades determinam o que está incluído e o que está fora, estabelecendo relações de poder entre *nós* e os *outros*. São, por conseguinte, as ideologias que mediam este processo e determinam o valor e o papel de cada um. O que nos remete a uma análise sobre as especificidades e contradições, os pontos comuns e as divergências do discurso histórico e as ideologias que o moldam, em contraposição ao discurso jornalístico e seus próprios sistemas de referências.

Logo de início, é preciso avaliar o que significa, propriamente, *fazer* história, considerando sobretudo se aquilo que é dito é suficiente, é o bastante para que estejamos dispostos a abdicar do *como* ele é dito, ou seja, do lugar de quem fala. Na verdade, a análise de uma dimensão (o que é dito) não deve ser separada de outra (como é dito, quem diz e de que forma). É sobre tal clivagem entre discurso e corpo social que nos chama atenção Michel de Certeau (1994), acrescentando que ela se dá também entre o discurso do historiador e o mundo social (do presente). A noção do passado é dada por aquilo que há no presente, ou seja, o presente nos dá a *guia* para entender o passado, o que passou e não é mais, porque é o presente que diz o que foi o passado.

Mas também o historiador precisa estar imbuído por um *saber-dizer* do outro (para o que lança mão de recursos teóricos e metodológicos, amparados por instituições sociais que lhe conferem legitimidade), que garante o trabalho interpretativo. Tal *saber-dizer*

deste outro no passado é determinado pelo mundo social do presente, onde está o historiador. Para balizar o referencial teórico que vai *reconstituir* o passado, é preciso adotar um modelo interpretativo que o explique. Enfim, é na escolha do modelo que se apresenta ou se esconde o outro, objeto do discurso. E este esconder se dá através da escrita (da configuração de texto) da história. Pois é justamente esta escrita que vai dar inteligibilidade ao modelo escolhido, onde inteligível é aquilo que foi dito, restando não-inteligível o que ficou escondido, que não foi dito.

Assim, não seria efetivamente o fato histórico dependente do seu lugar no discurso? Um lugar social que condiciona os procedimentos de construção e sintaxe, mas inclusive de análise de um texto, de sua narrativa. A história interpreta a realidade a partir do seu próprio sistema de referências, dos seus valores. Pois, mais do que às pessoas em geral, os historiadores escrevem primeiro para outros historiadores e esperam deles reconhecimento.

O saber, portanto, está ligado ao lugar e submete-se às suas regras e imposições, submete-se ao coletivo. Dessa forma, a fim de analisar a história, ou melhor, um discurso histórico, é preciso levar em consideração as instituições que o produziram. Ao analisar a distinção entre acontecimento e fato cotidiano proposta por Pierre Nora, Marialva Barbosa (2007, p.238) identifica uma espécie de *ansiedade* contemporânea no esforço interpretativo por enxertar sentido histórico em fatos cotidianos, pois, para ela, “caberia ao jornalista essa interpretação e não mais ao historiador. A condição de existência de um acontecimento histórico seria estar na mídia”.

Tais observações são bastante úteis para dimensionar questões como a objetividade histórica. O fato é que a pretensão à objetividade é tão cara à história quanto ao jornalismo, mas igualmente ao senso comum e principalmente à ciência, que nela busca fincar alguns

pilares dos seus pressupostos teóricos. Em geral ocorre que, como não há objetividade em nossas posições socialmente assumidas, o esforço dos cientistas (bem como o dos jornalistas e dos historiadores) para esconder isso se apresenta sob a denominação de método. Ou seja, é a metodologia que legitima o discurso.

É importante ressaltar, por outro lado, que ao registrar os fatos cotidianos a imprensa está reproduzindo, não os discursos de historiadores – que possuem lógica, estrutura e métodos próprios – mas sim as versões de cada um dos seus agentes, no momento mesmo da discussão, condicionadas em seu contexto. Uma posterior abordagem histórica é que vai fornecer os parâmetros necessários à interpretação de tais fatos a partir de sua vinculação com o meio social do qual são produtos. Ou seja, um condiciona e potencializa o outro.

A (re)produção dos fatos, seja através do método histórico ou da técnica jornalística, leva a um discurso socialmente construído. Mas, em ambos os casos, a matéria-prima a ser trabalhada continua sendo a informação, que, no entender de Melo (1994, p.17), é “um bem social, um indicador econômico e um instrumento político”. O intelectual baiano Milton Santos (2001, p. 38) afirma a propósito que “um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação”, ao referir-se ao processo de globalização perverso que identificou plenamente instalado na contemporaneidade. A propósito, afirma Luís Felipe Miguel (2000, p. 198) sobre o papel da mídia na formação – ou *deformação*, como bem observa – da consciência política da população, que aquilo apontado pelo pensamento da elite como natural (uma desigualdade política marcada pela divisão entre governantes e governados), “é fruto de uma organização social que concentra em poucas mãos o capital político”.

Neste cenário, uns poucos monopolizariam a capacidade de intervir no campo político, enquanto os demais internalizariam sua própria impotência, oferecendo o reconhecimento de que aqueles poucos seriam os líderes. “Se o reconhecimento social é uma chave da conquista do capital político, avulta a importância da mídia, principal difusora do prestígio e do reconhecimento social nas sociedades contemporâneas”, conclui Miguel (2000, p. 199).

Analisando a evolução histórica do direito à informação, Cremilda Medina (1988, p. 18) aponta três fases distintas, situando a primeira, que chamou de autoritária, entre os Séculos XVI e XVII, quando “o conhecimento se descobre por esforço mental e os homens diferem entre si quanto à habilidade para empregar os processos mentais”. Neste caso, haveria uma implícita aceitação de que algumas mentes seriam privilegiadas, com direito natural a impor-se sobre outras. Haveria, depois, uma fase libertária, com o pensamento burguês defendendo uma livre concorrência de opinião em um mercado aberto à participação de todos. Por fim, teríamos alcançado (ou deveríamos) uma fase de responsabilidade social que transformaria o direito *de* informação em direito *à* informação, contrariando e contrapondo os pressupostos que norteiam a atual indústria da informação. Para tanto, propõe a observação e o respeito a um código de ética para a atividade.

Por seu turno, o jornalista Eugênio Bucci (2000) destaca que, para esta discussão, é muito importante não confundir ética com etiqueta, num processo bastante complexo que envolve mecanismos de controle da informação, o estabelecimento de limites para o poder dos veículos de comunicação e a prática profissional dos jornalistas. Segundo ele, “onde a etiqueta cala, a ética pergunta” (BUCCI, 2000, p. 11). Neste sentido, fato que não pode ser ignorado é a intensificação do monopólio da informação ao ponto de termos, atualmen-

te, nos Estados Unidos da América, apenas sete grupos empresariais comandando todo o poderoso cenário da mídia: Time Warner, Walt Disney, Bertelsmann, Viacom, News Corp, Seagran e Sony.

Bucci (2000, p. 26) situa a discussão nos paradigmas do pensamento liberal, de onde brotaria a promessa da liberdade de imprensa, afirmando que “o desafio da reflexão contemporânea sobre jornalismo é examinar os limites que o liberalismo enfrenta para realizar na prática a sua promessa”. Questiona se, no caso brasileiro especificamente, muitas vezes os interesses da empresa não terminam se sobrepondo aos preceitos do direito à informação. Cabe ainda lembrar que jornalismo não é defesa da verdade, até mesmo porque não há como falar de uma verdade, mas sim de várias e incontáveis verdades individuais subjetivas. Haverá sempre que se perguntar, portanto, de qual verdade estamos tratando. A imprensa relata fatos e apenas alguns deles.

Então, para falar de objetividade, não bastaria *ouvir os dois lados* de uma questão (um dos preceitos nos quais se arvora o jornalismo para promulgar sua imparcialidade profissional), principalmente quando levamos em consideração que a imprensa costuma com frequência dar maior atenção a quem grita mais alto, ou seja, àquelas fontes mais articuladas, mais poderosas ou mais hábeis na divulgação de suas versões dos fatos. Desse modo, um conjunto de fatos objetivos, de relatos precisos e coerentes com a realidade observada, não vai representar necessariamente a verdade, vai ser sempre apenas *uma* verdade das tantas possíveis.

Ao tratar das características da notícia, Medina (1988, p.20) lembra que o acontecimento, o fato cotidiano, é substantivo, mas precisa ser transformado em relato, antes de ser consumido como notícia. Torna-se mensagem e flui através dos sentidos, que são eminentemente subjetivos. A solução, para ela, é lançarmos mão

de alguns cuidados técnicos nesta tarefa, embora a escolha daquilo que vai se transformar em notícia seja sempre feita pelo veículo de comunicação, ele próprio sujeito a toda uma série de limitações e imposições típicas de qualquer empresa obrigada a concorrer no mercado capitalista. Nesta delicada equação, entram ainda os gostos e preferências do público, aquilo que interessa ao consumidor e que geralmente é interpretado como sua *livre escolha*.

Para Pena (2005, p. 51), em razão da natureza subjetiva de qualquer profissional de imprensa, toda a ênfase na busca pela objetividade deveria ser dada à metodologia de trabalho nas redações, já que para ele “o método é que deveria ser objetivo, não o jornalista”. Observa que no jornalismo atual há muita confusão entre notícia (informação) e opinião. Até mesmo o uso corriqueiro da estatística para balizar objetividade deve passar por um crivo crítico que leve em consideração a sua origem, métodos de elaboração e objetivos, confessos ou não.

A questão vai sempre requerer cuidados redobrados, pois em geral o que se convencionou denominar como objetividade jornalística está impregnada – embora seja possível esconder satisfatoriamente da maioria dos seus consumidores – por todo um arcabouço ideológico que tem como objetivo manipular, confundir e fragmentar a informação, em benefício dos extratos sociais que representa.

Neste sentido, é preciso acrescentar que a narrativa jornalística é uma forma de discurso institucional, pois o jornalismo é uma instituição. E seu discurso vai refletir necessariamente as relações que ocorrem em sua ordem social, em sua ideologia. Em última análise, é esta ideologia que vai orientar a (re)construção da realidade e a (re)configuração de sua identidade cultural. Para conhecer uma, é preciso entender a outra. Por isso, é próprio do discurso jornalístico estabelecer como verdade universal os valores e princípios que dão

sustentação ao pensamento liberal. A este respeito, Maria Beatriz Nizza da Silva (2005, p. 308) avalia o caráter fundamentalmente doutrinário que a imprensa pode assumir, citando especificamente a postura adotada pelo Idade D'Ouro do Brasil<sup>6</sup> e o Semanário Cívico durante o movimento constitucionalista de 1821: “A mudança política implantada na Bahia implicava uma fase de doutrinação em que se ensinasse ao povo o *catecismo constitucional*”, que incluía o sistemático esclarecimento de termos e expressões fundamentais ao novo credo político, como *liberdade, revolução e Constituição*.

## Cultura e hegemonia

Para um melhor dimensionamento destas questões relacionadas à ideologia, poder e representação, é fundamental refletir sobre os estudos de cultura na obra de Antonio Gramsci, a partir de um roteiro que inclua as definições de sociedade civil e sociedade política, hegemonia e ditadura, os intelectuais e a cultura nacional popular. Neste sentido, é preciso enfatizar de início a substancial mudança de abordagem que o intelectual italiano acrescentou ao pensamento marxista, até então centrado nos atores econômicos da sociedade e suas questões estruturais. Gramsci vai mudar esta perspectiva, substituindo uma noção eminentemente econômica por uma perspectiva política.

Para Gramsci (1978, p. 11), sociedade civil seria um conjunto de organismos que em geral são chamados de privados, enquanto que a sociedade política – ou ainda Estado – seria aquela que corresponde “à função de *‘hegemonia’* que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de *‘domínio direto’* ou de comando, que se expressa no Estado e no governo *‘jurídico’*”. Trata-se então de um

---

<sup>6</sup> O segundo jornal brasileiro e primeiro impresso na Bahia, no ano de 1811, cuja história está relatada no item 2.2.3 deste capítulo.

consenso espontâneo e do que ele chamou de *aparato de coerção estatal*, que asseguraria *legalmente* a disciplina daqueles grupos que não *consentem*, “mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1978, p.11).

Esta necessária discussão sobre hegemonia envolve um paradigma político e ideológico, de direção intelectual e moral de uma classe social sobre outra na busca de objetivos comuns. Em sua contraposição, ou seja, ao limitar esta denominação ao uso da força, da coerção e da violência, estaria a ditadura. Em toda sociedade convivem ambas as formas de manutenção do poder, em menor ou maior grau, cada uma. Para Kate Crehan (2004, p. 124), o conceito de hegemonia em Gramsci diz respeito às relações de poder numa sociedade, como elas são vividas e ajudam na formulação de concepções de mundo de cada classe social. Distingue uma classe dominante de outra, que chama subordinada (ou subalterna, para alguns autores), a fim de explicar que a questão da dominação passa por uma forma de *consentimento* por parte dos subordinados. Um consentir *espontâneo*, que se dá em razão do prestígio e confiança que goza o grupo dominante devido à sua posição e função no mundo da produção. As formas com que consentimento e coerção se associam é que vão moldar o conceito gramsciano de hegemonia.

Já Ana Maria Zubieta (2000, p.37) explica que, para Gramsci, o povo, enquanto classe subalterna, possui uma concepção de mundo não elaborada e assistemática, que registra o múltiplo, o direto e justaposto, as sobrevivências. A isto se opõe a classe dominante, com uma visão de mundo elaborada, sistemática, politicamente organizada e centralizada, o que lhe permite impô-la ao restante da trama social. Ela define hegemonia como o processo de dominação social em que uma classe consegue que os interesses dela própria sejam

reconhecidos como seus por parte das classes subalternas, inclusive e sobretudo se eles vão contra os seus próprios interesses. A hegemonia seria, portanto, a capacidade de um setor ou grupo de setores de uma classe social de gerar consensos favoráveis aos seus interesses e fazê-los parecer interesses gerais (ZUBIETA, 2000, p. 38).

É importante destacar, a propósito, que a hegemonia não pode se dar apenas através da força, da repressão, pois aí seria apenas dominação estatal, seria inclusive reconhecer sua derrota enquanto classe dominante que já não consegue mascarar seus mecanismos de produção de consenso. Neste sentido, acrescenta Crehan (2004, p.124), hegemonia seria “uma maneira de assinalar relações de poder sempre em mutação, altamente versáteis, que podem assumir formas muito diferentes em diferentes contextos”. Não envolve apenas consentimento, mas também abrange a força e a coerção, o que evidencia o fato de que nenhuma hegemonia é absoluta ou exclusiva. Formas alternativas ou opostas sempre estarão convivendo na cena das práticas sociais, numa relação de poder e resistência. Por isso, diz Zubieta (2000, p. 40), a hegemonia deve ser vista como um processo ativo, em constante transformação, controlando, neutralizando e até mesmo incorporando as formas de oposição.

Manter ou combater tal hegemonia – conforme o caso – seria papel dos intelectuais, utilizando para isso instrumentos como a imprensa, os veículos difusores de cultura e as escolas, que atuariam como mediadores entre as estruturas de comando das classes sociais organizadas (os partidos) e a sociedade civil. Na avaliação de Lahuerta (1998, p. 133), “ao enfatizar a política como construção de hegemonia, Gramsci colocou no coração do pensamento marxista a preocupação com o momento consensual da dominação”, conferindo um papel de destaque especial aos intelectuais nas discussões sobre as teorias do Estado, cultura e sociedade.

Gramsci apresenta proposições bastante interessantes, sobretudo para a época, a respeito dos intelectuais e seu papel na sociedade. Para começar, garante que todos são intelectuais, “mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1978, p. 7). Alerta, neste sentido, que não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*, embora a imagem tradicional de intelectual que se costume popularizar seja mesmo a do literato, filósofo ou artista. Merece destaque, neste ponto, a sua interessante alusão aos jornalistas, que acreditariam ser os *verdadeiros* intelectuais. Mas afirma, entretanto, que “a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual” (GRAMSCI, 1978, p.8), o que nos dá uma pista para a classificação que propõe.

Ele distingue duas categorias principais de intelectuais, cada uma exercendo uma função essencial no universo da produção econômica: o orgânico e o tradicional. Explica, neste sentido, que cada novo grupo de intelectuais que surge, representando o pensamento dos novos agentes da estrutura econômica em seu dinamismo histórico (os intelectuais orgânicos), se defronta com outras categorias preexistentes (os tradicionais), ainda que algumas delas se costumem apresentar como representantes de uma continuidade histórica, sobreviventes mesmo às mais complexas e radicais modificações sociais e políticas.

A mais típica destas categorias seria a dos eclesiásticos, que por muito tempo monopolizaram serviços importantes como “a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da benevolência, da assistência, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 5). Os eclesiásticos estavam organicamente ligados à aristocracia fundiária, numa sociedade feudal, e, todavia, como observa Gramsci (1978, p.6), “consideram a si mes-

mos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante”. Tais grupos de intelectuais primariam por apresentarem-se como portadores de características únicas, intrínsecas, mais ligadas a abstrações conceituais de si mesmos do que ao contexto concreto, social, econômico e político das forças ou grupos que os geraram e/ou patrocinaram.

O grupo social que aspira a ascendência ao poder deve trabalhar para assimilar e conquistar ideologicamente os intelectuais tradicionais, enquanto trata de produzir seus próprios intelectuais orgânicos. Neste sentido, merece destaque a atividade escolar, em sentido lato. Ou seja, ele não assume – a exemplo de alguns dos pensadores marxistas contemporâneos seus – uma postura de simplesmente negar toda e qualquer instituição cultural de natureza burguesa. Como a escola, que define como “o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1978, p. 9).

Mais adiante, Gramsci vai diferenciar os grupos em que a atividade intelectual deve ser qualificada, colocando acima a filosofia e a arte, cabendo a um patamar mais baixo os administradores e os divulgadores, como os oficiais militares subalternos, por exemplo. É igualmente interessante como vaticina que o sistema de produção em série, industrializado, vai estender sua influência também sobre a esfera intelectual, moldando uma formação onde se destacam valores como a concorrência (como bem nos demonstram as orientações contemporâneas sobre competitividade e individualidade), o desemprego, a emigração.

Todavia, o grande problema que Gramsci identifica nos intelectuais de sua época estaria no fato deles não conseguirem captar – e, portanto, reproduzir – uma concepção de mundo efetivamente popular, ou seja, eles não entendiam os sentimentos do povo, não falavam por ele, de sua realidade vivida. Dos jornais, a propósito,

afirmava que “são organismos político-financeiros e não se propõem a divulgar as belas-letas ‘em suas colunas’, a não ser que estas belas-letas aumentem a receita” (GRAMSCI, 1978, p. 104). Vale ressaltar que se tratava do ano de 1930, quando na Itália a publicação seriada de romances de folhetim assegurava aos grandes jornais uma significativa circulação entre os segmentos populares.

Ao analisar os motivos pelos quais seus conterrâneos preferiam a literatura estrangeira, em detrimento dos escritores italianos, Gramsci (1978, p. 106) concluía que “os intelectuais não são do povo, ainda que acidentalmente algum deles seja de origem popular”. Mais que isso, para além da pura retórica, eles não se sentiriam ligados ao povo, “não o conhecem e não percebem suas necessidades, aspirações e seus sentimentos difusos; (...) são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta, não uma articulação – com funções orgânicas – do próprio povo (GRAMSCI, 1978, p.107).

Em relação à cultura nacional popular, o intelectual italiano destaca o caráter contraditório e fragmentado do popular, que mantém elementos de outras influências de classe, presentes e passadas, impregnadas de senso comum, de pensamento sistêmico passado por gerações, sem necessariamente levar em consideração o contexto histórico. Mas o nacional popular não é nacionalista, destaca. A respeito da cultura popular, Zubieta (2000, p. 41) afirma que ela pode ser vista como um sistema de relações entre classes sociais onde se produz e reproduz consenso, mas também resistência ao consenso, pois “sempre há um elemento da cultura popular que escapa ou se opõe às forças hegemônicas. Neste sentido, a cultura popular é uma cultura de conflito para as classes dominantes”.

A esta altura, é preciso também fazer uma distinção entre cultura clássica e popular. Tradicionalmente, como herança de uma maneira de pensar condicionada pelo modo de produção feudal, somos

levados a pensar em polos extremos, onde a primeira seria própria das elites, dos grupos que detêm o poder em uma organização social, enquanto a outra diria respeito ao conjunto que forma a maioria da população. A clássica estaria composta por referências refinadas, sofisticadas, que denotariam maturação intelectual, enquanto que a popular faria uso de símbolos rústicos, com linguagem e estrutura mais simples.

É neste sentido que se tornou costume tratar de uma linguagem erudita e outra popular. A primeira, composta por códigos mais elaborados, que abordariam a realidade sob variados pontos de vista, comparando e apresentando diversas interpretações alternativas. Faria referência às classes ou às categorias, elaborando conexões entre elas. Usaria o tempo contínuo, com ênfase no processo e no desenvolvimento. A linguagem popular, por sua vez, utilizaria códigos mais restritos, com base em uma perspectiva única, descritiva, com poucas conexões na organização do discurso. Faria referência ao indivíduo, sendo menos sensível às informações abstratas. Tenderia a ser mais concreta e literal, mais denotativa, personificando assuntos impessoais, usando o tempo de modo descontínuo, dando ênfase ao particular e ao efêmero.

Contudo, na era moderna, o desenvolvimento e a crescente sofisticação dos instrumentos de distribuição e difusão de informação acabaram rompendo as barreiras entre as duas acepções culturais, tornando menos nítidas as distinções entre faixa etária, classes, raças e crenças, formando uma nova cultura: a cultura de massa. No processo, foram envolvidos novos mecanismos de produção (industrialismo), nova divisão social do trabalho (ascensão da burguesia) e novo paradigma intelectual (o liberalismo). Aqui encontramos alguns pressupostos relevantes levantados pelos teóricos de Frankfurt: a presença bem marcada de classes sociais e

a influência deste novo ambiente cultural (sua ideologia) sobre a estrutura psíquica do indivíduo.

Enquanto a cultura clássica e a popular se valem da produção artesanal, espontânea, rural, local ou regional, a cultura de massa instala-se a partir de um fazer industrial. É urbana, cosmopolita e baseada em relações de consumo. Por isso, a cultura de massa absorve, recicla e multiplica aspectos tanto da cultura clássica quanto da popular. Num certo sentido, para a produção cultural em série, tanto faz se os elementos envolvidos, em conteúdo ou forma, são considerados eruditos ou populares – tanto faz, contanto que venda.

Horkheimer e Adorno (1982, p. 157), ao avaliar a questão, partem da premissa de que “a civilização moderna a tudo confere um ar de semelhança”, onde os produtos desta indústria cultural formam um sistema articulado e sincrônico. A partir daí, identificam os ingredientes necessários à sua definição de massa: “a falsa identidade do universal e do particular” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 158), num ambiente onde há uma economia concentrada (o capitalismo monopolista), produção em série e estandardização da produção (fordismo), planificação e especialização do trabalho. Onde a arte cedeu lugar aos negócios, à indústria que privilegia o tecnológico, onde a espontaneidade cede lugar ao padronizado.

Segundo Bronner (1997, p. 45), foi Georg Lukacs, em sua obra-prima intitulada *História e consciência de classe*, quem introduziu “os dois conceitos mais notoriamente associados à teoria crítica: alienação e reificação”. Neste sentido, dizem Horkheimer e Adorno (1982, p. 160) que “cada um deve-se portar, por assim dizer, espontaneamente, segundo o seu nível, determinado a priori por índices estatísticos, e dirigir-se à categoria de produtos de massa que foi preparada para o seu tipo”. Eles identificam uma tendência à padronização de tudo aquilo o que é produzido, mantendo-se ape-

nas uma aparência de concorrência e de liberdade de escolha. Assim, a diferença de valor entre os produtos da indústria cultural não é absolutamente objetiva, não diz respeito ao seu *significado* ou ao seu conteúdo intrínseco, mas sim às suas condições de produção, à sua embalagem.

Esta é a lógica que permite à indústria colocar à venda, por exemplo, uma coleção de livros, discos ou software multimídia dos mais variados autores (artistas, escritores, compositores, intelectuais ou produtores culturais de diversas escolas, períodos, tendências, níveis de reconhecimento ou apelo popular), mas todos sempre com o mesmo preço de capa. Ou seja, o preço é calculado pelas margens definidas pela estratégia de marketing traçada para o segmento ou a coleção, se for o caso, independentemente de quaisquer avaliações ou juízos de valor que possam ser feitos sobre uma eventual *qualidade* intrínseca a cada obra.

No ambiente da indústria cultural o original cede lugar à fórmula pré-concebida para facilitar o consumo, que é segmentado por classe, gênero, faixa etária, público específico etc. Pois, para estes dois autores da Escola de Frankfurt, um dos propósitos desta indústria não é outro senão justamente atrofiar a imaginação e a espontaneidade, facilitando assim o consumo daquilo que fabrica. Citando Hegel, ainda a propósito da alienação, Bronner diz que ela existe à medida em que as criações dos indivíduos escapam ao seu controle consciente. Para ele, “Toda forma de objetificação, segundo Hegel e o Lukács de *História e consciência de classe*, resulta em alienação” (BRONNER, 1997, p. 48-49). Já para Feuerbach, também citado por Bronner (1997, p.50), a alienação derivaria da externalização dos poderes e das possibilidades humanas em uma entidade inexistente (Deus), uma vez que “a realidade parece alheia ao indivíduo quando a responsabilidade por sua gênese é transferida a Outro”.

Horkheimer e Adorno, por sua vez, teriam podido analisar a indústria cultural “da perspectiva de uma racionalidade comprometida com a criação de produtos cada vez mais padronizados para a audiência mais ampla possível, para poder obter o lucro mais alto possível” (BRONNER, 1997, p. 61).

Estes autores também tratam das massas submissas ao mito do sucesso engendrado pela ideologia liberal hegemônica, que teria moldado consumidores conformados, plenamente satisfeitos com a produção do sempre igual. Sua crítica segue afirmando que “a máquina gira em torno do seu próprio eixo. Chegando ao ponto de determinar o consumo, afasta como risco inútil aquilo que ainda não foi experimentado” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 170). O que explica de forma ilustrativa o por vezes criticado – mas sempre bem recebido – conservadorismo da máquina de produção cinematográfica norte-americana, com suas fórmulas certeiras para produzir os chamados *blockbusters*.

Horkheimer e Adorno destacam que uma das características fundamentais da indústria cultural é justamente a repetição. Seu conceito típico de inovação trata basicamente de melhorias dos mesmos processos de reprodução em massa, ou seja, o que importa, o que deve ser renovado não é propriamente o *conteúdo* de um produto cultural, mas a técnica necessária para engendrar-lo. Neste sentido, garantem que o poder social adorado pelos expectadores “exprime-se de modo mais válido na onipresença do estereótipo realizado e imposto pela técnica do que pelas ideologias velhas e antiquadas aos quais os efêmeros conteúdos devem-se ajustar” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 172).

Enfim, a cultura de massa é a indústria do divertimento. Sua ideologia são os negócios. Seu deus, o mercado. A razão do seu sucesso estaria diretamente associada à expansão do consumo a partir

do estabelecimento e consolidação daquilo que chamam de *necessidades criadas*. E, no entanto, a questão é ainda bem mais complexa, sobretudo quando consideramos a afirmação destes autores de que “a indústria cultural continuamente priva seus consumidores do que continuamente lhes promete” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 175). Ou seja, ao prometer o prazer ou a transcendência do cotidiano, ao mesmo tempo os vai prorrogando indefinidamente, mostrando ao expectador que ele deve contentar-se mesmo com a abstinência e a rotina. Assim, suscitaria o desejo, mas ao final entregaria apenas um elogio à privação. O importante seria que o cliente (o consumidor) jamais alcançasse aquilo que tanto almeja, mas sequer se importasse com isso, pelo contrário, até se divertisse no processo. Por fim, cada um restaria resignado e satisfeito com o que lhe é oferecido.

Portanto, a indústria cultural não apenas criaria novas necessidades para o consumo, mas também as guiaria e disciplinaria. Assim é que “divertir-se significa estar de acordo” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 180). Mas, para isso, a obra deveria renunciar à capacidade de refletir o todo, numa situação onde as pessoas seriam levadas a não pensar, simplesmente esquecer a dor, mesmo onde ela se mostre. E, contudo, não se trataria de uma simples fuga da realidade, mas sim uma fuga “do último grau de resistência que a realidade ainda pode haver deixado” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 180).

Com base neste raciocínio, uma obra de arte fora do contexto da cultura de massa deveria conter um componente de transcendência, de crítica e superação da realidade cruel em que estaria imersa a sociedade. Enquanto que a intenção da indústria cultural seria afastar o indivíduo do necessário contato com a subjetividade, desabilitando-o de pensar criticamente. Trata-se daquilo que Bronner

(1997, p. 109) identifica como o *desdém* destes autores para com “as ameaças da modernidade à subjetividade” ou ainda seu desprezo pela democracia, pelas *massas* e pela *mentalidade de rebanho*.

A ideia de massa destes autores frankfurtianos é, de fato, de passividade completa. Para ilustrar isto, recorrem ao processo de identificação que os espectadores de cinema ou fãs dos astros de música desenvolvem em relação à fortuna e ao sucesso. O vislumbre de tais recompensas seria oferecido a eles, que o abraçariam cegamente, ainda que contrariando todos os cálculos das probabilidades. Seria, talvez, mecanismo semelhante ao que leva alguns jogadores a empregar seu dinheiro – muitas vezes escasso – em uma loteria onde as probabilidades de ganho são infinitamente pequenas. A propósito, dizem Horkheimer e Adorno (1982, p. 181) que somente um seria famoso, e mesmo se todos matematicamente têm a mesma probabilidade, “para cada um, esta é tão mínima, que ele fará melhor em esquecer-la de imediato e em se alegrar com a fortuna do outro, o qual muito bem poderia ter sido ele próprio e que, no entanto, nunca o será”.

A indústria cultural mais uma vez promete e nega, convida e desmente. Em mais uma demonstração do refinado pessimismo que caracteriza esta escola, arrematam, a propósito da roda da máquina industrial, que gira constantemente, movendo-se para lugar algum, de volta sempre ao ponto de partida: “Combate-se o inimigo já batido, o sujeito pensante” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 184). Pois seria característica inerente à cultura o estabelecimento de mecanismos de controle social, embora esta cultura industrializada consiga ir além: “Ela ensina e infunde a condição em que a vida desumana pode ser tolerada” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 188). Bronner (1997, p. 68) igualmente alerta que a alienação teria um componente existencial, sendo mais do que um mero reflexo das condições sociais e “irredutível à divisão do trabalho”.

Portanto, ao submeter-se ao social a fim de alcançar segurança, as pessoas abririam mão da sua própria individualidade, identificando-se sem reservas com o universal. Tudo seria produzido em série, inclusive as *individualidades* possíveis, todas fáceis e imediatamente reconhecíveis a partir de modelos pré-concebidos e tão difundidos pelos meios de comunicação de massa. Embora reconheçam que o princípio da individualidade sempre fora contraditório, estes autores da Escola de Frankfurt afirmam que “a indústria cultural pode fazer o que quer com a individualidade somente porque nela, e sempre, se reproduziu a íntima fratura da sociedade” (HORKHEIMER; ADORNO, 1982, p. 190-191). Submetidas ao sistema, as pessoas estariam de bom grado abrindo mão de um esforço pela individualização, ainda que o substituindo por outro esforço, ainda mais trabalhoso, da imitação. Ao assumir tais papéis, elas vão tornando sua individualidade cada vez mais abstração, ou seja, vão-se tornando consumidores.

Um contraponto relevante a tal raciocínio é o que nos oferece Certeau quando destaca a importância da vida diária para a interpretação dos fenômenos sociais, enquanto elemento de pré-configuração narrativa. Para ele, o fundamento da vida cotidiana não está na individualidade, mas sim no convívio social, nas regras e práticas sociais. O que interessa, neste caso, está nas relações sociais em si e não na soma de individualidades. “A questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo” (CERTEAU, 1994, p. 38), esclarece, acrescentando que ela aponta para uma lógica cujos modelos estariam nas astúcias de sobrevivência dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados.

O indivíduo social *representa* a vida cotidiana na qual está inserido através dos usos e práticas dos quais lança mão. Para tanto,

afirma que a análise das imagens difundidas pela televisão – as representações – deve ser completada pelo estudo daquilo que ele próprio, o consumidor, fabricaria durante essas horas diante do aparelho. “O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos produtos comprados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui” (CERTEAU, 1994, p. 39).

Através destas representações, é possível entender como cada indivíduo se apropria, como usa este social que o cerca e como elabora esta outra *produção* escondida e disseminada nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de produção da mídia, do meio urbano, das relações comerciais etc. Segundo Certeau (1994, p. 39), a esta outra produção também podemos chamar *consumo*, “esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”. A presença e a circulação destas representações no meio social, por si sós, não indicam o que elas são para seus usuários. É preciso ainda analisar suas formas de manipulação.

As investigações de Certeau levam em conta as maneiras criativas como estas pequenas operações são executadas cotidianamente em meio ao ordenamento sócio-político que nos cerca. Avalia a formalidade destas práticas apreciando sua lógica, sua *arte de fazer*. Segundo ele, tais práticas “colocam em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 1994, p. 42). Não fala, todavia, de uma marginalidade de pequenos grupos, mas sim daquilo que denomina *marginalidade de massa*, ou seja, uma atividade cultural não assinada e não legível, mas simbolizada “e que é a única possível a todos aqueles que, no entanto, pagam,

comprando-os, os produtos-espetáculos em que se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa” (CERTEAU, 1994, p. 44).

Não são ações homogêneas, pois se trata de relações de forças desiguais. Daí a necessidade apontada por Certeau de diferenciá-las entre táticas de consumo (as práticas cotidianas mais elementares, como falar, ler, fazer compras e cozinhar, mas ainda assim, e sobretudo por isso, a engenhosidade do mais fraco) e aquilo que chama de estratégias. Neste sentido, explica Certeau (1994, p. 45) que embora sejam compostas com os vocabulários de línguas recebidas e continuam submetidas a sintaxes prescritas, “elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas em que se desenvolvem”. A partir daí ele vai especificar cada uma destas noções, denominando de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um *ambiente*. “Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (CERTEAU, 1994, p. 46).

Ao contrário, a definição de tática aponta para um tipo de cálculo que não dispõe de um *próprio*, de um lugar seu e, deste modo, não distingue fronteiras. Por isso, insinua-se de maneira fragmentada, sem apreender por inteiro o outro. Pois, segundo Certeau (1994, p. 46), “ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo”. E prossegue assegurando que, ao contrário, “pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibili-

dades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’” (CERTEAU, 1994, p. 47).

A centralidade está nas práticas estruturadas, codificadas, contratadas e pactuadas da vida social. Tais estruturas, por sua vez, são modelos abstratos, cognitivos (tais como nação, país, região, fronteira etc), aos quais Certeau denomina estratégia. Ocorre que tais modelos (ou estratégias) desconhecem os indivíduos, embora certamente não possam prescindir deles. A maneira como cada um, cada pessoa, utiliza tais modelos é o que chama de tática (uma maneira de fazer particular, própria de cada um). As representações são, portanto, uma interpretação destas táticas, então tornadas modelos (estratégias). Em outras palavras, tática é o uso dos modelos e possui, portanto, um elemento de transformação.

Ao capitalismo são caros conceitos como a eficiência, a produtividade e o lucro, objetivos aos quais se chega através de métodos, ações e procedimento padronizados. Portanto, é de sua natureza negar espaço ao diferente, depreciar aquilo que destoa. Exatamente o contrário do que costuma fazer o baiano quando contrapõe sua noção lúdica e cíclica de tempo aos horários rígidos dos relógios de ponto das fábricas. Eles fazem uso, então, das táticas cotidianas de subsistência citadas por Certeau.

## **Identidade nacional e representação**

A imprensa teve – e certamente mantém até os dias atuais – um papel de grande relevância para a construção de uma identidade nacional, uma vez que o estabelecimento de um projeto de nação moderna passa incontornavelmente pela afirmação da língua vernácula, o que se dá através da educação e da literatura ou da música, mas igualmente do jornalismo, que ainda se responsabiliza pela difu-

são e a legitimação de lideranças políticas e vultos históricos, intelectuais e artistas, identidades e estigmas. Difusão que ocorre em meio a um processo muitas vezes autoritário, geralmente imposto por um regime de pautas que não diz respeito necessariamente aos interesses públicos, mas sim aos da própria instituição.

A propósito das questões relativas à identidade, a pesquisadora Ana Carla Fonseca Reis (2007, p. 154) diz que ela “é a base e a essência de quem somos nós. É aquilo que nos faz reconhecer a nós mesmos no espelho e através dos olhos dos outros”. Neste sentido, lembra que a Coroa Portuguesa se esforçou em não permitir ao Brasil Colônia quaisquer iniciativas que possibilitasse a criação ou o reforço de referências que valorizassem a cultura local. Mas ressalta que “algumas manifestações culturais, como se sabe, conseguiram sobreviver e hoje são parte integrante de nossa identidade cultural” (REIS, 2007, p. 155). Seria para ela o caso da capoeira e do sincretismo dos orixás, da umbanda e do candomblé com os santos da igreja católica.

Contudo, ao avaliar o papel atribuído ao afrodescendente no processo histórico de formação da sociedade baiana, o professor Fernando Conceição (2006, p.61) afirma que “foi no campo do trabalho – e não no da cultura – que o negro mais desempenhou sua função de base na construção do Estado brasileiro”. Lembra que foi na Bahia onde aconteceram algumas das mais significativas e sangrentas rebeliões de escravos, como a Revolta dos Malês, em 1835, mas aponta também outros exemplos de organização política engendradas como forma de resistência. Os terreiros de candomblé, as irmandades religiosas e as associações semissecetas que compravam indultos e alforrias são algumas delas.

Entre as mais famosas destas entidades estão a Sociedade Protetora dos Desvalidos (fundada em 1832 e que segue em funciona-

mento até hoje, instalada no centro histórico de Salvador) e a Irmandade da Boa Morte (criada na cidade de Cachoeira também no início do Século XIX). São consideradas semissecréticas porque apesar de não serem reconhecidas ou autorizadas a funcionar por parte dos poderes estabelecidos, foram toleradas em razão de seu perfil aparentemente assistencialista. Em verdade, eram organizações estruturadas e com objetivos bem definidos, cumprindo uma função social de grande relevância, sobretudo para os afrodescendentes deixados à própria sorte após o esgotamento do modelo escravocrata.

Ocorre, todavia, que muito dificilmente lograram merecer espaço na imprensa da época e tampouco depois, salvo a partir do momento em que passaram a atrair o interesse dos segmentos ligados à exploração do turismo, como é atualmente o caso da Irmandade da Boa Morte. Outra questão de suma importância é estabelecer como essa imprensa, empenhada que estava em consolidar os ideais liberais tão em voga (liberdade, igualdade e fraternidade), tratou o negro ante as questões de foro nacionalista, republicano e positivista. Teria sido a ele atribuído o mesmo papel que hoje tanto interessa ao turismo? Fernando Conceição (2006, p.63) afirma, a propósito, que “na Bahia de conflitos raciais não admitidos publicamente nos círculos de poder até o presente, a imagem do negro tem sido eternamente arquetipada, folclorizada: ele é um bem cultural e, como tal, pode ser posto e disposto, maltratado e preservado”.

Em seu estudo sobre a questão racial na Bahia<sup>7</sup>, Thales de Azevedo (1996, p. 58) explica em nota de rodapé o sentido do termo *mulato pachola*, então atribuído a certo intelectual baiano: “preguiçoso, vaidoso e exibicionista, qualidades que se atribuem muitas vezes aos mulatos letrados, a tal ponto que o qualificativo injurioso de

<sup>7</sup> As elites de cor numa cidade brasileira, pesquisa realizada entre 1951 e 1952, sob encomenda para o Departamento de Ciências Sociais da Unesco.

‘pachola’ quase só se aplica atualmente a pessoas desse tipo físico”. Para comprovar o que diz, cita vários trechos de artigos publicados em jornais da época, em que os tais *mulatos* são sempre descritos como pessoas exageradas ao falar e muito preocupadas em se mostrar eruditos.

Argumenta, contudo, que este tipo de hostilidade não é dirigido a um grupo étnico enquanto tal, mas busca atingir especificamente a um indivíduo que “em virtude de sua educação superior ou de aspirações mais ambiciosas que as do seu grupo, procuram destacar-se na esfera intelectual” (AZEVEDO, 1996, p. 59). Ou seja, seria muito mais a aplicação de um estereótipo depreciativo a um inimigo específico, identificado, que propriamente uma manifestação de racismo. E prossegue seu raciocínio avaliando as expectativas em relação ao comportamento ou ao papel social atribuído aos grupos étnicos quando trata de classe e de ascensão social. “Os brancos esperam que as pessoas de cor, especialmente as mais escuras, sejam comedidas em seus gestos, que sejam modestas e que, apesar dos seus méritos pessoais, guardem certa distância deles. E aquelas sabem muito bem de tudo isso” (AZEVEDO, 1996, p. 68).

Para ele, tal comportamento se daria em razão de outro estereótipo, o de que os negros e mestiços seriam naturalmente espaçosos, de atitudes largas e espalhafatosas, muitas vezes até inconvenientes em sua maneira de comportar-se em público. Isso quando não, por outro lado, definidos como excessivamente humildes e submissos, o que na verdade seria a regra que explica e justifica a exceção. Neste sentido, defende as conclusões do estudo de Donald Pierson<sup>8</sup> de que haveria na Bahia uma sociedade multirracial de classes, na qual importa menos a cor da pele que a classe social de origem. O que

---

8 PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

soa contraditório quando reconhece que é esperado do negro que ascende socialmente um padrão de comportamento, um papel social pré-definido. Sobre tais contradições enfrentadas pelos afrodescendentes que ascendem socialmente na Bahia, Azevedo (1996, p. 72) comenta: “As pessoas que assim sobem não somente experimentam dúvidas e dificuldades quanto à sua situação, como são alvo de ressentimentos por parte de muitos que permanecem nos estratos inferiores da sociedade”. Isto porque, assegura, “para adquirir status, o escuro necessita assimilar-se cultural e socialmente ao branco adotando a sua ‘epiderme social’, ele é muitas vezes censurado por ser ‘metido a branco’ ou por ‘não querer ser de cor’” (AZEVEDO, 1996, p. 7).

Sobre o uso do termo *mulato*, Kátia Mattoso (1992, p. 126), diz que “a imensa variedade de mestiços – para os quais os brasileiros inventaram diversas palavras, como mulatos, cabras, pardos, sararás, cabos-verdes etc. – são declarados ‘brancos’ se forem socialmente aceitos e ‘mulatos’ em caso contrário”. Mas questiona se tais construções sociais já eram válidas em períodos como o Século XIX. A este respeito, Antonio Sérgio Guimarães (2003) diz que até a segunda metade do Século XIX o termo *preto* é usado para designar os africanos trazidos ao Brasil, enquanto que *crioulo* era reservado aos negros aqui nascidos. Somente depois é que *preto* passa a referir-se igualmente a africanos e seus descendentes.

“Negro deixa então de designar a ‘cor’ e passa, paulatinamente, a ter um significado racial e pejorativo” (GUIMARÃES, 2003, p. 250). A expressão seria depois resgatada pelas lideranças negras pioneiras, nos anos 20 do Século XX, nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, empenhados na conquista por direitos civis. Na Bahia, a valorização do termo *negro* como componente positivo de afirmação da cultura afrodescendente somente ocorreria por volta dos anos 70,

mas aqui em um contexto diferente, mais voltado ao resgate e cultivo das origens africanas, e menos à mobilização política.

Numa abordagem que sugere o reconhecimento de uma democracia racial nesta Bahia, inicialmente circunscrita a Salvador e seu Recôncavo, Mattoso (1992, p. 580) trata da formação das hierarquias sociais, alertando contra as “generalizações apressadas, especialmente perigosas quando se tratava de descrever o quadro social não só das velhas regiões açucareiras como das diversas sociedades de todo o Brasil”. Neste sentido, critica tanto a visão daqueles que enxergam apenas dois grupos sociais (os senhores e os escravos) quanto os que dividem as classes em uma aristocracia da terra, uma burguesia urbana mercantil e a plebe. Para ela, a realidade era sempre muito mais complexa que isso.

Questiona, por exemplo, as definições de povo e o lugar ocupado, neste contexto, pelos alforriados, a meio caminho entre o homem livre sem posses e o cativo sem direito civil algum. Eles seriam, portanto, uma gente que pagava taxas e impostos, mas não tinha direito à cidadania plena. Ao contrário, defende que “a sociedade colonial baiana caracterizou-se, desde o primeiro século de sua formação, por uma enorme capacidade de assimilação e uma grande mobilidade social, aliás, ascendente e descendente” (MATTOSO, 1992, p. 582). O que faz lembrar o ditado muito popular na Bahia que fala das famílias que tiveram pai rico, filho nobre e neto pobre.

De uma maneira geral, portanto, Mattoso conclui que a sociedade baiana, baseada no modelo português estratificado entre nobres e plebeus, partiu de uma estrutura mais simples, do tipo homens livres brancos e escravos negros, para um sistema complexo que incluía também os mestiços, os alforriados e migrantes que buscaram acumular riqueza, especializar-se profissionalmente e ocupar

um espaço na estratificação social. Para ela, a aristocracia local – os senhores de engenho – até que tentou tomar por modelo o português, mas para tanto lhe faltava a nobreza de berço, a linhagem.

Os nobres brasileiros buscavam imitar o estilo de vida europeu, mas não eram tão exigentes em relação às origens dos candidatos a aristocratas. No entanto, embora os títulos de nobreza propriamente ditos somente fossem entregues àqueles poucos com serviços considerados relevantes prestados à Corte Portuguesa e, depois, aos imperadores brasileiros, isto não teria impedido uma grande mobilidade entre as camadas sociais, uma vez que “as fortunas se faziam e se perdiam com igual rapidez e as plantações açucareiras passavam de uma mão a outra facilmente; o todo-poderoso senhor de engenho podia subitamente transformar-se em branco pobre, e um fidalgo empobrecido já não podia manter sua posição” (MATTOSO, 1992, p. 590).

Ao analisar as estruturas sociais estabelecidas no Recôncavo, especificamente, Mattoso (1992, p. 592-595) distingue dois ambientes distintos. O primeiro, concentrador, baseava-se em uma comunidade rural estabelecida em torno dos engenhos de cana e era rigidamente estratificado numa pirâmide que tinha no topo o senhor de engenho, sua família e agregados, seguidos por lavradores (proprietários ou arrendatários de pequenas áreas em torno do engenho, ao qual fornecia a cana para moagem), pelos assalariados (camponeses livres, ex-escravos ou descendentes de escravos sem a propriedade da terra, trabalhadores que dominavam ofícios específicos, artesões, artífices e prestadores de serviços diversos) e, finalmente, os escravos. Na base desta pirâmide, os escravos estavam ainda divididos em três grupos específicos: os que prestavam serviços domésticos, os que dominavam algum ofício, e os que trabalhavam na plantação ou no engenho.

Desde os primórdios da colonização e durante muito tempo, ao menos até o Século XIX, os senhores de engenho mantiveram prestígio e poder efetivo na região, ainda que outros empreendimentos agrícolas de pequeno e médio portes tenham coexistido com a cultura da cana, a exemplo do fumo e da mandioca. Nestes casos, todavia, formavam-se núcleos menores dispersos, e de organização social mais simples, sem estrutura hierarquizada e mão-de-obra especializada, mas contando principalmente com os recursos da própria família ou, no máximo, de uns poucos escravos, ou ainda da contratação eventual de artesãos (como, por exemplo, para o fabrico dos rolos de fumo).

A propósito, esclarece Mattoso (1992, p. 595) que “a linha de demarcação social passava nesse caso entre os que tinham a posse da terra e os que eram meros arrendatários, ou ainda entre os livres e os escravos, condição no entanto amenizada pela vida em comum”. Neste esquema, ela não identifica entre os moradores do Recôncavo da época a mesma mobilidade social encontrada na Capital. Muito pelo contrário, por mais que conseguisse se impor em razão do trabalho e crescer na estima do seu senhor e da comunidade, um artesão jamais conseguiria transpor os limites de classe, convertendo-se, por exemplo, em plantador de cana, ou, menos ainda, em senhor de engenho, pois esse domínio era dos brancos. “De fato, a mobilidade social era maior na cidade que no campo porque ali os homens eram menos dependentes. Essa maior autonomia era desfrutada até pelos escravos, que alcançavam a alforria em número muito maior” (MATTOSO, 1992, p. 600).

Mas ainda que destaque tal mobilidade social e a participação dos vários tipos de mestiços nas estruturas de poder, ela não deixa de identificar um momento, a partir de meados do Século XIX, em que a sociedade baiana passa a vetar com veemência o acesso de pessoas

negras ao mercado de trabalho formal, certamente temendo uma concorrência crescente.

Por fim, ao tentar explicar o profundo processo de estagnação que alcançou a Bahia e de maneira particularmente perversa o Recôncavo no final do Século XIX, intensificando-se a partir de 1920, Mattoso (1992, p. 649) soma os motivos de origem econômica (ineficiência dos meios de comunicação e transportes, falta de diversificação na mineração e no setor agrícola, sobretudo em relação às monoculturas da cana e do fumo) à “persistência de uns tantos mitos, fortemente enraizados nas mentalidades”. O primeiro deles seria o mito da democracia racial, que implicaria em contradições da escravidão em agir como se *todo rico fosse branco e todo negro fosse pobre*.

Trata, também, do mito da falta de mão-de-obra, que envolve uma contradição preconceituosa entre o incremento da venda de escravos para o centro e o sul do país, na segunda metade daquele século, enquanto se reclamava do aumento das alforrias e do direito dos negros ao trabalho livre. Outro mito seria o das terras férteis e inesgotáveis, que ocultaria uma visão extrativista, como se as plantações fossem minas de onde se retira o máximo possível e depois abandona. Haveria, finalmente, o mito das riquezas do Recôncavo, que, afinal, “era mais uma ilusão, que se rompia quando os proprietários, com o tempo, e por efeito das partilhas, se viam destituídos de extensões de terra suficientes para aumentar a produtividade” (MATTOSO, 1992, p. 649-650).

Com isso, os grandes engenhos não modernizaram suas técnicas de produção e não se preocuparam com o financiamento dos seus negócios, ao final bancados e geridos pelos comerciantes de Salvador. Ao mesmo tempo, embora numerosos e influentes junto ao poder central, os representantes da elite baiana teriam se preocupado em defender, não os interesses da Bahia, mas especificamente os

de suas próprias famílias, dos seus próprios engenhos ou negócios. Ocuparam-se de sua ascensão individual. Para Mattoso (1992, p. 651), “funcionários e políticos do alto bordo, uma vez no Rio de Janeiro, cercados de honrarias, tendiam a esquecer que eram baianos”. Sobre a intelectualidade local, por sua vez, escreveu que “o sonho de todo intelectual baiano, honesto ou não, conformista ou não, é tornar-se, ele mesmo, uma instituição” (MATTOSO, 1992, p. 24).

Na esteira deste pensamento, ao apontar o papel central exercido pelo modelo de família adotado no processo colonizador que levou à formação da nossa identidade, Mattoso (1992, p. 129) afirma que “os conquistadores portugueses tiveram as mão livres para edificar no Brasil uma vida econômica baseada em grandes unidades de produção agrícola e uma vida social organizada em torno da família”.

Assim, embora situadas nos pontos extremos desta estratificação social, as populações brancas (descendentes diretas dos portugueses) e negras (africanos e afrodescendentes) se valeram ambas de estratégias endógamas, onde as afinidades familiares ou de classe (no primeiro caso), étnicas ou religiosas (no segundo), determinavam os casamentos ou uniões informais. Entre estes dois extremos, a Bahia mestiça seria obrigada a lançar mão de arranjos familiares bastante criativos, tolerantes e diversificados, a fim de assegurar a sobrevivência.

Embora predominantemente patriarcal, sobretudo entre a elite rural formada pelos grandes senhores de engenho, a família baiana teria desenvolvido estratégias que assegurassem uma rede de solidariedade para com os seus descendentes, como as diversas figuras de padrinhos e madrinhas (de batismo, de crisma e até de consagração), os agregados e os arranjos informais, as uniões naturais e os vários sistemas de parentescos, inclusive aqueles que condenava oficialmente, a exemplo da figura da concubina e do reconhecimento dos

direitos dos filhos ilegítimos. Que não teriam sido poucos, com base em levantamento feito por Johildo Athayde<sup>9</sup>. Cobrindo os quase 15 mil registros de batismo feitos na Paróquia da Sé no período entre 1830 e 1874, ele aponta a proporção de 73,3% de nascimentos ilegítimos, sendo 12,5% destes enjeitados e acolhidos pela Santa Casa de Misericórdia. A propósito, comenta Athayde (apud Mattoso, 1992, p. 199) sobre como se casavam os baianos: “todas as estratégias, doces ou violentas, que acabo de estudar eram o preço cotidiano que as famílias pagavam por viver numa terra em que o sangue é quente, mas em que os individualismos e os limites impostos pelas mentalidades acabaram por criar uma sociedade relativamente harmoniosa”.

### A noção de baianidade

Maria Brandão (1999) entende que numa sociedade complexa como a nossa não há como falar em identidade nacional no singular. Para ela, é preciso averiguar de que forma a imprensa periódica lida com a diversidade e com o diferente, assim como os estereótipos ligados à *baianidade* são contemplados em relação a um projeto nacional de unidade proposto pelo discurso hegemônico das elites. A propósito, Osmundo de Araújo Pinho (1998, p. 109) chama de *ideia de Bahia* a uma concepção bastante disseminada por vários agentes sociais – e a imprensa é certamente uma das mais influentes neste particular – e onipresente nas afirmações do senso comum em nosso Estado, pelo menos, “que se apresenta como uma rede de sentido indefinida e abrangente capaz de interpretar e constituir de determinada forma a autorrepresentação dos baianos”. O autor identifica a Bahia como uma *comunidade imaginada*, de acordo com a definição apresentada por Benedict Anderson (2008), para quem

<sup>9</sup> Publicado em artigo intitulado *Filhos ilegítimos e crianças expostas*, na Revista da Academia de Letras da Bahia, edição de setembro de 1979.

o sentimento de nacionalidade tem menos a ver com civismos ou outras determinações ligadas ao local de nascimento, mas nutre-se de uma variada e rica gama de anseios, esperanças, valores e preconceitos desenvolvidos no próprio embate social.

Para ele, o sentimento nacional moderno está vinculado a fenômenos aparentemente contrários, mas que afinal se complementam, a exemplo da luta de classes, a ascensão das línguas vernáculas, o crescimento e decadência dos impérios coloniais e, sobretudo, a consolidação da imprensa como veículo de uma era, de uma maneira de ver o mundo. Neste sentido, apresenta a nação como uma *comunidade política imaginada*, limitada por fronteiras bem estabelecidas e governada por um Estado, soberano e devidamente legitimado. Todavia, o que faz desta comunidade um organismo autêntico e autônomo tem menos a ver com o estabelecimento de suas instituições e sim com o sentimento de comunhão que une todos os seus membros. São vínculos experimentados coletivamente por pessoas que não precisam se conhecer pessoalmente ou sequer compartilhar um mesmo tempo, uma mesma existência. Tal sentimento de camaradagem e identificação *nacional* independe também de quaisquer formas de exploração ou injustiça que existam dentro dela.

Neste processo, a consolidação da língua vernácula é determinante, pois toda nação implica na existência de uma língua própria. O que se consegue através da educação formal, da literatura e da imprensa, sem a qual dificilmente se conseguiria tão rápida e eficientemente a homogeneização da língua nacional. Tal homogeneização permite o surgimento de uma consciência de pertencer a um mesmo grupo e o estabelecimento de poderosos laços sociais. Pois, ao contrário das aristocracias, que formavam seu senso de comunidade através das relações de parentesco, de herança e alianças por novos casamentos, a burguesia conseguiu construir sua coesão estabelecen-

do vínculos imaginados (mas não *imaginários*, o que é bem diferente, é preciso destacar).

A propósito, conforme observou Benedict Anderson (2008, p. 119), um industrial da cidade francesa de Lille estaria ligado ao dono de uma fábrica em Lyon apenas por reverberação. Eles não precisavam necessariamente conhecer-se pessoalmente ou casar seus herdeiros, mas, “de fato, enxergavam genericamente a existência de milhares e milhares de outros parecidos com eles, através da língua impressa”. Desta forma, por sua vez, o professor Osmundo Pinho (1998) descreve a *ideia de Bahia* como discurso construído em torno de uma articulação entre povo, tradição e cultura.

Apona dois grandes núcleos de discurso da nacionalidade no Brasil: o nacional-popular e a mestiçagem. Este último, sobretudo no que diz respeito às ideias de democracia racial e do popular, integraria o estoque de conteúdo positivo, embora controverso, da ideia de Bahia. É este discurso que nos possibilita entender algumas práticas cotidianas que muitas vezes reproduzem e ajudam a manter desigualdades sociais e de *status*, mas que em geral interpretamos como cordialidade ou deferência. Para ele, a *ideia de Bahia* materializa-se nas formas de seu uso e “realiza-se como estrutura cultural de poder, na forma de uma ideologia sofisticada e persuasiva, de apelo popular e organicamente articulada à construção do imaginário popular” (PINHO, 1998, p. 112).

Tal construção envolve um *sentimento* de diferença que os baianos teriam em relação ao resto do País e do mundo, que se constrói através de narrativas específicas, com conteúdos ideológicos particulares e que servem de base para um consenso político com vistas à dominação e para a reprodução de bens simbólicos os mais diversos, negociados no mercado internacional de cultura. Incluindo aí desde a música ao turismo, mas também a publicidade e a literatura.

Todo este arsenal simbólico teria como objetivo formar uma rede cultural destinada a sustentar as práticas discursivas que reforçam constantemente a *natureza* deste *ser baiano*.

Pinho (1998) identifica dois conjuntos de textos considerados fundamentais para a simbologia da cultura baiana: os chamados guias de baianidade e a obra literária de Jorge Amado. No geral, trata-se basicamente de livros escritos desde a década de 40 do Século XX sob inspiração dos personagens, cenários, tradições e aspectos culturais marcantes da Bahia. A literatura, de fato, está na matriz deste tipo de discurso, tanto quanto a imprensa, que com ela sempre dialogou, tanto no empréstimo dos seus estilos e formas narrativas quanto dos seus autores<sup>10</sup>. Em tais textos literários, a representação do povo baiano é reveladora de sua condição multirracial, bem como os dotes de suas mulheres. Em geral, os estereótipos raciais e sexuais se combinam na construção desta baiana cantada nos versos ou descrita nos romances.

Neste sentido, destaca que uma concepção aparentemente incoerente de democracia racial acaba se formando em meio a uma série de construções racialistas e sexistas que envolvem a ideia de povo na Bahia. A originalidade do baiano estaria no sincretismo e a criatividade na miscigenação. E tudo isso tem mudado muito pouco ao longo do tempo. Na verdade, lembra o autor que tal ideia consensual de Bahia vem de longe e é repetida pelos veículos de comunicação todos os anos, a partir de imagens como as baianas de acarajé, as igrejas, festas de largo e outras cenas que remetem ao verão.

Ao estabelecer uma classificação das canções que abordam o tema Bahia na música popular brasileira, Milton Moura<sup>11</sup> (2001) observa que várias delas falam das comidas que levam dendê (caruru,

10 De fato, um número considerável de escritores brasileiros esteve em algum momento da vida trabalhando em uma redação de jornal.

11 O autor pesquisou 272 composições que fizeram sucesso nas rádios brasileiras entre 1904 e 1964.

acarajé e vatapá) ou de origem indígena e africana (cuscutz, mungunzá); da sensualidade do povo baiano (o denngo, a faceirice e brejeirice da baiana), seus trajés, a manha e a malandragem do baiano; a religiosidade (Senhor do Bonfim e Nossa Senhora, Xangô e Iemanjá, principalmente); o espaço urbano e a arquitetura (sempre descritos como locais cheios de mistério e beleza, como a Colina do Bonfim, a Baixa dos Sapateiros, a Praça da Sé e Itapuã), tudo recheado com bastante saudosismo, entre os que querem ir e os que desejam voltar à Bahia.

Sobre a obra de Dorival Caymmi, especificamente, o autor diz que sua musicografia destaca, entre outros temas, os profissionais de vida dura e perigosa, como os pescadores que vão ao mar e não sabem se retornam, as baianas que passam o dia a vender quitutes e acarajés ou ainda as laboriosas lavadeiras de roupa do Abaeté. Ele fala tanto do *branco mulato* quanto do *preto doutor*, do *denngo que a nega tem* e de Mãe Menininha do Gantois. Moura (2001) defende que a atribuição de malemolência a Dorival Caymmi não encontra respaldo em sua obra, mas é engendrada desde fora, por identificar no cantor o baiano típico, emblemático da maneira peculiar com que vários artistas da Bahia costumam se referir à sua própria relação com o tempo e o trabalho.

A mesma lógica pode ser aplicada quando se busca mensurar a contribuição da imprensa no engendramento e na consolidação de outros mitos e arquétipos correlatos, paralelos ou entrecruzados, a exemplo da democracia racial, alimentada pela alegria e sociabilidade naturais do baiano. O que inclusive levaria a uma suposta docilidade e passividade do seu povo, ou – pior ainda – a uma inata preguiça do cordial cidadão destas terras obviamente abençoadas por Deus. Mestiçagem tal que explicaria também o caráter pouco confiável do mulato pachola, a intensidade dos dotes sexuais do negro

e a sensualidade lasciva da mulata (este termo, por si, já tão profundamente preconceituoso ao remeter à ideia de cruzamento entre espécies, como ocorre entre equinos).

Em seu arrazoado a propósito das tensões sociais na cidade do Salvador por volta dos anos 50 do Século XX, Thales de Azevedo (1996, p. 44-45) descreve alguns dos estereótipos aplicados a grupos étnicos locais, como os árabes vendedores de tecidos (mascates ou ambulantes sempre muito reservados) e o galego da padaria (imigrante espanhol da região da Galícia, muito mesquinho em relação a dinheiro). Sobre sua própria terra, observa que “no folclore, na propaganda turística, nas caricaturas que acompanham as críticas políticas, a Bahia é geralmente representada como a ‘mulata baiana’, com traje característico das mulheres ligadas ao *candomblé*” (AZEVEDO, 1996, p. 55).

Ao tratar da figura da morena sedutora, explica que a mestiçagem entre portugueses, africanos e brasileiros contou com fatores como a falta de mulheres brancas na fase inicial de povoamento, o regime escravagista, um frouxo controle social sobre o comportamento masculino etc. Lembra que era comum, à época, a afirmação de que “para ver belas negras seria preciso vir à Bahia” (AZEVEDO, 1996, p. 50). A esta altura, é importante distinguir *morena* de *mulata*, observando que a primeira é aquela descrita com traços físicos mais próximos aos dos europeus, com cabelos negros ondulados e pigmentação da pele mais leve, enquanto que a outra teria traços afrodescendentes mais evidentes e pele mais pigmentada. Mas em que medida tais rótulos estariam ligados apenas às características físicas, uma vez que o termo *mulata* parece remeter sempre a traços físicos e de cor da pele, ao tempo em que *morena* consegue espaço nos discursos da literatura ou mesmo do jornalismo para transmitir uma ideia de romantismo ou, no máximo, de sensualidade? O pró-

prio Azevedo fornece uma pista quando descreve a forma como o baiano utiliza alguns termos bem específicos, como o carinhoso *meu negro* ou ainda *negrinho simpático*, que ocorreriam sem conotação depreciativa, mas ressaltando que *nigrinha* teria sentido pejorativo, ao ser aplicado às jovens negras com má reputação moral. Neste sentido, explica, “proceder ‘como uma nigrinha’ equivale a comportar-se mal, especialmente do ponto de vista das atividades para com pessoas do sexo masculino” (AZEVEDO, 1996, p. 36).

De fato, até hoje a expressão é utilizada para referir-se igualmente a moças de comportamento sexual mais liberado. No capítulo em que analisa os casamentos inter-raciais, Azevedo (1996, p. 77) reproduz a opinião de alguns entrevistados, afirmando que a morena “é considerada como o tipo feminino mais ardente e mesmo mais acessível sexualmente”. Mais adiante, afirma que o casamento de um branco com mulher de pele escura era condenado pela sociedade, apesar de serem consideradas desejáveis, entre portugueses e alemães, as morenas de traços finos e cor de jambo. “A mulher escura que casa com um branco está muito mais exposta à hostilidade da família do esposo do que o escuro que casa com mulher clara ou branca” (AZEVEDO, 1996, p. 79).

Ou seja, embora tal linha de raciocínio conduza à conclusão de que, na prática, somente existiria preconceito de cor na Bahia quando se tratasse de casamento, a verdade é que este tipo de discurso traz embutido não apenas preconceitos de cor, mais igualmente de gênero e, sobretudo, de classe social. Azevedo (1996, p. 103) também identifica uma predominância de afrodescendentes no campo das artes, mais especificamente na música baiana, para a qual seria atribuída uma espécie de inclinação natural, vez que “em todas as bandas e orquestras há uma forte proporção de pretos e mulatos, algumas vezes como solistas”.

Esta imagem certamente faz parte do repertório predileto de estereótipos com os quais o jornalismo e a indústria do entretenimento (sobretudo o turismo, as novelas e programas televisivos, no esteio da produção musical) brindam o baiano com uma musicalidade intrínseca. Por outro lado, ele já identificava uma certa falta de oportunidade para que os negros ingressassem em atividades ligadas ao teatro<sup>12</sup> ou às belas artes, ramos artísticos até hoje reservados em sua maioria aos brancos.

Kátia Queiroz Mattoso (1992, p. 448) descreve uma típica residência da Salvador do Século XIX informando que, em qualquer nível da escala social, “não podia faltar uma sala de visitas – para os sociáveis baianos, tagarelar era indispensável”. O que já propõe uma outra característica *típica* para os nascidos na Bahia: a sociabilidade, a palavra solta e fácil, incontrollável até. Sobre este traço festivo de uma sociedade aparentemente harmoniosa, ela diz que “tudo era pretexto para festas na Bahia, sobretudo em lugares abertos, na rua” (MATTOSO, 1992, p. 205).

De onde se apura não apenas o caráter festeiro do povo da Bahia, mas também sua predileção por ocupar espaços abertos. Neste sentido, argumenta com os diversos eventos cívicos – com destaque para o Dois de Julho e o Sete de Setembro – ou ligados às tradições católicas e sincréticas: “Só no calendário religioso havia 19 grandes ciclos de festas, sem contar as inúmeras procissões promovidas pelas ordens terceiras e as confrarias religiosas, além das festas das comunidades africanas, que não eram poucas” (MATTOSO, 1992, p. 205).

Outro mito bastante difundido pela mídia nacional é o da preguiça baiana, que envolve questões complexas, como a própria relação do segmento majoritário da população de Salvador (e Re-

---

12 Não esquecer que se trata de um estudo realizado em meados dos anos 1950, quando a televisão brasileira ainda não exercia a hegemonia atual.

côncavo, por extensão) com o tempo. Habitados e encarar o tempo como uma manifestação cíclica, como algo que se repete e sucede, para renascer depois em um novo roteiro de eventos, este baiano parece saber distinguir com maestria entre este seu tempo cultural e o tempo *de relógio*, próprio para ser medido e contabilizado segundo as necessidades da ordem capitalista que o abraça. Seria uma atitude de resistência ou apenas preguiça, mesmo?

Elisete Zanlorenzi (1998, p. 6) aponta um traço racista no estabelecimento deste estigma da preguiça baiana, questionando se os senhores de escravos não fizeram fortuna por quatrocentos anos “afirmando que negro é preguiçoso? Se o verbo ainda está no presente, dizer que baiano é preguiçoso não seria uma forma sutil de racismo?” Aí também – a exemplo do que ocorre aos demais estereótipos que nos dispusemos a estudar – é possível encontrar duas avaliações distintas: uma branca, própria da elite que então se afasta do *locus* da *baianidade* para rapidamente asseverar que esse povo não quer mesmo hora com o trabalho; e outra negra, popular, que prefere assumir que cada coisa é uma coisa e cada uma tem seu tempo. Inclusive, uma das primeiras hipóteses que Zanlorenzi (1998, p. 11) levanta é a de que predomina em Salvador uma visão particular sobre o valor e o sentido do trabalho que contradiz a lógica capitalista de que *tempo é dinheiro*: “O trabalho não representa a centralidade da existência”. Ela reconhece que, na verdade, trabalha-se muito na Bahia, mas isto não é o mais importante para o seu povo. Por não conseguir compreender esta visão de mundo, os não-baianos – sobretudo do eixo Sul-Sudeste – a rotulariam como sendo preguiça, indolência. Haveria também nesta atitude uma certa resistência ao tempo e ao valor do trabalho capitalista.

Para Zanlorenzi, o mito começou a ser construído na década de 50 do Século XX, quando teve início o processo de industrialização

brasileira, responsável pela intensificação do contato entre baianos e sulistas, principalmente paulistas e cariocas. Ela avalia que, “sendo a nomeação da preguiça um processo relacional de identificação, é a partir da aproximação da Bahia com outros contextos sociais que foi se configurando uma das imagens do baiano preguiçoso” (ZANLORENZI, 1998, p. 14). Tal representação teria se consolidado a partir dos anos 80 do Século XX, quando já estava sedimentada no senso comum e ganhou atenção e amplificação através da grande mídia, movida pelos interesses da indústria do turismo. A propósito do papel da imprensa na consolidação do mito, ela observou que o noticiário – tanto o local quanto o nacional, em jornais impressos e na tevê – tendiam sempre a exagerar quanto à dimensão das festas populares. Para a imprensa, a cidade *parava* para reverenciar Iemanjá, alterando completamente a rotina de trabalho em Salvador, quando na verdade – neste ponto, ela oferece seu testemunho pessoal – tudo seguia funcionando normalmente no dia dedicado à orixá, com as comemorações restritas a algumas ruas do Bairro do Rio Vermelho, que sedia o evento.

A pesquisadora prossegue em seu raciocínio, avaliando que certas imagens tão amplamente difundidas entre nós, não só do baiano preguiçoso, mas igualmente do paulista trabalhador, do carioca malandro ou do mineiro que faz tudo em silêncio, “são construções que não se confundem com a realidade, mas que falam sobre ela de maneira enviesada, reordenando certos significados que aí são gerados” (ZANLORENZI, 1998, p. 28). Contudo, para além de uma análise do caráter político, de construção social e uso ideológico da imagem de preguiça atribuída aos baianos, o reforço à ideia de que o baiano cultivava uma relação não-capitalista com as noções de tempo e trabalho teriam o mérito de contribuir para a preservação das tradições afro-baianas, que colocam as horas dedicadas ao trabalho

remunerado no mesmo patamar de importância (ou menos) que o tempo dedicado a todas as demais atividades cotidianas.

Zanlorenzi propõe ainda uma reflexão sobre as relações conflitantes que envolvem a nomeação de preguiçoso atribuída ao baiano, pois ela teria ao mesmo tempo atributos depreciativos, mas também de elogio, por parte de alguns segmentos da própria sociedade baiana. Ou seja, vindo *de fora*, o termo tenta expressar indolência, mas visto de dentro teria um significado duplo: mesmo que a elite baiana reforce e endosse a imagem de um povo inimigo do trabalho, uma outra parcela seguiria afirmando que “a preguiça é uma forma peculiar de estar no mundo” (ZANLORENZI, 1998, p. 31).

Abordando a questão a partir da dimensão da linguagem enquanto instrumento de construção e naturalização de sentidos, ela aponta a existência de múltiplas falas sobre a preguiça baiana, sem uma devida correspondência entre elas e o comportamento manifesto. Assim, a preguiça assumida por artistas como Dorival Caymmi não é a mesma que a classe dominante atribui a seus subalternos. Também é diferente daquela proposta pelo Sul e Sudeste do Brasil. Para o artista, é mais uma questão de *jeito de ser baiano*, que tem a ver com um ritmo próprio, traço diferenciador para pessoas especiais. Mas na fala da elite baiana e do não-baiano, trata-se mesmo de comportamento indolente, pouco afeito ao trabalho.

Portanto, no entender de Zanlorenzi, é preciso ressaltar que tais construções foram elaboradas a partir de circunstâncias e interesses (ou seja, campos de relação de poder) bem específicos, condicionados histórica, econômica, social, política e culturalmente. Entre tais circunstâncias, aponta o processo de migração nordestina; a industrialização da Bahia; o fato de Salvador ter uma população de 80% de afrodescendentes, com enormes desigualdades sociais; o controle político por parte de uma elite branca e a apropriação das tradições afro-baianas pela indústria do turismo e do entretenimento.

Aprofundando a questão na relação trabalho e preguiça, ela busca estabelecer interações entre a microrrealidade dos sistemas simbólicos e uma análise mais ampla da conjuntura em que foram gerados. Ao analisar como a cultura reage e interage ao processo histórico, defende que as culturas locais incorporam a lógica do capitalismo de modo não passivo. Para ela, “as culturas transformam e se repõem diante do avanço do capitalismo que, por outro lado, também cria distintas formatações, em função das práticas sociais e das visões de mundo instituídas pelo senso comum” (ZANLORENZI, 1998, p. 39).

Valendo-se igualmente das proposições de Certeau, no que diz respeito às táticas de sobrevivência na *invenção do cotidiano*, ela observa que o regime capitalista se consolidou, não apenas através de dispositivos coercitivos para a imposição de sua lógica produtiva baseada na exploração do trabalho, mas lança mão também de mecanismos voltados ao estabelecimento gradual dos seus próprios parâmetros culturais e ideológicos. Assim, instituições dedicadas à educação formal ou à disseminação da cultura (imprensa, teatro, literatura, rádio, televisão, cinema etc.) tratam de apresentar e reforçar conceitos como a pontualidade (sobretudo ao trabalho), assiduidade, sobriedade, presteza e disciplina, ao tempo em que promovem a execração ao ócio e à preguiça. No Brasil, o discurso das elites desde o primeiro momento passou a identificar os escravos libertos (e, por extensão, a todo e qualquer descendente de negros) como vadios e preguiçosos.

Prosseguindo em sua análise, Zanlorenzi aponta algumas armadilhas a serem evitadas na abordagem da chamada *preguiça baiana*. Primeiro, a de que ela seria uma herança cultural, “a sobrevivência de traços do passado” (ZANLORENZI, 1998, p. 48). A segunda seria atribuir sua existência à grande concentração de negros em Sal-

vador, o que evidencia o caráter de discriminação racial (tanto como representação das elites, como de estrangeiros e sulistas em relação ao nordestino de um modo geral). “Essas nomeações inscrevem-se em um esquema mais amplo de inferiorização do outro e funcionam como estratégia simbólica de dominação e exclusão” (ZANLORENZI, 1998, p. 49). Ela argumenta ainda que, em razão das especificidades do processo de industrialização local, parece ter-se estabelecido um acordo de interesses entre o capitalismo e as tradições da Bahia. Desta forma, em vez de abolir o calendário de festas da Bahia, os agentes capitalistas adaptam-se ao seu ritmo e dele tiram proveito, amplificando-o e apropriando-se das festas “como um negócio rentável, de tal forma que a imagem da Bahia ficou indissolúvelmente ligada à representação de um povo que vive em festa e não gosta de trabalhar” (ZANLORENZI, 1998, p. 55).

Ela defende, todavia, que a atribuição da preguiça ao baiano tem um caráter de diferenciação bem marcado, pois particulariza o nascido na Bahia de outras identidades, estabelecendo uma relação de contraste que surge apenas quando o estado intensifica suas interações com o universo do trabalho industrial estabelecido no Sudeste do País.

Conforme lembra Renato Ortiz (1988), a imagem do baiano preguiçoso passou a ser construída num contexto histórico em que o rádio, o jornal e as revistas impressas de circulação nacional eram os principais meios de comunicação de massa. A TV somente começaria a se tornar popular na segunda metade dos anos 60 do Século XX. Até então, o jornal impresso era, de fato, o grande veículo de disseminação de ideias. Nesse período, o Nordeste praticamente não existe nas páginas dos principais jornais das Regiões Sul e Sudeste. Quando aparece, é sempre em notícias que dão conta da migração em períodos de seca. A partir daí, na década de 50, com a intensifi-

cação do processo de industrialização na Região Sudeste, quando o nordestino migra (em busca de trabalho) é justamente quando passa a ser classificado como preguiçoso.

Para Zanlorenzi (1998, p. 161), isso evidencia o fato de que “o racismo surge como estratégia de exclusão nos campos em que os sujeitos disputam pelos mesmos espaços”. E afirma, portanto, que o discurso sobre a preguiça baiana não tem correspondência com o comportamento manifesto, pois serve para estabelecer e marcar fronteiras simbólicas entre o baiano e os demais. A baianidade seria “um conjunto de representações, vivenciadas cotidianamente” (ZANLORENZI, 1998, p. 224). Sobre o uso especial do tempo por parte dos baianos, diz que a avaliação externa sobre o sentido do trabalho, da preguiça e indolência, não relativiza, não considera ou respeita o direito à diferença e, portanto, vai utilizar o artifício da acusação “para enquadrar o outro em categorias compreensíveis e que, de fato, inserem-se muito claramente em torno de interesses bem claros, particularmente quando o outro é visto como alguém que deve trabalhar para nós” (ZANLORENZI, 1998, p. 243).

Esse tipo de representação reflete e ordena as relações que se estabelecem no mundo real. Desta forma, atitudes de racismo e discriminação conseguem circular de maneira dissimulada e muitas vezes até bem-humorada, bem intencionada e bem articulada socialmente. Como, por exemplo, a imprensa costuma tratar do mito da preguiça dos baianos.

No caldeirão destas interpretações estaria até mesmo uma herança portuguesa que inverteria toda uma lógica capitalista tradicional ao decretar que quem é patrão manda, não trabalha, pois este labor não é digno; enquanto que *peão* trabalha, porque não manda, obedece.

O discurso da imprensa não se propõe a aprofundar questões como essas. Ao contrário, sua função é reduzir o tema para que caiba

sem desconfortos na cognição média de uma abstração conhecida como *opinião pública*. E o atalho mais conveniente para tal aponta em direção ao reforço das imagens já consagradas, dos conceitos já digeridos, dos estereótipos. Uma construção que remonta às próprias origens da imprensa nacional, conforme indica o artigo transcrito por Maria Nizza da Silva (2005, p. 349), em que o redator do Idade D'Ouro do Brazil, no final do ano de 1822, lamenta a adesão de Hipólito da Costa, responsável pela edição do jornal Correio Braziliense, à causa da independência, argumentando por que o Brasil não estaria preparado para ela:

Liberdade e virtude são sinônimos, e um povo inimigo do trabalho, amigo de frívolas vaidades, dado à ociosidade e ao luxo, não pode ser ainda um povo como V.Mce quer. Todos suspiram pela liberdade, mas o fato mostra que os maiores declaradores dela só a querem para si, e para largar as rédeas ao seu orgulho, às suas pretensões e à sua conduta ímproba.



## OS JORNAIS DA CACHOEIRA

Este capítulo está dividido em duas partes. A primeira enumera, por ordem cronológica, 28 dos mais importantes periódicos impressos que circularam na cidade de Cachoeira no período compreendido entre 1832 e 1946, descrevendo suas características físicas e editoriais, bem como situando e avaliando o contexto sociopolítico e histórico em que estavam inseridos e que lhes serviram de baliza para os respectivos discursos.

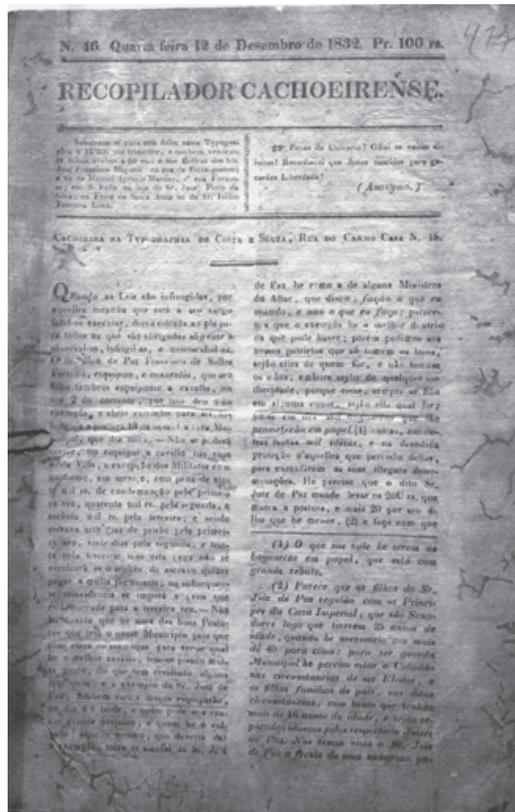
A segunda parte do capítulo se dedica à análise propriamente dita das representações, princípios e preceitos, preconceitos e estereótipos embutidos nos discursos sustentados e reverberados por esses periódicos.

Tal avaliação se dá a partir de temas selecionados e classificados em torno daquilo que de mais hegemônico foi encontrado em suas matérias, artigos, anúncios e editoriais: o nacional, o civismo e o progresso, os políticos e a imprensa, o Brasil e o povo brasileiro, a Bahia, o baiano e o cachoeirano, tudo isso evidentemente permeado por uma noção de baianidade em gestação.

A pesquisa de campo junto aos acervos e microfimes do Arquivo Público da Bahia, Biblioteca Central do Estado da Bahia, Arquivo Público Municipal de São Félix, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e de colecionadores particulares de Salvador e das Cidades de Cachoeira e São Félix, envolveu um total de 28 periódicos impressos da Cidade de Cachoeira, circulando entre o ano de 1832, até pelo menos o de 1946, quando o jornalismo brasileiro começava a consolidar o processo de profissionalização da atividade, transformando em empresa o que antes era puro exercício de tribuna e defesa apaixonada de causas, da prática literária e de posições políticas ou partidárias. As reproduções das capas destes jornais são de autoria da fotógrafa profissional, professora e pesquisadora Juciara Nogueira.

## Recopilador Cachoeirense

Impresso na tipografia de Costa e Souza, na casa de número 15 da Rua do Carmo, o Semanário Político foi fundado em junho ou julho de 1832 e circulou até 1837. Era impresso em formato de 15 cm de largura por 27 cm de altura em sua mancha gráfica, com duas colunas somente de textos, e variando de quatro a seis páginas por edição. Não trazia indicação do fundador ou de redator. Seus textos eram de natureza essencialmente política e ideológica, com opiniões bem definidas em artigos longos e de inspiração filosófica e, muitas vezes, em estilo literário. Trazia, contudo, uma coluna de variedades e anedotas, além de atos oficiais, decretos, editais, avisos e prestação de serviços à comunidade, como a publicação da relação de cartas que se encontrava na agência local dos correios à espera dos seus destinatários, que deveriam por elas procurar. Algumas destas notas eram provavelmente pagas, como a de um professor oferecendo-se para aulas particulares de técnicas comerciais, ou ainda a compra e venda de variados produtos, de animais e de escravos.



## O Constitucional Cachoeirano

Folha oficial contra a revolta da Sabinada, foi fundado em dezembro de 1837 e circulou somente até o ano seguinte. Era impresso também na tipografia de Costa e Souza, que à esta época encontrava-se instalada na Rua da Câmara, no centro de Cachoeira. Não trazia indicação do fundador ou de seu redator. O formato era de 15 cm de largura por 27 cm de altura, com duas colunas e um total de seis páginas.

Trazia apenas texto, sem anúncios, gravuras ou fotografias. Era recheado por informes oficiais da Coroa e da Administração baiana, como editais e ordens de serviço, mas também artigos e editoriais defendendo a sua causa. Em sua epígrafe, podia-se ler: *Le mal d'une guerre civile est au moins celui d'une étrangère doublé.*<sup>13</sup>



13 O mal causado por uma guerra civil é o dobro daquele contra um estrangeiro.

## O Paraguassu

Dois jornais circularam em Cachoeira num período próximo de tempo com este mesmo nome, O Paraguassu, o primeiro bissemanal, que se definia como político, literário e comercial, fundado em 10 de fevereiro de 1847. O outro, político, noticioso e literário, circulou em dezembro de 1859, publicado sempre às quintas-feiras, por oficina tipográfica situada à Rua da Matriz, 48. Seu redator era L. C. de Souza Figueredo. Media 13 cm por 24 cm de mancha gráfica, com duas colunas em quatro páginas e sem fotos ou gravuras. Trazia pequenos artigos, contos e notícias extraídas de outros periódicos, como o Jornal do Commercio. Não tinha propaganda, mas apenas os pequenos anúncios, então denominados *a pedido*, escritos e pagos por assinantes ou quaisquer pessoas interessadas em ver seu texto editado. Outros dois jornais igualmente denominados O Paraguassu foram editados na vizinha cidade de São Félix, neste período. O primeiro, de 1º de junho de 1869 a 1888, com epígrafe de periódico democrático em favor da campanha abolicionista, enquanto que o outro se anunciava político e noticioso, circulando entre 16 de fevereiro de 1890 e o ano de 1911.



## O Povo Cachoeirano

Definia a si próprio como um periódico puramente político, órgão do Partido Liberal, embora não indicasse os nomes dos seus diretores ou redatores. Começou a circular entre março e abril de 1849, em formato de 15 cm por 25 cm, com duas colunas em quatro páginas, em média, mas sem fotos ou ilustrações. Foi impresso primeiro na tipografia de João Nunes Ferreira e depois na oficina do jornal O Constitucional. A epígrafe já indicava claramente seu posicionamento político, ao reclamar que *Para que a arvore da Liberdade creça viçosa, he mister ser regada com o sangue dos DESPOTAS* (sic). Assumiu uma linha panfletária e marcadamente antilusitana, defendendo, por exemplo, uma reserva de mercado para os comerciantes brasileiros de nascimento. Chegava mesmo a ser xenófobo e a propor a deportação dos comerciantes portugueses.

## O Argos Cachoeirano

Periódico político, literário e moral, circulou pela primeira vez em 7 de setembro de 1850, em substituição ao jornal O Cachoeirano, que defendia as ideias do Partido Liberal. Manteve-se em atividade até março de 1852. Era impresso na tipografia d'O Constitucional, saindo às quartas-feiras e sábados, com a epígrafe *O povo ganha muito mais com a liberdade da imprensa do que seus chefes* (sic). O editor era Joaquim Tavares da Gama. Tinha tamanho médio, com três colunas de textos e quatro páginas por edição. Costumava publicar longos artigos em defesa das causas liberais, bem como a transcrição dos discursos proferidos na Capital Rio de Janeiro pelas lideranças do seu partido. Trazia também pequenas notícias de Salvador e Recôncavo, poemas e sonetos de inspiração nacionalista, bem como anúncios do tipo “classificados” com oferta de produtos e serviços



## A Voz da Mocidade

Periódico literário, doutrinário e moral, teve seu primeiro número impresso também no dia 7 de setembro de 1850, saindo sempre aos domingos, mas com vida muito curta, vez que encerrou as atividades em 15 de dezembro do ano seguinte, quando seu principal redator, Cincinato Pinto da Silva, mudou-se para a Capital, a fim de continuar os estudos. Era impresso na tipografia d'O Constitucional, no Largo dos Amores, 4. Sua epígrafe dizia *Sou pequenina e mesmo assim cumpro o que devo, mostro o meo fim* (sic). O objetivo anunciado no primeiro número era unicamente publicar os discursos dos membros da Sociedade Escholastica Doutrinaria Cachoeirense, que tinha pretensões literárias e filosóficas, bem como artigos, poemas, charadas, motes e outros escritos. No entanto, já nesta edição de estreia trazia críticas venenosas contra o governo imperial.



Praticamente não tinha anúncios, vivendo apenas das assinaturas. Possuía um formato bem pequeno, com apenas uma coluna de texto, circulando às vezes com quatro, seis ou até mesmo oito páginas. A partir do número 11, adotou o padrão de duas colunas, passando também a publicar romance em forma seriada. Suas páginas eram numeradas em sequência, prosseguindo a contagem de uma edição para a outra, como se fossem fascículos.

## O Almotacé

Anunciando-se como periódico local, *crítico-despertante*, teve seu primeiro número circulando em 14 de dezembro de 1850, com o aviso de que seria publicado indeterminadamente, portanto sem serviço de assinatura. Mas alertava que receberia denúncias que estivessem em conformidade com o seu programa, ou seja, que concordassem com os seus pontos de vista. Seu editor era Joaquim Tavares da Gama. Era impresso na tipografia d'O Constitucional, em formato pequeno, com apenas uma coluna de texto, em geral com quatro páginas. A partir do segundo número, acrescentou ao logotipo um clichê com a figura do almotacé, que era uma espécie de inspetor encarregado de fiscalizar o uso correto dos pesos e medidas nas feiras e mercados públicos. O jornal publicava artigos de inspiração nacionalista e liberal, fazendo forte oposição ao governo da regência, embora não necessariamente ao sistema monárquico ou seu representante, Pedro II. Editava também quadras e poemas, circulando somente até o ano de 1851.



## O Vinte e Cinco de Junho

Definindo-se como um jornal político, literário e comercial, trazia como epígrafe a frase atribuída a Victor de Mercy, *A liberdade de imprensa é a respiração do corpo social*. Começou a circular no dia 6 de junho de 1853 e permaneceu em atividade até o ano de 1855. Circulava as quintas e domingos, com quatro páginas em formato de 23 cm por 33 cm de mancha gráfica, com somente texto, separado em três colunas. Era impresso na Tipografia Liberal, na Praça da Alegria, número 5. Publicava noticiário local, artigos e editoriais de inspiração liberal e antimonarquista, bem como pequenas notas transcritas de jornais da Capital, novidades do Brasil e do mundo,

principalmente Europa. Tinha, ainda, editais, decretos e mesmo estatutos completos de instituições e entidades ligadas às correntes políticas liberais que defendia. Como era costume na época, incluía na primeira página uma obra literária do tipo folhetim, publicada em capítulos. Defendia fervorosamente e com linguagem apaixonada a causa republicana e nacionalista, como o próprio título já anunciava.



## **Jornal da Cachoeira**

Órgão noticioso e literário, bissemanal, começou a circular em 5 de março de 1855, a princípio com o nome O Jornal, ficando em atividade até agosto de 1861. Seu proprietário era José Bruno da Silva Santos, que o imprimia em tipografia instalada à Rua da Ponte Nova, em formato de 16 cm por 26 cm, em três colunas sem fotos ou ilustração, com quatro páginas. Publicava principalmente noticiário local e de outras localidades do Recôncavo, textos transcritos de outros jornais, correspondências e artigos escritos por colaboradores, nem sempre devidamente identificados, assim como pequenos anúncios do tipo “classificados” e os denominados *a pedidos*.

## **O Progresso**

Órgão do Partido Conservador, declarava-se um periódico noticioso, literário e comercial. Foi fundado em 2 de janeiro de 1860. Era editado inicialmente em tipografia instalada à Rua das Flores, número 37, mudando-se depois para a Rua da Matriz. Não trouxe indicação do fundador, mas seu redator era Augusto Ferreira Mota. O formato era de 18 cm por 28 cm, inicialmente em três colunas e passando depois para quatro. Circulava, em geral, com quatro páginas. Trazia artigos, pequenas notas e textos sobre a conjuntura política e social da segunda metade do Século XIX, dominado pela expectativa geral de estabelecimento de um período de progresso e desenvolvimento, iluminado pelo positivismo que dominava o pensamento da elite intelectual do Ocidente. Mas também abria espaço para o noticiário local, de cidades vizinhas do Recôncavo baiano e mesmo de outras Capitais do Brasil, principalmente Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Interessante notar que o jornal publicava

até mesmo algumas notinhas com informações oriundas de Alagoas e do Ceará. Manteve por muito tempo uma coluna intitulada Notícias da Europa. Também publicava o resultado de loterias e os dias e horários de chegada e partida dos navios da Companhia Bahiana de Navegação, bem como editais, declarações e anúncios, que para os assinantes eram gratuitos até o limite de 10 linhas, a maior parte deles concentrada na página 4. Seu último número circulou em 10 de maio de 1879.



### O Americano

Editado pelo Partido Liberal e de propriedade de uma associação, circulou de 30 de janeiro de 1867 até o ano de 1895. Saía inicialmente uma ou duas vezes por semana, mas a partir de 1883 passou a três vezes por semana e, finalmente, em 1886 era distribuído 12 vezes por mês em dias indeterminados. Tinha tipografia

própria, que funcionou na casa número 5 da Rua de Baixo e, entre os anos de 1872 e 1886, na Rua da Ponte Nova, número 16. O redator-gerente era o advogado José Joaquim Villas-Boas. Seu formato era de 24 cm por 40 cm de mancha gráfica, geralmente com quatro páginas, em quatro colunas de textos e imagens em clichês apenas em alguns anúncios comerciais destacados. Seu conteúdo era distribuído entre matérias, editoriais e artigos defendendo o pensamento e as posições políticas dos liberais, uma coluna com notícias diversas, quase sempre curtas, do próprio Município e região, grande parte delas de interesse de comerciantes e políticos. Publicava também poemas, discursos e um romance em forma de folhetim seriado, além dos anúncios. Um primeiro jornal havia circulado em Cachoeira com este mesmo nome em 28 de janeiro de 1840, sob a epígrafe de defensor da liberdade constitucional, mas não teve vida longa.



## A Formiga

Periódico liberal político e chistoso, de propriedade de J. F. Vieira, foi impresso em tipografia própria de 1º de fevereiro de 1869 até o ano de 1872. Tinha formato pequeno, com duas colunas de texto apenas, sem fotos ou ilustrações, saindo geralmente com quatro páginas. Publicava artigos de opinião, matérias diversas e notas com informação política local, de interesse geral e da comunidade, mas principalmente do comércio de Cachoeira e São Félix, mas sem pou-

par de críticas as autoridades e os políticos da região, que frequentemente eram alvo de poemas e trovas em tom satírico. Aceitava anúncios comerciais e avisos. Era um dos poucos, na época, que publicavam erratas, corrigindo o uso incorreto da ortografia ou da gramática em edições anteriores.



## A Grinalda

Periódico de caráter literário, recreativo e religioso, *dedicado ao belo sexo*, conforme anunciava, seu primeiro número começou a circular no dia 17 de março de 1869, mas durou pouco mais de um ano. Seu fundador e diretor-gerente era Veridiano Tavares da Gama. O formato era de 15 cm por 23 cm, impresso de início semanalmente na tipografia do jornal O Crítico, mudando-se depois para uma tipografia própria, instalada primeiro na Rua dos Currais Velhos e depois na Praça da Regeneração. Contudo, logo passou a enfrentar dificuldades e circulou de maneira irregular até novembro de 1870. Tinha duas colunas em quatro páginas, sem fotos ou gravuras, apenas textos. Reunia contos, pequenos romances seriados, poemas, trovas, acrósticos, epigramas, sonetos, charadas e artigos leves ou de cunho religioso, católico tradicional. Além do material escrito pelo seu redator e colaboradores, recebia contribuições das próprias leitoras. A partir do número 22, que circulou em 30 de março de 1870, mudou de formato, passando a sair com 18 cm X 26 cm, em três colunas. Durante esta segunda fase, praticamente abandonou a vocação literária e religiosa, dedicando-se com fervor à causa republicana, defendendo os valores liberais e combatendo o absolutismo da Corte de Pedro II. Passa, então, a publicar também pequenas notícias do dia a dia da Cidade, festejos religiosos e populares, atos e decretos publicados no diário oficial.

## A Ordem

Foi o jornal de maior circulação do interior da Bahia em sua época, merecendo também o título de um dos mais longevos, vez que circulou por 65 anos, de 2 de junho de 1870 até o ano de 1935. Seu fundador foi José Ramiro das Chagas, que depois passou as funções de diretor e redator-chefe para Durval Chagas, que assumiu no ano de 1900 e esteve à frente do jornal até sua morte, em 1930. Após

um pequeno período sem circular, ressurgiu em 1933 com a direção entregue a Hermes de Assis Costa e a chefia da redação ao bacharel Artur Marques. Definia-se como uma folha popular e imparcial, embora por alguns anos, de 1885 até 1888, tenha acrescentado ao logotipo a expressão *Órgão do Partido Conservador*. Era publicado às quartas-feiras e sábados, em tipografia própria situada no número 13 da Rua Formosa e, depois, nas Ruas Entre-Pontes (casa 19) e J.J. Seabra (casa 24). Seu formato inicial era de 28 cm de largura por 43 cm de altura, primeiro com quatro e depois cinco colunas, em geral com quatro páginas, sem fotos, mas quase sempre com algum clichê ou gravura. Publicava bastante material informativo, principalmente em forma de pequenas matérias e notas, com novidades locais, estaduais, nacionais e internacionais, com redação própria, mas também transcrevendo e comentando matérias e telegramas de agências de notícias e outros jornais baianos, brasileiros e estrangeiros. Além do noticiário, publicava anedotas, trovas, poemas, contos, folhetins, editais, discursos proferidos por autoridades e anúncios tipo “classificados”. A partir de janeiro de 1890, aumentou seu formato, quando se tornou o periódico de maior tiragem fora da capital baiana. Nesta época o tamanho de sua mancha gráfica passou para 33 cm por 50 cm, com seis colunas em quatro páginas. Começou a publicar fotos e tinha inúmeros anúncios e editais, concentrados sobretudo na terceira página.



## Sentinella da Liberdade

Periódico semanal democrático, noticioso, literário e comercial, fundado a 3 de dezembro de 1870 por seu redator e proprietário Veridiano Tavares da Gama. Trazia como epígrafe a frase, atribuída a Victor Hugo, *Detende ó despotas, si puderdes, o mundo que se precipita em um oceano de luz*. Além disso, trazia na capa, logo abaixo do logotipo, o aviso: *“As pessoas que souberem ler e forem verdadeiramente pobres, e amar as letras, dar-se-ha n’esta typ. um exemplar d’esta gasetta n’os dias de sua publicação”*(sic). Fazia oposição cerrada ao governo de Pedro II. Era impresso em tipografia própria, localizada na Praça da Regeneração, número 13, em formato médio, com três colunas de texto apenas, geralmente com quatro páginas. Publicava artigos e colunas de opinião com correspondência de leitores, que, todavia, sempre assinavam através de pseudônimos. Também transcrevia notícias de outros jornais, notas com informes locais, poemas, sonetos, charadas, folhetins e anúncios diversos. Seu último número saiu em julho de 1871.



# Echo Popular

Periódico político liberal, noticioso e comercial, foi fundado em 27 de julho de 1874 e esteve em atividade até agosto de 1880. Seu redator foi o advogado José Joaquim Villas-Boas. Era impresso em tipografia própria, localizada à *quina da Praça, sobrado número 6*, conforme estampado abaixo do logotipo, em formato grande, com quatro colunas de texto, distribuído entre quatro páginas, em média, por edição. Seu conteúdo editorial incluía noticiário diverso e notas

curtas com informações locais e nacionais, material transcrito de jornais do Brasil e do mundo, poemas e folhetim seriado, mas também resultado de loterias, horário de partida e chegada dos barcos a vapor e trens, decretos, atos oficiais, nomeações, notas de agradecimento, anúncios comerciais e declarações *a pedidos*.





## O Guarany

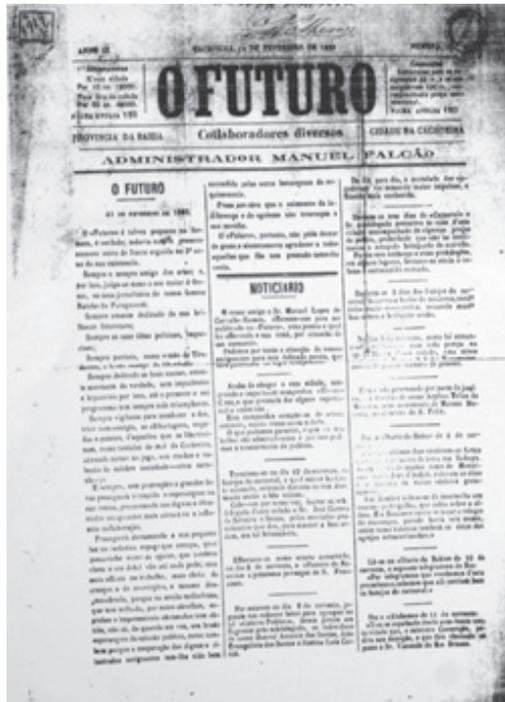
Definia-se como órgão imparcial, noticioso e literário, fundado em 4 de abril de 1877 e que circulou até 1896. Tinha o formato de 18,5 cm por 27 cm, com três colunas somente de texto, em quatro páginas por edição. Reunia noticiário geral, pequenas notas informativas, avisos e atos oficiais, mas também poemas, charadas e um folheto seriado.



Publicava também serviços de utilidade pública, como o horário dos vapores da Companhia Bahiana de Navegação e anúncios comerciais destacados e do tipo “classificados”. Um outro jornal de mesmo nome voltou a circular em Cachoeira no final do Século XX.

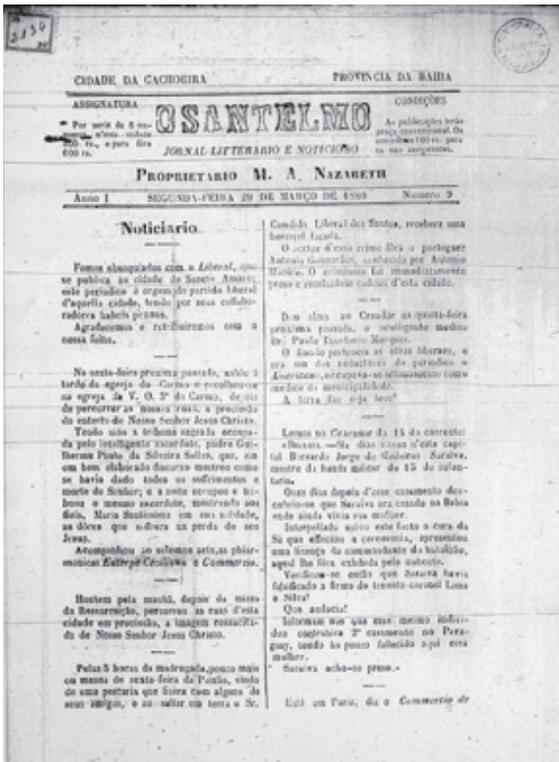
## O Futuro

Órgão literário, pilhérico e comercial, foi fundado em 10 de fevereiro de 1878. Era propriedade de uma associação de tipógrafos e dedicava-se a defender a sua classe e as artes de uma maneira geral. Seu administrador foi Manuel Falcão. Era impresso na gráfica d'O Americano, antes de passar a ter tipografia própria, em 1880, mesmo ano em que encerrou as atividades. Os primeiros números saíram em formato pequeno, com apenas duas colunas de texto, adotando a partir do número 19 um tamanho maior, com três colunas, mas também sem fotos ou ilustrações. As edições tinham quase sempre quatro páginas. Continha artigos, notícias da região e de toda a Bahia e transcrição do noticiário de jornais de vários Estados brasileiros, além de poemas, anúncios, horário de saída e chegada do vapor e uma coluna dedicada às letras e às artes. Um destaque criativo era a coluna *Porque será?*, que publicava pequenas notas em forma de perguntas dirigidas às autoridades e políticos da Cachoeira sobre os problemas então enfrentados pela comunidade, quase sempre em tom irônico e às vezes bastante mordaz.



## O Santelmo

Jornal literário e noticioso, fundado em fevereiro de 1880 por M. A. Nazareth. Tinha o formato pequeno, com duas colunas de texto, sem fotos ou ilustrações, circulando geralmente com quatro páginas. Trazia noticiário local e material transcrito de outros periódicos brasileiros, mas preferia dar ênfase aos fatos curiosos e acontecimentos pitorescos. Abria espaço ainda para a poesia e as colunas de variedades, bem como anúncios comerciais destacados, do tipo “classificados” ou os conhecidos como *a pedidos*. Também publicava alguns serviços, como horário dos barcos a vapor que ligavam a Cachoeira à capital e outras localidades do Recôncavo. Outro jornal com o



mesmo nome circulou entre 25 de junho de 1891 a 1893. Reapareceu a 3 de maio de 1899, desta vez tendo como redator Henrique Alves dos Santos e defendendo os ideais republicanos, ainda em pequeno formato, com duas colunas de texto, mas novamente teve curta duração.

## **Diário da Cachoeira**

Folha diária independente, que circulou de 1º de setembro de 1880 até o ano seguinte. Impresso em tipografia própria, situada na Rua da Matriz, número 7, media 15 cm por 23 cm, com quatro páginas em três colunas, sem fotos ou gravuras. Seu redator era J. Joaquim Villas-Boas. Trazia em geral noticiário local e variedades, além de obituários, editais e atos oficiais. Circulava quase sempre com boa quantidade de anúncios comerciais e classificados de muitos profissionais liberais, principalmente advogados, bem como os textos *a pedidos*.

## **Echo do Povo**

Periódico literário e noticioso de interesses locais, fundado em maio de 1881, com escritório e tipografia no Largo do Pitanga, 21. Tinha como gerente M. Falcão. Era impresso no formato de 17 cm por 24 cm, com quatro páginas em quatro colunas, sem fotos ou imagens, embora eventualmente trouxesse alguns clichês de anúncios comerciais. Reunia artigos e matérias com defesa de suas posições políticas e ideológicas, ao lado de noticiário local e nacional, bem como a reprodução e comentários sobre fatos ocorridos no estrangeiro. Também incluía notas de folhetins e variedades, crítica social, atos oficiais, resultado de loterias, poemas e anúncios destacados e do tipo “classificados”.

## **A Imprensa**

Gazeta noticiosa, literária e poética, circulou de 1884 até pelo menos o ano seguinte. Seu proprietário e redator era Joaquim Alves Gomes, que a imprimia na Rua da Feira, 68. Em tamanho de 15 cm

por 26 cm, circulava em média com quatro páginas, em duas colunas com texto e algumas imagens em clichê. Trazia matérias locais, notas com informes nacionais e mundiais, noticiário social, falecimentos, informes literários, poemas e folhetim seriado. Entre os anúncios, predominavam os do tipo *a pedidos*. Outro periódico com o mesmo nome já havia sido impresso em 3 de dezembro de 1870, ficando em atividade apenas até o ano seguinte, 1871. E novamente o título foi publicado com a denominação de jornal político, noticioso e beletista, em 12 de março de 1933.

## **O Brazil**

Semanário político, de instrução e recreio, fundado em 1886 por Veridiano de Amazone, que também foi seu redator. Era impresso em tipografia própria, localizada à Ladeira do Monte, número 16, em formato de 15 cm por 23 cm, com quatro páginas em três colunas de texto e eventuais gravuras em clichê. Costumava publicar textos autorais, como longos artigos em estilo afetado, como era costume na época, seguindo uma linha positivista de louvação às liberdades liberais, à ordem nacional e ao progresso. Além do noticiário local, incluía informes literários e folhetins em forma de seriado, com poucos anúncios comerciais. Outro jornal havia circulado, com o mesmo nome, em 22 de março de 1872, como órgão do Partido Conservador. Mais um periódico voltaria a usar a mesma denominação em 30 de janeiro de 1893, desta vez por iniciativa de uma associação.

## **O Tempo**

Hebdomadário político liberal e noticioso, fundado em 14 de setembro de 1887, por José Ferreira Formiga, que também foi seu

editor, circulou até o ano de 1895. Media 15 cm por 26 cm de mancha gráfica, com texto apenas, separado em quatro colunas e média de quatro páginas. Sua tipografia própria ficava na Rua da Ponte Nova, 48. Publicava artigos com comentários sobre temas nacionais e noticiário local, principalmente relacionados a assuntos de interesse da comunidade e seu cotidiano urbano, com várias notas que hoje pertenceriam à editoria de polícia. Mas também abria espaço para curiosidades e fatos pitorescos ocorridos em volta do mundo, além de editais, poemas e folhetins seriados, anúncios *a pedidos*, textos de propaganda comercial e clichês com anúncios diversos.

## O Republicano

Periódico político, noticioso e comercial, defendia as ideias do Partido Republicano e sua epígrafe era *Ordem e Progresso*. O primeiro número circulou em 17 de abril de 1890, mas manteve-se em atividade somente até o ano seguinte. Media 24 cm por 35 cm, impresso em quatro colunas, sem fotos, mas com algumas gravuras em clichês de anúncios comerciais. Seu conteúdo era formado principalmente por textos e artigos de orientação ideológica e partidária, de origem própria ou transcritos de outros jornais e quase sempre comentados, mas não deixava de incluir noticiário local, ainda que em notinhas bem curtas. Tinha também atos e nomeações, eventos e festejos cívicos e populares, óbitos e decretos diversos. Publicava, ainda, poesia, sobretudo odes de apelo cívico e nacionalista. Destaque para a grande quantidade de anúncios, que eram distribuídos entre as páginas três e quatro, mas muitas vezes chegavam a ocupar a dois. Ao lado de uma maioria de anúncios comerciais, havia os famosos *a pedidos*, mas, inclusive – em determinado período – propaganda eleitoral dos candidatos republicanos ao Congresso Estadual (que corresponderia à atual Assembleia Legislativa).

## A Cachoeira

Vários periódicos foram editados na cidade com este título, o primeiro deles em 24 de setembro de 1896, declarando-se órgão oficial do Partido Republicano Federal e que circulou até 1916. Outro foi um semanário noticioso e literário, que surgiu em 18 de abril de 1934 e saía sempre aos domingos até pelo menos o ano de 1942. Tinha como diretor geral Anarelino Pereira, com redação e oficinas na Rua Virgílio Damásio, 20. Sua mancha gráfica tinha as dimensões de 28 cm por 42 cm, com quatro páginas distribuídas entre cinco colunas com textos e imagens em clichês. Seu conteúdo se dividia em matérias diversas abordando assuntos principalmente nacionais e locais, mas também notas sociais, atos oficiais, decretos e portarias do governo, editais e muitos anúncios comerciais, estes concentrados nas páginas 2 e 3. No período utilizado para esta pesquisa, no ano de 1942, o jornal encontrava-se editorialmente comprometido com o Estado Novo, servindo de porta-voz para as suas lideranças nacionais e representantes locais. Por fim, também podem ser encontrados exemplares de um novo A Cachoeira circulando entre os anos de 1971 e 1989.



## Pequeno Jornal

Semanário que se declarava independente e noticioso, começou a circular no dia 1º de janeiro de 1912, com redação e oficina na Rua Treze de Maio, esquina d’Ajuda. Seu fundador e diretor foi Epiphânio Conceição. O formato era de 26 cm por 33 cm de mancha gráfica, em cinco colunas distribuídas em quatro páginas. Incluía algumas poucas fotos em clichês e circulava quase sempre com um bom número de anúncios. A página três era sempre dedicada a eles, mas costumavam aparecer também na segunda página. Reunia informações de interesse



local, com linguagem informativa, na medida do possível para a época, pequenas matérias e editoriais sobre a política e a administração local, mas também trazia artigos de interesse geral e curiosidades, editais, informes e notas sociais. A procedência deste material era tanto local

quanto nacional, e mesmo internacional, na medida em que reproduzia e comentava textos publicados em outros jornais brasileiros e estrangeiros. No período analisado para esta pesquisa, entre os anos de 1942 e 1946, bastante marcado pela Segunda Guerra Mundial, o jornal atravessava uma fase complicada, pois além de dedicar muito espaço à cobertura do conflito, quase todo ele de caráter extremamente ideológico e de exaltação ao patriotismo e heroísmo aliado (distribuído principalmente pelas agências de notícia norte-americanas), mantinha uma linha de apoio automático e incondicional ao governo autoritário e personalista de Getúlio Vargas. Não foi possível encontrar registro seguro sobre o ano em que deixou de circular, além do fato de ter permanecido ativo até pelo menos o final da Segunda Guerra Mundial, o que já representa um marco significativo para a imprensa regional cachoeirana.





## CONSTRUINDO ARQUÉTIPOS

Entre os temas escolhidos para análise, foram destacados aqueles mais recorrentes nos discursos deste conjunto de periódicos regionais, a partir de uma proposta de método que busca desenhar um caminho claro e inequívoco desde a formação dos conceitos de nacionalidade, civismo e progresso, passando pelo papel desempenhado pelos políticos e pela própria imprensa neste processo. Assim, encontramos as ideias de Brasil e do brasileiro, enquanto povo cordato e humilde, apático e analfabeto, portanto dependente de quem o governe, além de ordeiro e hospitaleiro.

Estão presentes, também, as representações de Bahia e do baiano irreverente e festeiro, do cachoeirano heroico e orgulhoso, bem como de uma *baianidade* ainda em gestação, através de alguns dos seus estereótipos mais evidentes, como o preguiçoso, a morena sensual e o mulato pachola, aquele sem noção, entre malandro e puxa-saco, mas sempre dono de fala solta e pretensiosa. Tudo isso transversalmente cotejado por noções arraigadas no pensamento social em relação ao lugar da mulher e do negro, do trabalhador rude e do líder empreendedor, enfim, da posição que ocupa o *outro* na construção de um pretenso caráter nacional.

Os grifos e destaques em negrito inseridos nos trechos de notícias apresentados a seguir são de minha autoria e têm como objetivo chamar a atenção para a escolha das palavras por parte dos redatores, facilitando a análise do discurso que os sustenta. Foram mantidos os eventuais destaques por aspas ou *italic* inseridos pelos próprios autores das matérias, conforme o original. Também a ortografia original foi mantida, ainda que em desacordo com as normas gramaticais de então ou com as atuais, embora explicada ou traduzida, quando necessário.

## Ordem e Progresso

Num enfático apelo em defesa da Constituição Monarquista e repudiando o movimento republicano que crescia na Bahia, os redatores do jornal O Constitucional Cachoeirano concluem um longo artigo intitulado *Interior* (1837, p. 6) com a seguinte afirmação:

Não, no nosso paiz não pode jamais medrar o imperio da **anarquia** e da deshumanidade. Os **Brasileiros** geralmente fallando tem os corações bem forrados, e tanto se compadecem do infortunio, quanto se horrorizão da perversidade, e do crime.

Estão aí, claramente inseridos na narrativa, alguns conceitos-chave para a construção de um sentimento de nacional, a partir do apelo ao coletivo para repúdio à anarquia, ou seja, àquilo que carece de uma ordem, de uma organização. O narrador, então, descreve como seriam (homens de grande coração, sensíveis ao infortúnio e avessos à perversidade e ao crime) e conclama aqueles que se identificam como *brasileiros* – palavra que inclusive recebe uma inicial maiúscula – a um repúdio automático contra aquilo que ele próprio já aponta como perverso ou criminoso. Que no caso em questão, como vai deixar claro no decorrer da matéria, seria a quebra da ordem monarquista para instalação de um regime republicano.

O uso da narrativa jornalística para a construção de uma ideia de nação está evidente também em longo artigo publicado no Jornal da Cachoeira, *Correspondencia particular* (1857, p.1-2), que trata da perda da Presidência da Câmara por parte do deputado Pedro Muniz, onde o redator – que assina apenas *Seo amigo O* – pondera:

Todos sabem que, o que qualifica o homem na sociedade superior a outro são as qualidades seguintes, dando se a umas mais preferen-

cia do que a outras, **conforme o paiz** e a epocha. Saber e talento, **nascimento**, e riqueza são os attributos que estabelecem a superioridade ou aristocracia. Nos Estados-Unidos a riqueza prepondera, na Inglaterra a aristocracia do nascimento, e em muitos paizes o saber e o talento.

Ao desenvolver o raciocínio, deixa claro que o caso do Brasil seria este último (o de *muitos países*), uma vez que o utiliza como pressuposto para assentar sua defesa do político cachoeirano, ao qual evidentemente atribui sabedoria e talento. O importante, no caso, é destacar a ideia básica – reproduzida até os dias atuais – que aponta no sentido de que cada nacionalidade teria seu conjunto específico de atributos a influenciar no próprio caráter (ou falta dele) dos seus patrícios. No caso, a riqueza para a formação de um pretenso caráter norte-americano; a aristocracia para os ingleses etc.

Matéria de primeira página do Pequeno Jornal, intitulada *Depois da doutrina, o homem* (1943, p. 1), tece comentários sobre o regime comunista russo de então, ressaltando discordar de seus princípios ideológicos, mas identificando e apontando qualidades de administrador em Stalin, que teria transformado um país falido numa força militar de *alta capacidade*, sentenciando que:

Estamos vivendo uma fase de curiosidade espiritual. Entendemos que ideologias políticas e regimes não podem ser transportados, tendo **cada povo** o governo mais compatível com **o seu temperamento** e com suas tradições. Mas, por isso mesmo, necessitamos conhecer os homens e as concepções das outras nações, para que possamos melhor defender e resguardar as nossas.

Além de reforçar a noção de que cada coisa – seja um país ou uma pessoa, com suas respectivas classes sociais – tem seu próprio

lugar *natural*, um lugar que lhe cabe, o discurso propõe a ideia de que um povo teria certo temperamento, certo jeito de ser, atribuindo uma característica humana para aquilo que deveria ser tratado como um coletivo nacional em determinado contexto histórico. Pois, para este tipo de narrativa, as coisas não acontecem em decorrência de uma conjuntura socioeconômica e cultural que as envolvem e condicionam historicamente, inclusive a partir do fato de estar a sociedade dividida em interesses de classe quase sempre opostos e conflitantes, o que estratifica as diversas camadas e grupos de populações. Apesar disso, a ideia a ser *vendida* nos jornais é que as coisas são assim *naturalmente*, ou seja, as pessoas *nascem* dessa forma e ponto final. Conforme deixa explícito a nota publicada na coluna *Avulsas* (1901, p.2) do jornal A Ordem:

Um sabio allemão, o professor Sehmman, de Benn, estudou as gerações de uma família de ébrios, durante um século. A de Jurke, alcoolica, vagabunda, originou a seguinte geração, 142 mendigos, 64 pensionistas de asylo de mendicidade, 81 mulheres perdidas, 76 criminosos, dos quaes 7 assassinos. Em 75 annos, esta familia de alcoolicos custou ao Estado cerca de seis milhões de marcos. Não é, pois, exagerado o total de um bilhão quinhentos e cincoenta e cinco milhões de francos, a quantia que á França custa o alcoolismo annualmente. Acrescenta uma folha franceza de que extrahimos esta noticia.

Em texto no qual lamenta a morte do industrial canadense Alexander Mackenzie, que havia morado e mantido negócios em São Paulo por mais de 30 anos, Nelson Firmo (1943, p.1) revela, entre os costumeiros elogios rasgados à capacidade empreendedora destes grandes capitalistas, que

os ingleses **sabem ser amigos**. Sabem, sobretudo, compor atitudes e criar, onde quer que atuem, esses ambientes tão gratos á nossa sensibilidade e tão **favoráveis** as nossas melhores emoções.

A leitura deste texto demonstra que, além de afinar-se à cartilha liberal sobre o papel de cada nação no contexto imperial então desenhado, o autor tem o objetivo de atribuir ao local de nascimento – à nacionalidade, portanto – características que deveriam a princípio ser simplesmente humanas, como a amizade e a capacidade de transmitir sentimentos e emoções *favoráveis*. Além de deixar implícito, porque silenciado em seu texto, que os brasileiros não seríamos assim, pois aquilo que se faz questão de destacar no discurso (o inglês *é* assim) contrapõe o que se cala (o brasileiro, então, *não é*), de acordo com a lógica simples de que, se assim não fosse, não precisava ser dito.

A imprensa regional cachoeirana também se utilizou largamente – e desde muito cedo – do conceito de civismo para fundamentar, defender, legitimar ou divulgar seus próprios interesses políticos ou de classe, travestidos em ideais ora liberais ora republicanos, nacionais ou democráticos, a depender do contexto histórico. Foi assim, por exemplo, com o Recopilador Cachoeirense, que nas primeiras décadas do Século XIX argumentava em artigo assinado por um Barão de Holbach (1832, p. 6) que:

Os Militares, e os Nobres são os cidadãos, que por todas as razões mais adhesos, e mais intimamente unidos deviam ser á Patria. O merito militar consiste em **defender** valorosamente as pessoas, e as **posseções** de todos contra aquelles que procurassem invadil-as. D’aqui se infere que o Soldado he um **traidor**, e além disso he **cobarde**, se vende a sua vida ao Despotismo, e a Tyrannia, que foram, e serão sempre os mais implacaveis inimigos de toda a Sociedade. Um mi-

litar tão louco, que se sacrifica aos caprichos de um tyranno não he mais que um gladiador mercenario. Um Cidadão que por si mesmo põe os ferros da escravidão a sua Patria, he um furioso, que péga fogo a sua propria casa, em risco de perecer elle mesmo com toda a sua descendencia. Que horrivel, e abominavel herança he deixar a seos filhos o opprobrio da escravidão!

No texto, está claro o papel que cabe aos militares, qual seja o de defesa das pessoas e suas posses, da propriedade privada, enfim, merecendo o estigma de traidor e covarde aquele que de algum modo desviar-se desta orientação em favor que algum outro tirano ou déspota. A cobrança de patriotismo, inclusive, foi uma constante no discurso desta imprensa, que tentava construir sua trajetória em uma nação ainda em formação e imersa em contradições aparentemente insuperáveis. Em outro exemplo, toda uma cartilha liberal surge bem explícita no artigo d'O Argos Cachoeirano (1850, p.2-3) que inicia enumerando

os direitos capitaes de um povo livre: – obrigação de só fazer o que a lei manda; – **liberdade de imprensa**; – liberdade de consciencia; – inviolabilidade do lar domestico; – não se poder ser preso sem culpa formada senão nos casos declarados na lei; – igualdade das leis para todos quer nos premios que nos castigos; – a unica distincção pelos **talentos e virtudes**; – o aniquilamento de privilegios e isenções; – extincção de Fóros privilegiados e commissões especiaes; – abolição dos açoutes, torturas e mais penas cruéis; – extincção da confiscação; – garantia do **direito de propriedade**; – relevamento de toda a especie de trabalho, industria ou commercio; – **propriedade das invenções**; – inviolabilidade dos segredos das cartas; – garantia das recompensas; – responsabilidade dos empregados publicos; – **ins-**

**trução primaria e gratuita** á todos os cidadãos; – julgamento pelo jury. Em uma palavra as mais bellas theorias dos direitos do homem postas no frontespicio das constituições mais **democraticas**, a mesma constituição da republica franceza, não conteem promessas mais lisongeiras ao povo.

Exemplo extremado de civismo está no texto publicado n'A Voz da Mocidade com o título *O amor da patria* (1850, p.3-4):

O homem que não sabe **morrer pela patria**, he um desgraçado, merece de seos semelhantes, odio e rancor immortal, e he olhado como hum objecto dispresivel. Ó minha Patria! he por ti que derramarei a ultima gotta de meo sangue, porque segundo meo fraco pensar, o homem foi criado por Deos para **defender** sua Patria; e qual será seo tymbre? morrer por ella. O homem que não tem Patria, tendo-se despresado pelos seos semelhantes vai viver na sollidão, e ahi mesmo os remorsos affligem o seo coração, até que as feras o dilacerão. E haverá quem não deseje **sacrificar sua vida** pela Patria? Não, e se ha quem o faça, esse he hum monstro.

Outro típico apelo ao patriotismo está na matéria do Echo Popular (1877, p.1) que anunciava os festejos em comemoração ao 25 de Junho:

Vêde, e os vossos corações sentirão os effeitos do **patriotismo**, e vossas almas alegres, deante de tão risonho quadro se expandirão no maior **sentimento** de prazer! Saudemos pois a aurora que hoje se nos apresenta, com toda a força de sua luz, de sua magestade, e sobre o sagrado **altar da patria** depositemos uma corôa de louros por entre o cheiro de incenso de nossa gratidão. Sim, cachoeiranos, foi

em 1822 que, como hoje, diante d'esse mesmo sol, sobre este mesmo **hospitaleiro** sollo, os nossos velhos paes, aquelles invenciveis guerreiros, aquelles extremados **patriotas** souberam, zelando mais o amor da **patria** do que a conservação da propria vida, desbaratar a horda cruel de inimigos amestrados<sup>14</sup> e barbaros , e fazel-os esporvidos recuar deante da gloriosa diviza: Independencia ou Morte!

No texto, a noção de patriotismo é apresentada como pertencente à dimensão dos sentimentos, dos melhores sentimentos de alegria e prazer, embora na verdade estivesse tratando das lembranças de uma guerra, de independência e de morte. O patriotismo, então, é literalmente colocado em um *altar sagrado*, com direito a coroa de louros e incenso. Cabe também observar a referência ao *solo hospitaleiro*, outra construção igualmente cara ao ideário nacional. Mas o texto segue, acrescentando novos ingredientes ao discurso, como o de um povo fraco (*os filhos do Brasil*) enfrentando e superando um inimigo forte: “Sim, n’essas batalhas de bravos, deante de um inimigo **forte** e amestrado, os **filhos do Brasil, fracos** pela idade, mas fortes pela coragem e pelo patriotismo, levaram de vencida aos seus inimigos e gloriosos entoaram o hymno das victorias!” (ECHO Popular, 1877, p.1).

Em nota intitulada *O Anno Bom* (1888, p.1), em que o redator do jornal O Americano aparentemente pretendia só comemorar a chegada de um novo ano, é possível encontrar o seguinte raciocínio e conclusão:

Jesus Christo que nasceu em Bethlem, para remir a humanidade inteira, se compadeça d’este solo americano e sobre elle derrame a sua mizericordiosa benção; disperte o **patriotismo** dos brasileiros;

<sup>14</sup> Aqui, no sentido de treinados, bem preparados militarmente.

faça nascer no animo deste governo sem crenças, sem patriotismo e sem fé, o sentimento nobre de melhor cuidar dos negocios da **patria**; que em vez de continuar a ser o esbanjador dos dinheiros publicos, o rebaixador da dignidade e da honra nacional, o violador dos direitos individuais, o perseguidor do pobre captivo, o carrasco da liberdade, o figadal inimigo da soberania popular, seja uma vez ao menos – brasileiro!

Em edição comemorativa pelo aniversário de independência da Bahia, o Pequeno Jornal traz artigo assinado por Pedro J. Dantas (1930, p. 1) em que define o civismo como algo que “ilumina a sociedade, aumentando as suas esperanças, descortinando-lhe o áureo caminho do progresso, e compelindo o homem ao cumprimento exacto de alguns deveres sagrados”. Para o autor, a relação entre civismo e progresso é direta, mas passa pela compreensão dos deveres de cada um, da sua capacidade de obediência para com eles. Neste sentido, segue esclarecendo que tais deveres, entre a necessidade de ser correto na vida social, respeitar o meio onde vive e, portanto, suas datas comemorativas.

Em outro artigo de grande destaque na primeira página, A Ordem (1900, p.1) exalta os eleitores a participarem da escolha dos seus futuros representantes com frases do tipo “haja patriotismo, e todas as dificuldades se vencerão”. Por fim, conclama:

Represente a deputação nacional o povo com toda a dignidade, interesse, brio e amor a este opulentíssimo e grandioso torrão, e ver-nos-emos em breve libertados d’essa athmosphera asphixiante e pesada que vamos a custo respirando e que nos tem feito esquecer até certo ponto os **deveres** rigorosos que todo bom brasileiro tem de cumprir com a **exactidão da mathemattica** (A FUTURA deputação nacional, 1900, p.1).

Sempre retomando a ideia dos deveres inescapáveis de todo cidadão, apela à analogia com a matemática, emprestando um caráter de ciência exata ao civismo e ao sistema de democracia representativa, os quais defende ardorosamente como princípios universais inabaláveis. Mas certos contextos históricos podem tornar de tal maneira relativas as ideias de civismo e de nacional, a ponto de se elaborarem argumentos como o do redator d'A Cachoeira, em matéria de primeira página intitulada *Getulio Vargas, o herói do continente* (1942, p.1), para quem

As aflições dissipam-se, as apreensões dissolvem-se e todos os temores desaparecem para um povo quando á sua direção suprema permanece um patriota que não mede sacrifícios e não conhece obstáculos para defender sua terra. O Brasil em momento grave de sua vida foi contemplado com um bravo que não se intimidou perante agressões traiçoeiras de monstros. Apoiado pelo povo, poudes assumir uma atitude que se iguala a todas as mais importantes ocorridas no passado. Getulio Vargas figura hoje como um dos estadistas mais felizes da historia brasileira. Tem ele na atualidade a chefia de um povo destemido, arrojado e denodado, disposto a enfrentar o futuro com rigidez e firmeza. Sua felicidade consiste em governar um país glorioso na hora em que seu povo atinge o apogeu do heroismo e do **patriotismo**. E isso sucede **para os que merecem**.

Afinal, para além da retórica alarmista e extremada que era exigida, sobretudo à imprensa, naqueles tempos de intensificação de um conflito brutal e de extensão mundial, o apoio à grande liderança que se empenhava em unificar a Nação deveria ser incondicional e inquestionável, a partir de um discurso que alertava – ou advertia – que o patriotismo era uma questão de merecimento.

Um extenso artigo publicado no periódico cachoeirano *A Voz da Mocidade* com o título *O seculo XIX* (1850, p.1-2) afirma que

na verdade, nunca a **intelligencia** humana ha sido tão cultivada como no seculo XIX, seculo das luzes, e de phenomenos que o philosofo não poderá definir; por que todas as cousas caminão para o **progresso**; as artes, e as leituras tem chegado ao cumulo da perfeição, e do **desenvolvimento**, que quasi parece impossivel que estejam no limites da esphera humana. Nunca a liberdade ha feito tantos progressos, e tambem custado tanto sangue, e tantos sacrificios.

Estão aí quase todas as representações que orientaram o discurso para o período, que o próprio texto já identifica como o *século das luzes*: a *inteligência* (razão, racionalidade), o *progresso* (aqui entendido como avanço e descoberta nos campos científico e tecnológico), o *desenvolvimento* (o uso deste conhecimento científico e de sua tecnologia) e a *liberdade* (individual, de propriedade, de expressão, de voto e representação etc). Logo, seu redator estaria tratando de maneira mais específica deste conceito de liberdade, falando em nome do *povo*, já que “é na liberdade que se bazeia **a felicidade do povo**, e foi por amor della que elle sofreu por tantos annos as fogueiras da inquisição, que apesar das victorias que n’ella forão lançadas, não poderão destruir no coração humano, o amor da liberdade” (1850, p. 1-2-).

Outro artigo, apropriadamente intitulado *Theoria do Progresso* (1859, p. 1-2), circulou n’O Paraguassu com a seguinte abertura:

Todo o augmento gradual, successivo e constante de bens, instituições de agentes e principios mutores, que uma Sociedade a força de trabalhos uteis pode conquistar, accumular, e conservar no remanso

da paz determina o que entendemos por progresso. O desejo de progredir é **innato** do homem, e participa de suas duas naturezas: física, e moral, porque não só é elle composto de um **princípio activo** capaz de perfeição que o distingue dos outros animaes.

Embora admitindo certa inevitabilidade genética para o desejo humano de progredir, o que de certa forma segue em direção oposta à argumentação seguinte, que distingue o homem dos outros animais, o texto parte desta dualidade matéria-espírito quando lhe é conveniente, mas a partir de determinado momento começa a lançar mão de princípios da física para explicar o contexto social, propondo depois analogias entre o funcionamento do corpo humano e o que denomina *corpo social*. Por fim, atinge seu objetivo, ao argumentar que “como as Nações se compoem de entes d’essa especie, e o progresso não é sinão um movimento para a perfeição, segue-se a tendencia natural das nações para o progresso” (THEORIA do progresso, 1859, p.2). Mais uma vez associando a noção positivista de progresso (aí bem claramente entendido como o acúmulo de bens materiais) com o nacional, indicando de maneira explícita que não se alcança um sem o outro.

Exemplo de sintonia com a ideia de progresso ligada ao patriotismo e à liberdade, via abolição da escravatura, está na matéria do jornal Echo do Povo, intitulada *A verbação dos escravos* (1881, p.1), que informa:

A assembléa provincial da Bahia resolveu em uma das suas sessões, uma verbação para os nossos infelizes irmãos e patricios, que gemem a dôr da escravidão. Esse projecto que tão agigantadamente levantou altivo o seu collo sobranceiro no seio do parlamento, teve como iniciador o senhor Alexandre Herculano. É mais uma gloria que o nobre deputado adquire a preço de seus esforços; mais um nome que

grangea no altar do **patriotismo**; mais um ombera colhido na ara sacrosancta da **liberdade**! Os grandes espiritos assim se exprimem; os grandes **progressistas** assim se manifestam! É mais um passo para o **progresso**; mais uma pagina para a historia do nosso paiz! Já causara, pois, especie esse modo porque os representantes da provincia, se conservavam taciturnos com relação aos horrores da escravatura.

De fato, a associação entre progresso e nacionalismo costuma ser automática quando de interesse do seu autor, como deixa evidente matéria do jornal O Republicano, intitulada *Parabéns á Cachoeira* (1891, p.1), em que comemora a indicação do novo intendente local, arrematando que, “nesta epocha em que todos procuram engrandecer-se pelo progresso, pelo trabalho; em que todas as localidades almejam o progresso de seus filhos, a Cachoeira, a mimoza filha do Paraguassu, não pode deixar de possuir-se de vivo contentamento”.

Em editorial de primeira página, ao qual é dado bastante destaque, o jornal cachoeirano O Progresso (1861, p.1) ocupa-se daquilo que considera desenvolvimento para o Brasil, assentando seus pressupostos no que chama de uma *sanção material*, para indagar:

O que seria hoje d’este vasto Imperio, onde a **natureza** com tanta profusão espalhàra seus mais ricos dons, só com sua constituição tão liberal, só com esses códigos onde o cidadão e os poderes do Estado estam sob uma salvaguarda poderosa, na benefica e sàbia distribuição dos direitos e deveres que, nascendo do fulgente diadema, desce e cobre o desgraçado que vive envolto no lodo dos crimes e na esteira da miséria?

Novamente, a alusão à famosa *generosidade* da natureza para com o nosso país. Mas ele mesmo responde à questão apontando o

mau exemplo dos *nossos amigos do sul*, sobre os quais descreve um quadro de profunda desordem social, para arrematar:

Felizmente nos fomos arrancados a esta lastimosa sorte pelo esforço que temos feito, cercando nossas instituições liberaes com instituições posetivas, e representadas, nas aberturas de estradas, no assentar dos carris, na navegação dos rios, nas instituições de crédito, no **progressivo** aniquilamento do tráfico, e, emfim, **distrahindo** a opinião publica dos negocios políticos, impellindo-a para alvos mais fecundos, mais positivos e mais perduraveis (O PROGRESSO, 1861, p.1).

Cabe observar ainda que, quando trata do tráfico de escravos, relacionado entre as ações de logística dedicadas a impulsionar o desenvolvimento nacional, usa o termo *progressivo*, um eufemismo para tentar explicar a injustificável resistência dos comerciantes baianos em extinguir totalmente a atividade<sup>15</sup>. Neste sentido, o artigo também condena as *teorias sociais as mais engendradas* dos americanos do norte, provavelmente referindo-se aos intensos debates sobre a abolição da escravatura naquela parte do mundo, então uma das principais pautas a colocar lenha na fogueira que logo acenderia por lá uma acirrada guerra civil.

Também chama a atenção o verbo escolhido para ilustrar o esforço empregado pelo próprio redator do texto e por aqueles que representava (o que fica claro quando ele resolve empregar na narrativa a primeira pessoa do plural), no sentido de salvaguardar as nossas instituições: eles estavam *distrahindo* a opinião pública dos negócios políticos, ou seja, desviando, afastando, fazendo esquecer e tangendo em outra direção. Porque, para o autor do texto, o progresso nacional, enquanto capacidade de gerar a infraestrutura necessária

<sup>15</sup> O que aconteceria apenas em 1888, com assinatura da Lei Áurea.

para acumular bens e capitais, estaria baseado, não na discussão de suas próprias instituições e práticas políticas, mas em objetivos mais *fecundos*, como a abertura de estradas e a concessão de crédito. Este, afinal, é o ponto que se deseja alcançar com o discurso, para o qual conduz toda a argumentação apresentada:

Nos quiséramos que cada sessão de nossas assembléas proviciaes fossem assinaladas por concessões desse genero; que facultassem altas garantias ainda mesmo a empresas que promettessem lucros avantajados; porque esses favores só serviriam para animar a incorporação das companhias, e para sustenta-las nos primeiros annos; e o paiz, logo depois, lucraria com altas e incalculaveis compensações (O PROGRESSO, 1861, p.1).

O mesmo jornal O Progresso segue em sua linha *desenvolvimentista*, embora já não tão otimista assim, mais de uma década depois, preocupado com o futuro e anunciando em nota intitulada *Longe vá o agouro* (1873, P. 2) que

Estadistas e sábios europeos, partindo do dado de que a população concebida do globo é aproximadamente de 1,300 milhões de habitantes, e dada a progressão que esta recebe, especialmente na Asia, nos Estados-Unidos, na Alemanha e outras regiões, calculam que nos fins do século XX o mundo terá mais habitantes do que a terra poderá alimentar, sendo necessário então um d'esses acontecimentos, que como o diluvio ou a invasão dos bárbaros mudaram a face da humanidade.

Todavia, a narrativa que mais se aproxima das imagens construídas em torno de um progresso universal e possível a toda a hu-

manidade, por intermédio dos esforços industriais e tecnológicos da moderna cultura ocidental, que tinha como paradigmas maiores a Europa e os Estados Unidos da América, e à qual o Brasil aspirava ter acesso, está num texto que trata de uma das mais festejadas invenções do Século XIX: o cinema. O artigo, assinado por Dante Costa (1933, p.4), dá uma ideia de como a imprensa participou ativamente da montagem deste ícone da indústria cultural, que já se consolidara nas primeiras décadas do século passado:

Cinema quer dizer civilização e progresso. Cinema é a grande força que se movimenta no sentido de difundir todas as realizações **novas e eficientes** que alegam a vida do homem moderno. As rápidas **conquistas** que a Civilização conseguiu sobre o primitivismo de certas regiões no começo deste século não terão, talvez, fora do cinema a sua explicação razoável e lógica. Porque o progresso é um fenómeno local, que afeta somente determinado núcleo, e que precisa de **disseminação** para poder se afirmar integralmente. Sem as vias de comunicação ele bem cedo se circunscreve e se limita ao foco inicial. E qual a via de comunicação mais **rápida**, mais **sedutora** que o cinema?

O autor segue elaborando elogios ao *sedutor* veículo de *disseminação*, destacando sobretudo a rapidez com que ele consegue divulgar as *novas e eficientes* conquistas da civilização e do progresso. Fala, então, de um novo tipo de arado e de um grande hipódromo recém-inaugurado em alguma metrópole que vira nas telas do cinema, mas incluindo também entre as grandes façanhas descritas o registro de que “semanas depois de lançado o manifesto político em que vêm as diretrizes novas da política do país, já o pequeno proprietário do interior, herói anônimo da economia nacional, está

ao par das suas minúcias, das suas concessões, dos seus excessos...” (COSTA, 1933, p. 4). O que coloca no mesmo patamar descritivo, em igual categoria de definição, a tecnologia em si e a ideologia que determina os seus usos e apropriações (ou não). E conclui:

As machinas, as casas, os brinquedos, as doutrinas, os engenhos de guerra, os nossos costumes, os nomes, os aeroplanos, as filosofias, as mulheres bonitas que ensaiam á caipira o segredo fascinante da elegancia e do encanto... É o cinema em toda a parte, **servindo a todos**. Jovial professor de civilizações. Mestre jovem das realizações novas. Revelador subtil e **altruista** de belas audacias e de alegria... (COSTA, 1933, p.4)

O discurso usa o artifício de substituir a parte pelo todo, ou seja, faz de um tipo específico de cinema – o *hollywoodiano* norte-americano, que tem sua técnica, linguagem estética, filosofia e estratégias bem definidas e específicas – algo universal, de inspiração *altruista*, como se fora patrimônio humanitário livre de quaisquer contaminações de ordem mercadológica, política ou ideológica. Recurso largamente utilizado, sobretudo pela própria imprensa, ao abordar vários outros paradigmas formadores da nossa alma coletiva ocidental.

## Os políticos

Em texto inserido na coluna intitulada *Idéias*, discorre Luciano E. de Castro (1930, p.4) sobre a atividade política na cidade de Cachoeira e seus representantes, embora sem citar nomes, mas afirmando que “em se tratando de HONRA, só ‘merece’ distinção o indivíduo que maldiz a sociedade, e se julga superior a todos, ao tempo em que da sua alma brotam ignomínias tremendas!...”. Pros-

segue com o mesmo tom irônico em trecho mais adiante, no qual afirma que “se nos referimos a política, deveremos confessar ‘em prol da verdade’, que o ‘melhor’ político é aquelle que tem planos diabólicos e ‘conta com o ovo...’ não posto ainda!” (CASTRO, 1930, p.4).

Ainda que se referindo muito provavelmente a algum desafeto pessoal, reforça a imagem corrente de que os políticos são criaturas diferenciadas e que, entre outras características intrínsecas à categoria, costumam manipular a verdade em benefício próprio. Em outras palavras, o fato era que os políticos – *todos eles*, apenas por serem políticos – mentem, dissimulam e agem com desonestidade, numa generalização que torna natural e legítima seus desvios de conduta, já que eles *são assim mesmo...*

Na verdade, a ideia, corrente até hoje, de que a atividade política é algo degradante, vil por natureza e, portanto, para ser exercida exclusivamente por corruptos e desonestos, é uma das mais recorrentes construções historicamente engendradas através da imprensa, entre outros agentes. Como deixa evidente uma crônica publicada há 123 anos na coluna do jornal A Ordem, intitulada *Ff e Rr*, que tratava – geralmente com humor – de variedades, amenidades e temas considerados mais leves. Era assinada pelo pseudônimo Alibius Cesarius (1886, p. 2-3), que numa edição em que se confessava sem assunto para explorar, desculpou-se com o seguinte argumento:

Mas hoje, tenho que lutar não só com a ausencia quasi completa de materia, como tambem com o estado precario do meu cerebro, que me não tem pago o tributo em razão, em razão de ter fallido (legalmente). Pobre cerebro! Estás sendo victima tambem dos golpes que tem ferido **os cofres provinciais. Si entrasse a politica** nos meus escriptos, então teria sempre de que fallar, porque a fonte é inexgotavel e a politica nunca recusou inspirações aos seus adeptos; eu, porem, não metto o dente n’ella, pois acho a de muito **difficil digestão.**

Ora, o autor do texto (escreve um comentário de natureza política, como é a referência irônica, porém direta, aos golpes que estariam vitimando e levando à falência os cofres da província) comete algo e o nega, incontinenti, na frase seguinte! Pois quando alguém escreve *si* (se) *entrasse*, nesta forma condicional, é porque efetivamente *não entrou*. E, no entanto, é exatamente isto o que ele fez, ou seja, entrou com um comentário político em sua coluna. Além disso, reforça o que seria a opinião geral em relação à atividade, ou seja, o seu caráter negativo, quando assegura que não meteria os dentes nela (quer dizer, não a *comeria* ou equivalentes do tipo *tragaria*, *engoliria*) por ser de *difícil digestão*.

Curiosa é a metáfora proposta pelo redator d'O Argos Cachoeirano no artigo *A Constituinte* (1851, p.1) em que escreve:

As idéas, e os principios politicos, são como as idéas, e os **principios religiosos**. Ambos uma vez **plantados** no coração do homem, que crendo em Deos, e na eternidade, não julga do futuro pelos acontecimentos do passado, e d'elle não se desespera, porisso que amanhã pode estar elevado ao pinaculo das grandezas quem hoje fraco implorava proteção, jamais podem ser d'elle arrancados pelo cadinho dos sofrimentos; porque quando o **spirito humano** abraçado com a **crença** que professa, vê n'ella todo o bem que soe resultar d'entro de sua possibilidade, não retrocede de seus vãos e de suas cogitações, abattendo-se genuflexo ante a prepotencia; mas forte e impavido **despresa** todos os males, e arrostra todos os perigos pelo triumpho de sua **bandeira**.

Enfim, desconsidera completamente o processo histórico e a vida real, levando ao campo da política os pressupostos da fé religiosa, que passa então a ser o fator que impulsiona e motiva, assim que

*plantada* no coração (espírito, crença, bandeira) do homem. Desta forma, reforça a ideia de que seriam construções como o *espírito humano* responsáveis pelo sucesso e, conseqüentemente, também pelo sofrimento e o fracasso do indivíduo em sociedade, relegando a segundo plano, ou mesmo ignorando, o próprio plano do jogo político, ao qual supostamente pretendia analisar os princípios.

Outra estratégia narrativa, contudo igualmente ilustrativa, é a que adota a coluna *Avulsas* (1900, p.2) ao publicar:

Diz o “Jornal do Povo”, de Bello Horizonte: “Para **zé-povo** ler, apreciar... e **virar a folha**, transcrevemos o seguinte telegramma do “Popular”: Sabe se que embora tenha parecer favoravel o projecto do deputado Barbosa Lima, fazendo descontar do subsidio dos deputados, os dias de falta, elle não será approved pela camara. Esse consta tem produzido commentarios.

Cabe observar o tratamento a *zé-povo*, por si só já carregado de um intenso sentido pejorativo, depreciativo (análogo ao sugestivo *zé-ninguém* de domínio popular), mas que outra coisa poderia fazer, neste caso, senão *apreciar* e, ato contínuo, *virar a folha*. Ou seja, apenas tomar conhecimento do fato, vez que nada mais de concreto, de efetivo, poderia fazer a respeito para alterar o curso dos fatos. A nota também explicita a prática, muito comum naquela época, sobretudo entre os pequenos jornais da imprensa regional, de transcrever e comentar material de outros periódicos. No caso, formou-se uma autêntica rede de transcrições, pois A Ordem reescreveu matéria do Jornal do Povo, que por sua vez já a havia copiado do texto original publicado pelo Popular.

Em editorial de primeira página, o Pequeno Jornal fala sobre *A guerra e suas conseqüências na vida do pobre* (1942, p.1). Lamenta o

desabastecimento e a alta nos preços provocados pela Segunda Guerra Mundial, mas critica principalmente a ganância de alguns comerciantes, que estariam praticando aumentos injustificados, inclusive porque, àquela altura dos acontecimentos, o Brasil ainda não havia se envolvido no conflito. Interessante, porém, é verificar a definição do homem pobre e seu lugar no mundo, seu destino no estado das coisas de então, quando denuncia o alto preço dos medicamentos:

Nessas alturas, com essa espada de Dámocles, sobre sua cabeça, o pobre nem deve dizer que adoeceu. Em todo caso, como a nossa Flora é riquíssima e muito variada, Zé Ninguém sente o mal, banca o medico e corre ao mato a buscar folha ou raiz. Minora em pouco dos seus sofrimentos, mas se lhe depara logo outro problema difícil a resolver: o da dieta... Não havendo geito (sic), recorre ao pão dormido e... agua (A GUERRA e suas consequencias na vida do pobre, 1942, p.1).

Em reforço a esta linha de argumentação que busca, em última análise, *afastar* da atividade política a pessoa comum, o povo em sua maioria silenciosa, surge insistente a noção de que esta é uma área onde inevitavelmente se vai deparar com o que há de pior no ser humano, em suas ambições desmedidas e vícios incorrigíveis. É neste sentido que corre o texto publicado pel'A Cachoeira com o título de *2.o Congresso de Brasilidade* (1942, p.1), ao afirmar que:

Sob a égide do Estado Novo – regime de governo fundado, em boa hora, sob os aplausos e as bençãos (sic) na nacionalidade, para salvar a patria do **abismo profundo da anarquia** implantada pela **ambição da política partidaria** – vai o pais ganhando terreno no campo do progresso, da paz e da ordem, estabelecidos por S.Exa. Sr. Dr. Getulio Vargas.

Assim, a imposição de um regime autoritário vai-se tentando legitimar à custa do mesmo tipo de argumento que atribui à atividade política (no caso, a partidária, especificamente, ou seja, aquela que prevê o convívio e o embate de ideias entre partes opostas) a capacidade de levar ao caos. A ambição dos partidos levaria à anarquia, que, contudo, pode ser superada a partir de um governo forte, em troca de progresso, ordem e paz. Outro exemplo interessante, neste sentido, está na matéria *Terra infeliz* (1944, p.1), em que o redator comenta correspondência recebida, afirmando que “É este o refrão que o cachoeirano ouve a cada passo, de referencia à sua cidade. Acreditamos que é mesmo, porque desde os tempos da velha política, que as injunções partidarias aniquilavam o progresso moral e material da terra heróica de Teixeira de Freitas”. De onde é possível deduzir que a culpa maior pelos problemas do Município parece ser dos partidos políticos que compunham o antigo regime. Isto se confirma, logo em seguida:

A política desapareceu em boa hora. Desapareceram as competições e as lutas pelo poder. Hoje, ninguém em sã consciencia aspira a direção de Prefeituras. Os Prefeitos, hoje, são funcionários mal remunerados e que nada fazem, sem audiencia e beneplacito do Departamento das Municipalidades; vivem tutelados (TERRA infeliz, 1944, p.1).

Confundindo a atividade em si – a política, que não mais é descrita como campo de atuação de interesses diversos e opostos em relação a um poder determinado – com aqueles que a exercem, o autor do texto comemora o seu encerramento, quando fica evidente que, na verdade, o que foi suprimido foi a disputa em torno dela, a disputa pelo poder. O que somente se consegue pela imposição e

pela força de um dos grupos, que passa a ser hegemônico e sufoca as vontades contrárias. A situação dos prefeitos, por sua vez, é um bom exemplo disso, como a frase seguinte denuncia: “Governar assim, antes não governar, porque não são os órgãos enquistados nas Capitais, que hão de saber quais as necessidades do interior” (TERRA infeliz, 1944, p.1).

A aparente contradição surge no texto quando seu autor tenta conciliar a defesa do atual prefeito, que tentava pavimentar uma rua no centro da cidade, sem contudo melindrar o Governo Federal, que a tudo centralizava e fiscalizava com braço forte, inclusive a atividade jornalística, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A culpa, então, é remetida em outra direção:

São Félix, Muritiba, São Gonçalo, Feira de Santana entre outras cidades, o que têm de mais do que a Cachoeira é justamente calçamento e casas bem cuidadas, porque nestas e noutras cidades, o povo compreende que deve trazer suas propriedades em condições de boa aparência – o que é louvavel (TERRA infeliz, 1944, p.1).

Ou seja, a culpa vai para o povo. A conclusão da matéria é elucidativa, neste sentido: “E qualquer pedaço de terra Brasileira que tiver a pouca sorte de ter filhos insatisfeitos ou abraçar elementos demolidores, há de ser irremediavelmente uma terra infeliz” (TERRA infeliz, 1944, p.1). Neste caso, o povo cachoeirano – na verdade, aquela parcela que se colocava em oposição ao grupo ou aos interesses políticos com os quais o jornal se alinhava, no momento – é ilustrado na figura daqueles que criticavam a decisão do então prefeito de buscar recursos para calçar a tal rua.

Novo exemplo de tentativa para manipular a autoestima de uma população em benefício próprio, com reforço de discursos do

tipo *o quintal do vizinho é sempre melhor que o nosso*, está na matéria do semanário O Brazil que leva o título *A nossa edilidade*<sup>16</sup> (1886, p.1-3), na qual o redator tece severas críticas à administração municipal. Embora afirme inicialmente que não desejaria escrever uma só palavra sobre o assunto, termina fazendo-o de maneira extremamente arrogante, em estilo afetado e recheado por citações em latim. Em certo trecho, ataca:

Em quanto nas cidades visinhas as respectivas edilidades procuram os meios de melhorar a sorte dos seus municipes, progredindo sempre, na Cachoeira dásse o contrario, – a camara somente trilha a vereda escabrosa, que conduz ao regresso, á morte phisica e moral d’esta terra (A NOSSA edilidade, 1886, p. 2)

## A imprensa

Essencialmente autorreferente, a imprensa e seus principais protagonistas, os quase sempre *destemidos* redatores destes periódicos, são temas recorrentes ao longo de todos estes séculos, em todas as publicações, praticamente sem exceções até os dias atuais. Nos seus primórdios, contudo, incluindo o período contemplado neste estudo, eles estão ainda fortemente associados à consolidação do nacionalismo e do civismo requerido para legitimar seja o regime imperial português ou monárquico constitucional, republicano ou democrático, a depender da conjuntura política e do momento. De um modo geral, os jornais e seus homens de imprensa estão sempre se posicionando como defensores irredutíveis deste nacional e seu patriotismo, da ordem e do progresso, das ideias de Bahia e seus ícones.

---

<sup>16</sup> Conjunto de representantes do município, como as atuais Câmara de Vereadores.

Em editorial que escreve para agradecer e retribuir os elogios e votos de sucesso publicados por outro jornal da Cachoeira, o redator d'A Voz da Mocidade (1850, p.1) assegura que

suas esperanças não serão malogradas; porque seos Redactores e todos os membros da Sociedade<sup>17</sup> um dia, quando representarem na scena Brasileira, hão de com todas as forças desenvolver os **progresso** (sic) do Brasil, consolidando n'elle a **liberdade**, e os **direitos do cidadãos** (sic).

Exemplo paradigmático disso nos dá também A Ordem, em edição do final do Século XIX, num texto em que defende que “o jornal é o livro do povo, e é um crime deixar em branco paginas que devem conter assumpto de incontestavel valor historico e juntamente lições de civismo” (O JORNALISMO, 1900, p. 1). Em artigo publicado pouco depois, com o título *O Jornal* (1901, p.2), mostra um pouco da autoimagem largamente cultivada pela imprensa, embora deixando bem claro que há também os maus exemplos:

Há duas especies de jornalismo: o jornalismo – alavanca, e o jornalismo – punhal. O primeiro é a voz do sabio distribuindo a luz da sua intelligencia pelas villas e cidades, como o philantropo distribue pão pelas classes desamparadas da sorte. O segundo é a voz da injuria lançando a discordia por toda parte, ferindo reputações, abatendo caracteres, como o magarefe abate o touro indomito. O primeiro é idealista e puro: procura levantar do pó os que cahiram, chora com os que sofrem, vive a vida da sciencia, da justiça e do trabalho. O segundo é baixo e cruel, caminha ás deshoras pelas cidades desertas em

17 Ele se refere à Sociedade Escholastica Doutrinaria Cachoeirese, entidade de pretensões literárias e filosóficas responsável pela edição do jornal, que se dedicava exclusivamente a publicar os escritos dos seus associados.

busca das sensações da infamia, faz do crime um pedestal, da miseria a aureola das suas grandezas, vive a vida da crapula e da injustiça. O primeiro é o monge ajoelhado diante dos feridos, nas batalhas da existencia. O segundo é a columna da traição que fez fogo á retaguarda, ferindo pelas costas os seus proprios companheiros de armas.

Numa coluna do jornal O Americano, denominada *Contemporaneidades*, o engenheiro Santos Souza (1888, p.2) expressa suas opiniões a respeito, afirmando que:

É profundo e summamente desanimador este **indifferentismo**, que enerva as forças vivas d'actividade nacional. A imprensa publica, esta filha dilecta do fecundo pensamento de Gutemberg, **creada pelo espirito**, para representante mais directo da **consciencia** e da **opinião nacional**, affastada do **mais augusto** de seus encargos, classifica-se em duas grandes cathogorias: politica e commercial. Aquella, com honrosas excepções, ao envez de em suas columnas de honra, discutir as **necessidades publicas** e a resolução dos **problemas sociologicos**, que **péiam a nacionalidade** e lhe não habilitam ao enveredamento pelas trilhas da prosperidade, applica-se em **polemicas** e phacellantes d'uma politica sem horisontes e mor das vezes bastarda e de sentimentos ante-patrioticos; e em lugar de franquear sua secção livre á **intelligencias** que se empreguem em utilidades sociaes, collocam-na ao serviço da **politica d'aldeia**, onde os realiaamentos são repugnantes! Esta, a commercial, inteiramente no regaço da exploração mercantil, não reserva sequer o editorial, onde discuta ao menos os variadissimos interesses da grande classe que a mantem com o **ouro** produzido pela **constancia das abnegações**.

Ele primeiro lamenta o que identifica como uma indiferença – embora sem especificar se por parte da população em geral, ou de suas lideranças, ou de algumas delas em particular – que estaria deixando nervosas as tais forças vivas e ativas da Nação. As quais, mais adiante no texto, identificaremos como os homens que comandavam as corporações da agricultura, comércio e indústria do País. Leva seu foco, então, à imprensa, que teria a missão espiritual de oferecer-se como representante da consciência e da opinião nacional, mas que por vezes pode afastar-se deste mais augusto dos encargos para tratar de política ou de comércio. E faria isso, deixando de lado as necessidades públicas e a solução dos problemas sociais que golpeiam a nacionalidade.

Esta imprensa preocupada apenas com a política e com o comércio estaria dedicando-se a polêmicas e a questões menores e repugnantes (da aldeia, pois), esquecendo-se de ouvir as inteligências que se ocupariam de algo útil à sociedade. Donde se conclui que, para o autor da narrativa, a imprensa deveria ser um instrumento a ser colocado acima das discussões políticas e dos embates sociais locais, acima também das preocupações comerciais, para dedicar-se então a discutir os interesses da classe produtora da riqueza, do ouro amealhado de forma constante e abnegada. Para deixar isto bem claro, ele conclui o texto louvando fartamente o papel desempenhado pelos comerciantes, produtores agrícolas e industriais, todos injustamente submetidos a altos impostos.

Esta disposição em mostrar-se como instrumento de fiscalização e moralização das ações da sociedade aparece bem clara no artigo publicado no jornal *O Vinte e Cinco* de Junho, intitulado *Mordomia da Casa Imperial* (1854, p. 4), que protesta de maneira veemente contra as homenagens póstumas que o Governo Imperial estava anunciando em honra do seu antigo Conselheiro, Senador, Ministro

da Guerra e Governador Geral, José Clemente Pereira. Homenagens que incluíam uma estátua e a nomeação da viúva como condessa. A certo momento, o redator ameaça, chegando a mudar o estilo da narrativa, a fim de dirigir-se diretamente ao Imperador:

Estes actos, que se dizem do governo e **peçoaes** de V.M., ofendem a nação, degradam o governo imperial, e rebaixam a V.M., que não deve decer tão claramente a arena para expor-se a sensura do paiz, como aconteceu com vosso augusto pai o sr. D. Pedro I. Eu quizera, senhor, consideral-os como do ministerio, como do **mordomo**; mas vejo-me na triste alternativa de considerar o xefe da nação como um **manequim**, o que em minha consiensa não é. É extremo o respeito que consagro a V.M.; mas a nação está primeiro; e quando se trata de saber si ella está bem governada, dever é de todo brasileiro onesto arrostar todos os comprometimentos (MORDOMIA da Casa Imperial, 1854, p.4).

Em resumo, o autor da matéria acusa a Corte de confundir questões de governo com vontade pessoal, e joga com as palavras a fim de cobrar, em nome da Nação, providências por parte do Imperador, que evitaria assim ser censurado publicamente, como teria acontecido com seu pai, Pedro I. Espertamente, ele deixa apenas duas alternativas ao governante. Primeiro, que os tais atos condenáveis partiram dele, foram fruto de sua decisão pessoal. Caso contrário, ou seja, se foram engendrados pelos seus ministros (os mordomos, como maldosamente os chama), evidenciaria que o monarca não possui autoridade e autonomia para governar, seria, como diz, um manequim. O que afirma com todas as letras, logo negando *em sua consciencia*. Garante que até respeita o Imperador, mas o compromisso com o País viria em primeiro lugar. Mas as ameaças vão

mais longe ainda, quando o redator apela à Constituição de então, considerando a hipótese de apresentar uma representação contra o Imperador, pedindo o reconhecimento de sua incapacidade física e moral para governar.

O jornal volta à carga na edição seguinte, em artigo intitulado *A morte do Sr. José Clemente Pereira* (1854, p.1), mais uma vez protestando contra as homenagens ao falecido senador,

que **aconselhava** ao então príncipe regente o Sr. D. Pedro d'Alcantara, que – vivesse no Brasil para sempre conserval-o UNIDO a Portugal, como do seu discurso em 9 de janeiro de 1822, esse dia do – **fico** – em que **ficou** também para sempre perpetuada a nossa desgraça, é hoje, por **miseraveis** escriptores, por **ingratos** portugueses, e por **degenerados** Brasileiros, apregoado como patriarcha a Independencia do Brasil!

Deixando bem clara sua opção nacionalista, o jornal lembra que o político a ser indevidamente homenageado teria sido também Conselheiro do primeiro Imperador, ao qual teria sugerido ficar no Brasil a fim de conservá-lo para sempre *unido* a Portugal, o que pode ser lido também como conservá-lo *submisso* a Portugal. Outra intenção não tem o trocadilho com o *dia do fico*, no qual teria também *ficado* perpetuada a desgraça nacional. Sua indignação é evidente, portanto, contra os escritores *miseráveis*, portugueses *ingratos* e brasileiros *degenerados* que ousariam então proclamar o tal Conselheiro como Patriarca da Independência.

Em seu primeiro número, o jornal O Argos Cachoeirano proclama, em longo artigo de apresentação (1850, p.3) que

na imprensa está **o recurso eficaz** do cidadão offendido em seos direitos pelos despotas desta actualidade; he nella que encontrarão

elles o desabafo das arbitrariedades; e pois que o esforço da facção **saquarema** he acabar com a melhor das garantias da **liberdade do povo**, devemos todos nós sustentar a imprensa, pois nenhum de nós sabe em quem cairá amanha a violencia, e o **raio** do despotismo saquarema.

Quer dizer, ele primeiro se apresenta como *o recurso eficaz* que tem o cidadão para a defesa dos seus direitos, mas logo identifica na *facção saquarema*, como foram apelidados os seguidores do regime imperial de então, a ameaça de arbitrariedades e de ataques à sua liberdade. Para então advertir que esta imprensa – ele próprio, portanto – deve ser sustentada, protegida, sem esquecer a ameaça de que nenhum de nós sabe sobre a cabeça de quem cairá, amanhã, a violência e o raio do despotismo. Um detalhe sobre este jornal é que, apesar de declaradamente liberal e defendendo fervorosamente nos artigos e editoriais os direitos do homem, a liberdade de expressão, de propriedade e de consciência, circulou quase sempre com uma grande quantidade de anúncios de compra e venda de escravos em suas páginas.

Tão igualmente convencidos de sua importância estavam os responsáveis pelo periódico *A Voz da Mocidade*, que – envolvidos então na luta pelo fim do império – chegaram ao ponto de produzir afirmações como estas do artigo *O espirito liberal* (1850, p.2):

Na verdade a maneira forte e compacta com que todos os periodicos do Brasil, e principalmente os do Norte se pronunçião **advogando** os diretos do povo, e ainda mais desenvolvendo, e discutindo a ideia do immortal Dez. NEVES MACHADO nos induz a crer que muito breve se tem de **findar todos os nossos soffrimentos**, desaparecendo a politica do terror e do exterminio.

Por sua vez, o redator do jornal O Americano, P. Soares (1878, p.2), assegura que:

É o **dever** sagrado da imprensa **descobrir** as mazelas da sociedade, **apontar** os seus defeitos, **propôr** as reformas necessárias, **moralisar**, **instruir** e **regenerar**. É assim que entendemos e **acatamos** a imprensa, que, na phrase de Mendes Leal, **deve** ser um **sacerdócio** e não o pelourinho de reputações, um **altar** e não um **balcão**.

Em texto tão curto, seu autor conseguiu sintetizar com objetividade ímpar uma visão sobre a imprensa que permanece hegemônica, sagrada (como diz), intocável mesmo, até os dias de hoje. Estão nele, não apenas os *deveres* ou missões, aqueles compromissos que em geral são explicitados por seus agentes, como investigar (*descobrir*), denunciar (*apontar*) e contribuir com responsabilidade social para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade (*propor*). No texto estão também aquelas atribuições que são quase sempre omitidas, às vezes até negadas, apesar de familiares ao fazer jornalístico, quais sejam impor um padrão moral (*moralizar*), estabelecer um paradigma educacional (*instruir*) e provocar as reformas e mudanças que considerar necessárias ou convenientes (*regenerar*). Pois assim é a imprensa, que não deve ser apenas *entendida*, mas inclusive *acatada*, vez que deve ser um *sacerdócio*, um *altar* e não um *balcão*. Todavia, quando o redator escolhe a palavra *deve*, aponta ao leitor que ela necessariamente não *é*, ou seja, que ela pode, sim (às vezes, por parte dos outros, evidentemente), ser um *balcão*.

Alguns periódicos optavam por um formato que explorava o humor e o escracho para transmitir suas críticas aos governantes, defender seus ideais, difundir seus pontos de vista ou apenas atacar seus desafetos pessoais. Foi o caso do Almotacé, que entre um e outro artigo de inspiração nacionalista e liberal, incluía anedotas, cita-

ções jocosas, frases de efeito e outros subterfúgios para divulgar as notícias que de algum modo advogassem causas do seu interesse. Já no texto de apresentação do seu primeiro número, estabelecia que:

O Almotacé é um **juiz** do Povo que **por elle vella**; sua **autoridade** é local, porem quando de outra localidade, ou parte do Imperio lhe vier alguma circumstancia qua mal faça a sua **administração e bom governo**, **exigirá** da authoridade donde ella tenha partido, **providencias**, a fim de arredar-lhe os tropeços à sua administração (O ALMOTACÉ, 1850, p.1).

Como é fácil deduzir, as intenções do periódico são bem claras. Ele se considera e concede a si próprio a *autoridade* de um juiz, que, embora local, pode ainda ser estendida, se algo ou alguém de outra parte do império chegar a ameaçar a sua *administração e bom governo*. Ou seja, ele também administra e governa (em nome do povo, claro). Por fim, alerta que, caso ameaçado, neste sentido, vai *exigir providências*. E prossegue, enfático:

O Almotacé não só **revistará e policiará** o que lhe permitido pela lei, como tambem não deixará de se **intrometer** no que for do eclesiastico, no judicial, na politica-alta, na medicina, ma muzica, no commercio, na agricultura, na marinha, guerra etc etc., enbocando sua elephantina contra aquelle que mal desempenhe suas funções. O Almotacé usará das partes officiaes, ordens do dia, portarias, bandos, etc., recebendo e publicando qualquer denuncia que se lhe faça a bem do Povo, dando ao mesmo tempo as ordens adequadas a reprimir os abusos que cometão as authoridades, ou particulares de sua, ou se outras localidades (O ALMOTACÉ, 1850, p.1).

Embora camuflado em um véu de humor, pilhéria e farsa, o editorial não se furta a reclamar também – como numa ameaça – as

funções de revista, polícia e intromissão sobre praticamente todas as atividades e esferas de interesse social, colocando-se acima de quaisquer autoridades mundanas. Sua lógica comercial também segue uma linha um tanto quanto arrogante, praticamente *divina*, quando declara que

não tem assignantes, porque é juiz do Povo, e o Povo é quem paga impostos e **disimos** para sua sustentação: por tal guisa, a proporção que for sendo publicado cada um numero deverão mandar ao seu escriptorio recebel-o, levando o portador competente disimo de quarenta reis, para que O Almotacé possa faser as suas despesas. O Almotacé **não tem que rogar** ao Povo para lhe dar o dizimo, esperando que o mesmo Povo por quem elle se expõe, não o deixará entregue ás precisões primarias: o que lhe for remetido, sendo o bem do mesmo Povo, será publicado sem que por essa publicação receba **a mais pequena gratificação**, responsabilizando-se seo author (O ALMOTACÉ, 1850, p.1).

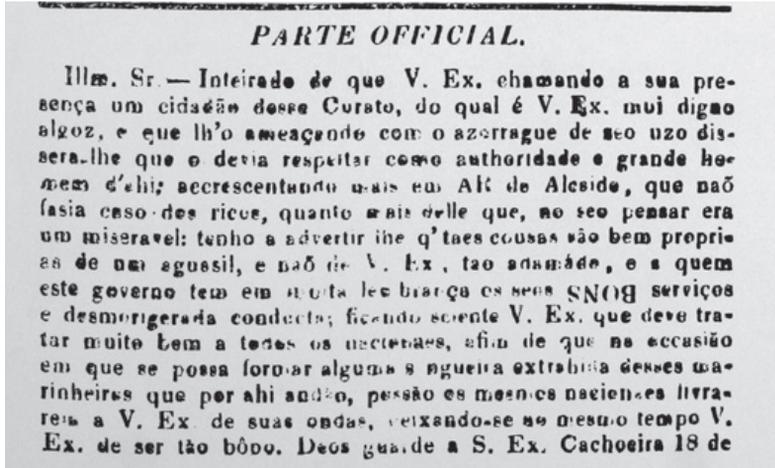
Ao concluir, deixa claro que vai usar as informações que lhe forem encaminhadas, não pagará por elas e seu autor ainda será o único responsável por quaisquer consequências advindas de sua publicação. Contudo, na prática, tais denúncias apareciam sempre sob pseudônimos, como o *Escopeteiro*, o *Moxingueiro*, o *Codeços*, o *Castrador*, o *Impavido* ou *Meumeu*. Mas o repertório d'O Almotacé incluía também uma coluna chamada *Parte oficial*, dedicada a publicar paródias de atos oficiais, nomeações, decretos governamentais e ordens do dia através dos quais atingia os então representantes do Governo Imperial. Os textos eram anônimos, e mesmo os alvos das críticas quase sempre estavam identificados através de personagens como o *Barão das Crioulas* (que seria o alcaide, representante maior

do poder oligárquico local), o *Sr. anti-subdelegado da cidade* (este, responsável por várias arbitrariedades praticadas na vila), *Sr. Caixa d'Ossos*, *Bollaxinhas de Mofo* e o *Mandacarú das Caatingas* (certamente, alguém oriundo da região sertaneja), entre outros. Sem falar no próprio *Almotacé*, que em geral falava em primeira pessoa, assumindo a função simbólica de fiscal dos pesos e medidas – morais, sobretudo – da comunidade, como está claro na seguinte *Ordem do dia* (1851, p.3):

S. Ex., o Sr. Almotacé com guarda, manda fazer publico que se acha em liberdade o cidadão João Capistrano recrutado pelo Exm. Sr. Barão das Crioulas, e manda louvar a pessoa que o protegeo, que prestou ao mesmo recrutado e a seu irmão, tambem traiçoeiramente mandado recrutar na capital pelo barão acima referido: e por honraria ao dito barão, manda S.Ex. que seja d'ora em diante honrado pela guarnição com mais o titulo de = marquez das Bufas = Salla das ordens 15 de janeiro de 1851 – Bollaxinhas de Mofo, tenente ajudante general.

É deste mesmo O Almotacé refinado recurso de ironia estampado em texto de primeira página (PARTE oficial, 1851, p.1) em que o redator segue desmoralizando o tal Barão das Crioulas, referindo-se aos seus *BONS serviços*. Ocorre que a palavra *BONS* estava invertida, grafada de trás para frente, ressaltando o sentido contrário ao que normalmente expressaria (confira na foto abaixo). Muito inteligente, tal artifício era até simples à época para um redator que também conhecesse as artes e os processos gráficos, bastando para tanto sequenciar os tipos metálicos de forma invertida em relação ao que usualmente era feito. Mais fácil, inclusive, que

para a maioria dos usuários de processadores de textos digitais dos dias de hoje.<sup>18</sup>



Criativa também foi a fórmula encontrada pelo jornal O Futuro, que criou a coluna intitulada *Porque será?* (1880, p.2) para formular questionamentos aos políticos e autoridades locais, quase sempre lançando mão do humor, ironia e muito veneno, como o seguinte:

Que os “Africanos” da Capapina ainda não foram prohibidos de prenderem as agoas que despejam para os Tres Riachos, de maneira que alto dia, falta agua aos moradores d’alli? Por accaso ainda não leram este pedido, ou não dão apreço aos energicos pedidos da imprensa?

Ou ainda, na mesma edição, pouco mais abaixo: “Que a qual-quer hora do dia ou da noite encontra-se a policia em um ‘botequim’

<sup>18</sup> Como eu próprio, que muito me esforcei para repetir o efeito nesta página, usando o processador de textos, sem nenhum sucesso...

que existe na rua das Ganhadeiras<sup>19</sup>? Estarão por acaso patrulhando aquelle estabelecimento?” (PORQUE será?, 1880, p.2).

Mas a imprensa regional da época também se ocupava de fatos curiosos e os publicava, por vezes sem se preocupar em apurar sequer a sua verossimilhança. Como bem ilustra a nota transcrita do jornal Commercio de Portugal pelo cachoeirano O Santelmo (NOTICIA-RIO, 1880, p.1-2), sem nenhuma referência ou indicação de que se tratava de humor ou ficção, mas garantindo que estaria se apresentando em Paris um autêntico fenômeno:

É elle o Sr. *Cocò Tambarim*, curioso papagaio americano, que falla admiravelmente francez, hespanhol, russo e árabe. Este artista emplumado executa o exercicio militar, joga as armas, faz equilibrio no arame, trabalha no trapezio e finalmente troca em miudo todas as moedas que lhe apresentarem. Exercicios, arithmettica etc. etc. Para concluir joga as cartas ou o dominó, a vontade dos amadores. Consta-nos, diz o jornal a que nos referimos, que esta verdadeira notabilidade vem brevemente mostrar suas habilidades aos frequentadores dos nossos theatros.

Já quando trata de tema que considera importantíssimo para a vida nacional – no caso, a proibição do jogo de azar, que logo define como *pernicioso, destruidor da economia do povo, imoral, funesto e selvagem*, entre várias outras adjetivações tão comuns ao estilo da época – o redator d’A Ordem inicia seu discurso colocando as coisas em seus devidos lugares, definindo o papel de cada um na questão:

A imprensa nunca deve perder a oportunidade de prestar serviços á civilização. Os governos nunca devem deixar que o character nacional

<sup>19</sup> No Recôncavo, o termo *ganhadeiras* é atribuído às prostitutas.

se corrompa até á degradação. Nem o governo deve concorrer para o estrago moral do povo, nem a imprensa deve consentir que o povo se esbandalhe pela corrupção (A LOTERIA, 1901, p.1)

Em texto intitulado *A vitória do Pequeno Jornal*, o articulista Ary Teles (1942, p.1) prestava homenagem ao próprio periódico, que na data completava 30 anos de atividades, assegurando que ele “elevou-se nas doutrinas e opiniões, refletindo a fibra e o valor de Cachoeira; agigantou-se na amplitude de um ideal integrado nos moldes de renovação de Estado Novo”. Como se pode comprovar, mesmo um regime mais autoritário e centralizador em relação à chamada liberdade de imprensa, como foi a era Vargas durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, os veículos de imprensa seguem apontando seu papel de destaque, ainda que seja *renovador* de uma certa fibra e valor do povo ao qual afirma ser porta voz.

Tal vocação natural para “quarto poder” também está explícita no artigo do mesmo Pequeno Jornal, com o sugestivo título de *Imprensa e governo* (1942, p.1), no qual afirma que:

A imprensa, na sua elevada missão de **orientar** e **apontar** necessidades e erros, já houve quem dissesse, é um **auxiliar indispensável** dos governos. Basta que ela saiba manter-se independente, condicionada por leis altamente sábias, como as nossas leis, e aja, assim, sem duvidosos anceios (sic) preconcebidos, e sem desejos inconfessos, que lhe possam enegrecer o caminho da jornada patriótica.

Neste tom elogioso que termina por confundir as instituições e instrumentos legais com o governante de então (vez que as leis *altamente sábias* são mesmo *as nossas*), segue tecendo elogios à imprensa nacional, que então seguiria “mantendo se irrestritamente ao lado

dos legítimos e superiores interesses da Pátria, em apoio decidido e justo ao Governo do Presidente Getúlio Vargas” (IMPRESA e governo, 1942, p. 1). Ou seja, para além de uma inclinação por bajular o Poder, que o Pequeno Jornal não parecia preocupado em esconder, as motivações da imprensa surgem então intrinsecamente ligados aos interesses da Nação (da Pátria) e mais especificamente ainda aos do então Presidente da República (que encarnava o Governo, em si). Após mais uma série de elogios a Vargas, o texto trata da

abnegação, o patriotismo, a solidariedade e a atuação consciênte dos jornalistas brasileiros, que sabem fazer de suas funções **armas** vitoriosas (sic) ao serviço do alevantamento das energias civicas do povo, que avança para um grandioso porvir, apontando-lhe os verdadeiros inimigos e lembrando-lhe os **deveres** mais sagrados (IMPRESA e governo, 1942, p. 1).

Enfim, o articulista assume com todas as letras o papel que entende para o jornalista e o uso que este deve fazer do seu ofício, no sentido de prover as *energias civicas* ao povo, que por sua vez deve ser orientado quanto a quem são os *verdadeiros inimigos* e quais são os seus *deveres sagrados*.

Novo exemplo interessante deste mesmo período está na matéria de Paulo de Campos Moura (1943, p.2) que, após reverenciar o papel que a imprensa desempenha para o progresso nacional, lembra que

durante a presente guerra, outra página de heroísmo e abnegação é acrescentada à história da nossa imprensa. A **transformação** da opinião pública nacional, a **uniformidade** do espirito popular e a **solidez** democrática do regime, tiveram na imprensa um poderoso elemento de **segurança**.

Neste caso, é importante chamar a atenção para a escolha das palavras, como a *transformação* (da opinião pública) e a *uniformidade* (do espírito popular), que remetem ao papel ativo que tem o campo jornalístico e seus agentes no sentido de interferir e influenciar, homogeneizando a chamada opinião pública, ou seja, o pensamento médio da população, sempre em favor do regime, de sua *solidez* com *segurança*. Por fim, o autor ainda fala de um *patriótico objetivo* do jornalismo brasileiro naqueles tempos de guerra.

Por fim, cabe o registro de um artigo bastante eloquente quando se trata de dimensionar o papel social da imprensa moderna e contemporânea. Foi publicado numa coluna do jornal A Ordem denominada *Bilhetes do Rio*, assinada pelo jornalista Abelardo Araújo (1933, p.1), com o título *A gripe que aí está*:

Afinal, a gripe que aí está, ha duas semanas assolando o Rio de Janeiro, não teve a extensão, nem a gravidade que lhe emprestou a imprensa. Ela pareceu, como a 1918, na Europa, quando se calaram os canhões e as metralhadoras que, durante quatro anos, talaram campos e levaram o luto a quasi todos os lares. Apenas, agora, o velho continente não se vira a braços com uma nova hecatombe. Razões outras, decidiram do seu irrompimento naquelas terras cansadas. Os telegramas vieram para esta capital, alarmantes. Morria-se de um modo fantástico na Europa. Depois è que se soube: morreram os “sem trabalho”, os pobres párias, sem tétó, que a gripe alcançava. A gripe aqui encarregava-se de resolver um grave problema, ante o qual os governos estancavam. Aqui a imprensa clamou providência, dando o sinal de alarme. Mas como fazer a profilaxia preventiva desse mal? A gripe veio. Veiu e alastrou-se pela cidade toda. Jornalista desde a juventude, por inclinação e por atavismo, eu sou dos que entendem que a imprensa ás vèses, é um bem e, outras, um mal. Os

jornais pintaram de côres negras a situação (é preciso criar assunto!) com os títulos e o seu noticiário.

O texto prossegue, lúcido, inteligente e inquietantemente atual:

Uma folha houve que anunciou estar gripada metade da população! É exato que os casos não foram poucos. Residências houve em que todos pagaram o seu tributo á doença. Outras, porem, se viram inteiramente indones. O ritmo da vida carioca nada perdeu, em nada se alterou. Estivemos bem longe dos tristes e lutosos dias de 1918. Enquanto, nos títulos e subtítulos os jornais afirmavam a gravidade da pandemia, no noticiário registravam que apenas 7 gripados haviam dado entrada a Santa Casa, 5 o Hospital São Francisco de Assis. E o boletim demográfico anotava 35 mortos, por gripe, na semana de 4 a 11 do corrente. Que representa isto, numa população de dois milhões de habitantes? O alarme sò serviu ás farmácias, que fizeram negócio à custa do exagero da imprensa. Basta dizer que as injeções de dilamina do Instituto Pasteur da Baía, em dois tempos, tiveram seu estóque esgotado... A alguém devia aproveitar o ruído da imprensa (ARAÚJO, 1933, p.1).

## **Brasil**

Uma das imagens reproduzidas com mais frequência pelo senso comum em relação à ideia de Brasil talvez seja a do *gigante pela própria natureza*, país do futuro e de inesgotáveis riquezas, mas sempre refém de uma elite de governantes incapazes e desonestos, que subjuga ao seu povo alegre, ordeiro e hospitaleiro, embora fraco, desnutrido, ignorante e sem educação. Exatamente o quadro desenhado no artigo de Ervidio P. S. Velho (1888, p.3), que inicia

elogiando a *civilizada* França, a *grave e pensadora* Alemanha e a *laboriosa* América do Norte, creditando seu sucesso ao investimento em educação, para então lamentar a completa falta de escolas no Brasil, que é descrito como

esse paiz **gigante** e **colossal**, esse paiz **grandioso** e sublime com qual a **natureza** não podia ser mais prodiga do que foi, situado no Novo Mundo, que na expressão ardente e magestosa de Emilio Castellar é a terra do **porvir**, ainda se acha sob esse ponto de vista collocado entre as nações de segunda ordem. (...) Triste e lamentavel paiz! Tão bello, tão **rico**, tão **immenso**, e obrigado a seguir a marcha lenta e perigosissima do acaso. A eschola, d'onde emana a grandeza e a vitalidade das nações, onde se forma o coração e se educa o espirito da mocidade, esse sustentaculo inexpugnavel dos povos em todas as phases da vida da humanidade, está no brazil desprezada pelos **governos**.

Construção semelhante pode ser identificada no editorial publicado no final do Século XIX pelo cachoeirano A Ordem, com o propósito de festejar o primeiro decênio da revolução republicana. Sob o título *A República e a verdade eleitoral* (1900, p.1), ele lembrava que a

santa promessa que nos legaram os **martyres** de mais d'uma geração, regada com o sangue ardente do Proto Martyr da Inconfidência, orvalhada das amaríssimas lagrimas dos cysnes expatriados, na solidão do exilio, a alma da mocidade, que guardara em seu seio – santo gazophylacio – como uma preciosa reliquia, essas bemditas promessas de **Redempção**, estremeceu extatica ao contemplar d'aquella visão mirifica, que era o sol nascente da **Republica** vindo

acordar os obreiros do **Progresso**, para entoar unisonos, no grande concerto **universal**, os hymnos d'esse **Evangelho** novo – **Paz, Trabalho e Liberdade**.

Descontado o estilo rebuscado da época, estão aqui facilmente identificáveis as palavras-chave do discurso liberal que marcou o nascimento do jornalismo: o progresso, a paz e a liberdade; conquistados à custa de muita luta (esta é uma contradição fundamental a este tipo de argumento, que assegura a *conquista* e manutenção da paz por meio da luta, ou seja, com a violência da guerra e a força vigilante) e ao preço dos seus mártires a serem venerados. A República, então, é apontada não só como uma redenção de caráter universal, mas como autêntico evangelho a ser seguido. Contudo, o articulista parece não concordar com os rumos que a situação política tomara, pois logo questionava:

quando deixará este **infeliz** paiz de ser **prêsa** do monopolio d'um grupo de “sabidos” e “felizardos”, estadistas de contrabando que reinam sobre a **ignorancia** do povo, especulando com o seu suor? (A REPÚBLICA e a verdade eleitoral, 1900, p.1)

Mais uma vez, encontramos reunida num mesmo texto toda uma coleção de construções que apontam cansativamente para uma só direção: a de uma nação grandiosa, que havia alcançado sua forma republicana de ser e destinava-se ao progresso, mas que sofria, infeliz, nas mãos de lideranças inescrupulosas que se aproveitavam da ignorância do seu povo fraco e humilde.

De fato, sempre que pretendia atingir o Governo, os jornalistas daquele período costumavam apelar para um tipo de discurso que investia contra a autoestima nacional. Como faz o artigo *Os ho-*

*mens de sangue só querem sangue!!!* (1851, p. 4), no qual o redator d'O Argos Cachoeirano protesta com veemência contra a expatriação de Domingos Guedes Cabral, responsável pelo jornal O Guaycurú, da vizinha Santo Amaro, lamentando que

“este paiz está condemnado a ser o apanagio exclusivo de **realistas** corcundas, de servis e aduladores safados, de **negreiros** e moedeiros falsos, de velhacos e ladrões de toda espécie, de **ciganos**, em uma palavra”.

Aproveita a oportunidade e coloca no mesmo balaio dos partidários do Império os tais *realistas* corcundas e sua corte de bajuladores aos quais se refere, também os traficantes de escravos – embora este mesmo jornal publique regularmente anúncios de compra e venda de africanos, como nesta mesma edição, na qual havia dois deles – e os falsários, golpistas e ladrões de toda espécie, sobrando insulto inclusive para os ciganos, que surgem na narrativa como alvo final, a resumir e condensar os crimes de todos aqueles antes citados.

O mesmo ocorre com a matéria *Só o rei governa* (1877, p.1), onde o redator do semanário A Verdade, com a intenção de tecer críticas à atuação do ministro da Fazenda, o barão de Cotegipe, e através dele ao próprio imperador, inicia a narrativa desta forma:

“O descalabro em que vai a direcção dos publicos negocios nos faz entristecer. A desmoralisação, o discredito e a corrupção dominam em nosso paiz”.

Somente depois é que vai descrevendo a suposta improbidade dos governantes.

Em artigo no qual lamenta a morte do jornalista Cásper Líbero, o redator José Firmo (1943, p.2) tece um elogio ao falecido, mas

logo remete o raciocínio ao que entende como o caráter nacional, narrando:

Ouvi de um vendedor de jornais da Cinelândia o seu melhor elogio. “Ele nunca deixou de falar comigo”. Eis o que era Casper: um homem que a fortuna não teve força de deshumanizar, num país onde as posições e o dinheiro alteram tão fundamentalmente o carácter dos indivíduos que o tornam quase irreconhecíveis.

É perfeitamente aceitável que se conclua, pelo que diz o articulista, que a corrupção não parece um fenômeno humano, inerente à atividade política onde quer que ela ocorra no Planeta, mas sim uma característica específica deste país, o Brasil, de onde e para onde ele próprio escreve.

A fim de protestar contra um tabelamento de preços, matéria do Pequeno Jornal sob o título *Agora é tarde* (1945, p.1) dispara logo em sua abertura que

“no Brasil acontecem cousas incríveis. Todos sabem disso. Mas, nem assim é possível imaginarmos até que extremos somos capazes de chegar nessa materia de fazer cousas inconcebíveis”.

O tom adotado dava mostras de que a publicação parecia, enfim, confiante em passar a criticar as ações do governo sob regime do Estado Novo, que antes apoiara tão veementemente. E exemplifica, de forma eloquente, uma forma de discurso tão disseminada no senso comum nacional – e, portanto, incansavelmente reproduzida pelos veículos de imprensa – segundo a qual *o Brasil não é um país sério* ou ainda de que *pode-se pensar em qualquer absurdo que ele já teria acontecido aqui*.

As referências depreciativas em relação ao Brasil eram ainda mais específicas e contundentes quando se tratava das províncias mais ao norte do País. Exemplo disso está no editorial produzido pelo jornal O Argos Cachoeirano, que pretendia argumentar contra as tendências separatistas que identificava à época. Em meio a diversas outras ponderações de ordem geográfica, política, econômica, histórica, estratégica, logística e até cívica, afinal adverte:

E o que viria a ser um estado creado em qualquer das provincias – Parahyba, Ceará e Rio Grande do Norte, se **como todos sabemos**, quatro ou cinco annos de secca rigorosa podem **esterilisar** completamente aquellas regiões, e consumir a maior parte da sua população?!

O estereótipo também fica evidente na matéria *Socorro aos flagelados*, onde o articulista Artur Marques (1933, p.1) comenta o longo período de seca que assolava a região entre lamentações e argumentos como:

Pobres sertanejos, pobres nordestinos, que parecem **malsinados** e **talhados** a cumprir uma provação e um **castigo** por crimes inacreditaveis. Se ha crime praticado por esses infelizes, esse crime **é involuntario** e é o de ter nascido no Sertão que se constitue o algoz e o aniquilador das energias de uma **raça** que em todos os tempos tem demonstrado, valor, coragem, inteligencia, abnegação e patriotismo.

A imagem recorrentemente atribuída aos nordestinos é atribuída ao destino, como uma *sina* que persegue de maneira inevitável aqueles que foram *talhados*, quer dizer, que foram criados, moldados e destinados ao sofrimento e castigo. E se assim é, resta a tais flagelados a abnegação patriótica. Cabe notar também que, embora

acrescente alguns adjetivos ao texto (valor, coragem, inteligência), o redator lembra que se trata, de fato, de uma *raça*, ou seja, uma categoria de gente à parte e culpada por crime de nascimento.

Outro tema obrigatório na construção de uma ideia de Brasil é o carnaval, que surge nas páginas de *A Ordem* no final do Século XIX, numa série de editoriais em que o redator cachoeirense enceta autêntica campanha contra o entrudo, que em seu modo de ver deveria ser substituído por práticas mais *civilizadas*, o que equivale dizer, europeias. Em edição do dia 21 de fevereiro (CARNAVAL, 1900a, p.1), lembra que

“aproximam-se os dias do carnaval, em os quaes, nas **idades civilizadas**, os povos se engolham no prazer e na folia da mascara e dos atavios que symbolizam o **adiantamento moral** em que elles se mantêm”.

Com efeito, as bases em que pretende assentar a sua argumentação é apresentada logo no início do texto, direto ao assunto e sem maiores rodeios, demonstrando o tom autoritário e impositivo que vai imprimir ao longo de toda a campanha. Assim, logo observa que

entre nós, onde aliás, há bem poucos annos, o luxo carnavalesco tocou ao frenesi e a desenvoltura delirante da população entregava-se toda ao prazer da folia, vemos com que um certo indifferentismo (sic) para o carnaval, este anno, pois que apenas algum falacio vago apparece a respeito. Muito triste será, pois, si o povo cachoeirano deixar passarem immersos no indifferentismo os proximos dias de carnaval, o que pode dar em resultado surgir novamente aqui o apparecimento do **pernicioso** entrudo, pois não deixa de haver

por ahi estouvados que d'elle ainda tenham saudades (CARNAVAL, 1900a, p.1).

Como é fácil perceber, o autor do artigo – já plenamente imbuído do espírito de juiz e fiscal do que seria ou não civilizado e, conseqüentemente, apropriado ao *adiantamento moral* da população local – mostra-se preocupado com a aparente apatia dos seus conterrâneos em relação à festa, mas somente quanto à sua forma *civilizada*, vez que o entrudo popular (tipo de brincadeira em que grupos de foliões saiam pelas ruas atirando água ou perfume uns nos outros e em todas as pessoas que encontram) não corresponderia, ou não deveria corresponder, a uma ideia apropriada de carnaval. A este respeito, adverte que

“do entrudo, pois, devem se esquecer todas as populações, como invenção **indigna** de existir no meio da civilização em que vivemos. Em substituição ao entrudo, temos a máscara, de que os povos devem se utilizar, querendo diverter-se em dias de carnaval” (CARNAVAL, 1900a, p.1).

Enfim, o redator sente-se inteiramente no direito de determinar como deve ser a festa, que tipo de carnaval é mais apropriado ou mais digno. O mesmo tom prossegue na edição seguinte, de 24 de fevereiro, em nota na mesma primeira página e com o mesmo título (CARNAVAL, 1900b, p.1), na qual retoma o assunto, mais uma vez conclamando os leitores a participar da folia,

fazendo “coisas do arco da velha”, repetindo com o originalissimo typo da revolução franceza o historico “c’est admirable”, folgemos, folgemos na pandega do “can-can”, “pierrots” e “clows” “poly-

chinellos” e “dandys”, todos nós em jogos acrobáticos, com ditos picantes, frases de jogral, emaranhemos os amigos n’estas engraçadas intrigas de carnaval, que têm tanto chiste entre os parisienses que as cultivam com fino gosto apimentado (CARNAVAL, 1900b, p.1).

A referência para tudo aquilo que o autor do texto considera civilizado é europeu, parisiense, para ser mais exato, o que leva à indicação direta dos modelos a ser imitados, como a dança do cancã e as fantasias de pierrot, palhaços, polichinelos e dândis (aqui, também são aceitos termos derivados das línguas inglesa e italiana, não obstante o foco principal permaneça na cultura francesa). A narrativa, então, se encaminha inevitavelmente na direção de outras construções doravante e cada vez mais associadas ao carnaval brasileiro, quando recomenda que:

“no seio desnudo da alegria bebei o perfume do prazer e nas **tranças pretas**, como as de uma mulher judia, da Folia pousae a face enrubecida pelos osculos d’este **sol** de quente **verão**” (CARNAVAL, 1900b, p.1).

A saber, estão aí as figuras da morena (ainda que remetendo a um modelo étnico talvez à época mais convenientemente associado ao exótico), do sol e do verão que a indústria do turismo aprendeu a associar de maneira tão eficiente.

Por fim, a chamada *paixão pelo futebol* por parte do brasileiro não poderia ficar de fora. O tema surge no artigo intitulado *Epílogo de um jogo*, escrito por Artur Marques (1943a, p.4) no Pequeno Jornal, sobre os campos de futebol improvisados e precários que surgem por todo o País e de onde despontam grandes craques,

“azes da pelota, artistas de um jogo violento e que tem os seus nomes dentro e fóra das fronteiras cantados em prosa e verso nos domínios do esporte que eletriza multidões e movimenta milhares de cruzeiros nas rodadas dominicais”.

O texto prossegue afirmando que tais jogadores que vão se tornando famosos,

vivem com as cabeças vasia (sic) de letras e os bolsos cheios de cruzeiros, num exemplo muito repetido de que nem sempre saber fazer as quatro operações fundamentais; resolver problemas de incogntas (sic) tenebrosas; falar e entender algumas línguas vivas; fazer versos ou burilar discursos, consegue tudo isto reunido, atrair o *cobre* (MARQUES, 1943a, p.4).

No fundo, um comentário que se pode encontrar, sem muito trabalho de pesquisa, nos editoriais ou colunas especializadas dos jornais de hoje. Em contrapartida, porém, o autor lembra que muitas cabeças *pejadas de sapiência* são donas de muitos bolsos vazios, para concluir dramaticamente que

“si de tais campos saem astros, déles também saem viboras” (MARQUES, 1943a, p.4).

## O povo brasileiro

Exemplos dos pressupostos utilizados na construção da imagem do povo brasileiro por parte da imprensa regional podem ser fartamente encontrados neste artigo, publicado originalmente pelo jornal A Matraca e depois reproduzido por O Vinte e Cinco de Ju-

nho sob o título *Pensamento democrata* (1854, p.3), que já inicia advertindo que

quando um povo **rude**, e **inosente** vive siplantado debaixo dos pés de sertos omes, que não procurão a filicidade e o bem estar do mesmo povo, ostentando só beneficios e sem saberem agradecer aqueles que o elevarão do pó (de onde nunca deveria ter sahido para bem da humanidade) á altas posições em que se achão; (...) quando finalmente este povo se axa **sem guia**, sem **protetor**, sem um omem que adevogue a sua cauza, é na verdade digno de compaixão! É nesse estado que tem vivido o povo Brasileiro **vacilante**, e sem recusar sendo vis colonos em sua propria terra! (sic)

Rude e inocente, sofrendo sob o jugo de lideranças que só pensam em seu próprio benefício, o povo brasileiro estaria então sem um protetor que o guie e oriente, advogando sua causa. Este povo digno de compaixão seria, portanto, completamente inepto e desorientado, vez que precisaria de quem lhe diga aonde ir. Seria também desprotegido e incapaz de defender a si próprio. Por isso permaneceria assim, inerte, vacilante e *colono em sua própria terra*. A expressão também prepara o terreno para a posterior crítica contra o monopólio da agricultura e comércio em mãos de portugueses. O texto segue criticando e condenando os tais políticos, aliados ao regime imperial então no poder. Mais adiante, se contradiz em relação ao povo vacilante e sem guia, ao conclamar:

Pôvo **valente** e generoso, povo do Brazil, será posivel que te **curves** a eses teus roncorozos inimigos? Será posivel que continues a **gener debaixo** da tyrania de seus pezados grilhões? Será posivel que te escravizes a um luvião de covardes que entregão as altas pozi-

ções oficiais; o comersio, as Artes, a Agrecultura, nosas vidas, nosas HONRAS, tudo, tudo aos galégos? (PENSAMENTO democrata, 1854, p.3)

Assim, quando chamado à ação, este mesmíssimo povo torna-se *valente* (além de *generoso*), embora logo depois esteja novamente *curvado* e *gemendo* ante a opressão dos rancorosos e covardes inimigos. Inimigos estes que o próprio redator faz questão de apontar, identificando-os entre aqueles que oferecem aos *galegos*<sup>20</sup> os melhores cargos públicos e o monopólio das atividades agrícolas e comerciais. Por fim, conclui garantindo que a solução para todos estes males estaria no apoio popular à realização de uma Constituinte, que seria o meio (o instrumento) através do qual se alcançaria a República, o fim (objetivo) e a salvação.

A construção de um pretenso caráter nacional inclui, ainda, a reverberação insistente de ideias como a publicada no artigo intitulado *O indifferentismo* (1850, p.4), onde o redator do jornal O Argos Cachoeirano decreta que:

Entre todos os males que tem flagellado a terra da Santa Cruz nenhum ha que tenha excedido ao **indifferentismo** em todas as suas accepções, quaesquer que ellas sejão. Ver a patria nadar sobre ruinas, enthronisado o crime, admittido o assassinato como meio governativo, sem que um dia siquer possamos contar com a segurança de nossa vida, nossos bens, e nossa liberdade; eis o estado de maior prosperidade, á que uma corôa na America nos tem podido elevar, sempre que **ninguém se importe**, sinão com os meios de melhormente agradal-a!

20 Na verdade, o termo é atribuído não somente àqueles estrangeiros oriundos na região da Galícia, que de fato migraram em grande número para a Bahia, mas se estende principalmente aos portugueses e também aos espanhóis ou ibéricos de uma maneira geral.

A mesma ideia ressurge no artigo *Qual o candidato do povo?* (1901, p.1), que trata das eleições presidenciais que se aproximavam:

O brasileiro que ainda não se caracterizou por um traço próprio sequer; que ainda se debate entre os preconceitos da sua **origem** e os desvios de uma falsa e má orientação, só tem definido e bem definido o lendário **indifferentismo** com que sempre sella o seu consentimento para tudo que parte do governo, para todos os ensalmos canonizados pelos sacerdotes do poder.

Preocupado com nossas origens, certamente ao redator não ocorreria considerar que aquilo que chama de indiferença fosse, na verdade, uma reação natural ao profundo alijamento ao qual o brasileiro sempre foi submetido, impedido de participar das decisões políticas, usurpado do direito à posse da terra, marginalizado em relação aos meios produtivos, esquecido no momento da distribuição das riquezas nacionais, sem acesso à educação formal e constantemente enganado sobre ao seu próprio papel num sistema de democracia representativa. Este é o brasileiro, ainda criticado por ser *indiferente e apático* em relação aos destinos da Nação.

Neste sentido, matéria publicada em *A Ordem* sob o título *Teremos mesmo eleições em Maio?* (1933, p.2) reclama da morosidade e do excesso de burocracia do processo de alistamento eleitoral (na verdade, um recadastramento em nível nacional) determinado pelo Governo, antes do pleito que iria escolher os deputados responsáveis por escrever uma nova Constituição:

O que è fáto é que **nós** gostamos de complicar tudo. As cousas mais simples do mundo recebem no Brasil acressimos incriveis e inevitaveis. Deviamos compreénder que a tendencia de todo os

povos é para a **simplificação**. Para que tantas exigencias no alistamento? O brasileiro já não é lá muito amigo do voto. Ele **não compreende** que votar è dever patriótico. Tudo isso é muito nebuloso para a sua **educação incipiente**. Encontrando dificuldades de toda a natureza, êle fatalmente desiste de se tornar eleitor. Abdica dos direitos e das horas. E fica **tranquilamente** em casa, **indiferentes** às eleições e aos candidatos.

Logo de início, o texto livra a responsabilidade do Governo em torno da questão, vez que seríamos *nós* – evidentemente, todos nós, os brasileiros – que *gostamos de complicar* até mesmo *as coisas mais simples do mundo*. Interessante ainda é tentar deduzir de onde o redator tirou a conclusão de que os povos tenderiam à *simplificação* de procedimentos, justamente num momento histórico (logo após uma primeira guerra mundial e às vésperas de um segundo conflito, ainda mais feroz e generalizado) em que várias atividades humanas, entre diversas ciências e profissões, bem como as próprias nações, buscavam regulamentar-se e estabelecer padrões de comportamento e de funcionamento.

Mas a matéria finalmente chega onde queria, quando lembra que, em razão de uma educação que mal principiara, o eleitor nacional não tinha condições de compreender a importância *patriótica* do sufrágio. E fica em casa, *tranquilamente* (aí é possível ler-se, da mesma forma, preguiçosamente), *indiferente* ao processo e seus agentes. Igual avaliação sobre a índole do povo brasileiro serve até hoje para justificar o voto obrigatório, sem o qual *todos prefeririam ir à praia em lugar das urnas* nos dias de eleição, opinião fácil de se ouvir em qualquer roda de conversas pelo País afora, inclusive fartamente reproduzida por quaisquer veículos de comunicação brasileiros. Por fim, cabe observar que ao autor do texto não conveio apresentar ao leitor uma explicação alternativa ao problema, qual seja uma possí-

vel manobra por parte do Governo Federal no sentido de controlar mais eficazmente a futura eleição constituinte, cadastrando apenas a quantidade ou o perfil de origem daqueles eleitores mais do seu interesse.

Na mesma linha, mas desta vez defendendo posição contra a adoção do divórcio no País, o articulista Nelson Silva (1933, p.1) argumenta:

Aplaudiremos com entusiasmo o Divorcio, quando êle vièr com a sanção da nossa gente e consetaneo com a sua **indole**. Mas, que não se force o nosso **povo analfabeto** que não sabe o que seja casamento, a compreender o que seja o Divorcio! E que is nossos legisladores, menos seduzidos pelas tentações alienigenas, reparem os nossos patricios que não podem tomar banho de civilização na **agua suja** do analfabetismo e legislem para êles, maioria da nossa gente, não permitindo que amanhã venham imputar á **ordem nacional** a desordem dos seus costumes!

Deixando claro que conhece intimamente a *indole* do povo para o qual se apresenta como porta-voz, o redator parece esquecer, de maneira conveniente, a missão civilizadora que a imprensa gosta tanto de imputar a si própria e passa a advogar, então, o respeito aos costumes populares, ainda que *incivilizados e impuros*. Ao fazê-lo, todavia, não consegue escapar à sua própria visão de mundo, onde o povo é analfabeto, sem condições de compreender sequer o que seja o casamento, quanto mais a sua dissolução legal. E deve ser, portanto, protegido das influências externas que certamente trazem a desordem não apenas aos seus costumes simples e pouco civilizados, mas inclusive à própria nação.

Bem a propósito, parece da mesma lavra o artigo que, sob o título *13 de maio* (1900, p.1), procurava homenagear a Lei Áurea,

cujá data estava sendo comemorada. Dispondo-se a avaliar a relação entre o fim da escravidão e a proclamação da República, o texto defendia o ponto de vista de que um fato teria levado ao outro. A certa altura, argumenta:

Pelo lado moral, pode-se dizer também que a data de 13 de maio de 1888 marca o dia do começo da formação do **caracter brasileiro**. Num paiz em que as creanças nutrem-se do leite de escravos, os homens não podem deixar de ter o **germen do servilismo** a correr-lhes pelas veias, no sangue... E era por isso que Pedro II ria-se da revolta esporadica de alguns dos seus mais activos subditos. Ser-lhe-ia facilimo chamal-os à obediencia, desde que o quizesse. Elle bem sabia que no fundo de cada brasileiro havia mais ou menos um escravo (13 DE MAIO, 1900, p. 1).

Se por um lado guardava ao menos o mérito de comemorar a abolição da escravidão, o redator acrescenta um outro poderoso ingrediente à receita que levaria à pretensa mistura do povo brasileiro: o racismo. E o faz bem de acordo com a cartilha positivista que buscava atribuir uma certa cientificidade *natural* a seus postulados, como deixa clara a alusão ao germe (do *servilismo*) supostamente transmitido através do leite de escravas. Eis aí uma explicação biológica – na verdade, um autêntico modismo intelectual na Europa de então, prontamente transplantado pelos filhos da elite local que lá iam completar os estudos – para o já reconhecido caráter servil dos súditos do velho e sábio Imperador, que disso já se tinha inteirado e, portanto, desdenhava mesmo das eventuais ameaças de destroná-lo. Também para o autor do texto, há um escravo servil em cada brasileiro.

Em seu estilo irônico, o periódico *critico-despertante* O Almo-tacé publicou suposta carta, assinada pelo pseudônimo *O Codeços*

(1851, p.3), reclamando do comportamento de um tal *João Duro*, que estaria espalhando dinheiro falsificado na Villa da Cachoeira e que

“anda comprando fumo com dinheiro da mesma fabrica dos outros e até o outro dia teve, com licença de V.m., a confiança de dizer que se honrava muito em ser **maroto**, porque a não ser, seria **negro**, como são todos os Brasileiros!”

Cabe observar que, no contexto, a expressão *maroto* significa português, pois diz respeito à alcunha dada pelos próprios brasileiros, sobretudo na Bahia, aos lusitanos então empenhados em evitar a independência de sua maior colônia. Com o tempo, o termo também passou a servir para ladino, esperto, malicioso, malandro, patife, velhaco. De fato, em outra denúncia, publicada na edição seguinte d’O Almotacé, é possível aferir que o tal maroto seria um comerciante português de nome Gomes Pinto. O trecho bem mostra esta dimensão de mão dupla que têm construções como o racismo e a xenofobia, como o olhar de fora reproduzido por quem se traduz a partir do ponto de vista de ser brasileiro.

Mais um exemplo gritante de racismo que, de tão institucionalizado pela sociedade sequer se preocupava em ser disfarçado, nos dá A Ordem, através da notinha com o título *Amor... Amor...* (1900, p.2-3), onde se narra que:

Há dias, em S. Carlos do Pinhal (S.Paulo) o **preto** Julio Leite, **feio**, **beijudo**, e **boçal** raptou uma **galante** mocinha italiana Giovannina Modena, e pretendeu casar com ella. A polícia, antes que Julio podesse **fazer mal**, prende-o e depositou a menor. Foram baldados todos os conselhos da autoridade, do pae e dos conhecidos de Giovannina que, em forma solemne, declarou querer absolutamente casar-se “col

bravo e simpatico Giulio – il moro”. Deante de tão fortes razões - a autoridade, com previo consentimento do pae de Giovannina, soltou da gaiola o melro – que vae prender-se nos doces laços do Hy-meneu. Bem diz o rifão: mais força tem o amor que... Afirmam que Giovannina é moça bonita, **elegante** e tipo **atrahente**; o noivo... é bem **o inverso**.

A referência inicial à cor do personagem, à guisa de descrição, denota uma outra estratégia narrativa de racismo frequente, que tende a considerar a etnia somente em relação àqueles que têm a cor da pele mais escura. O que fica evidente na escolha da palavra *preto* para um e *galante* para a outra, uma vez que ambos – tanto o Julio quanto a Giovannina – descendem de outras nacionalidades e deveriam merecer, portanto, o mesmo tratamento descritivo. Mas os critérios de apreciação estética do autor da nota parecem claros quando mistura supostas características físicas (*feio, beijudo*) com avaliação prévia de caráter ou comportamento (*boçal*), numa só construção preconcebida.

Por fim, cabe questionar porque casar-se, neste caso, seria *fazer mal*, quando se sabe que a decisão seria consensual e que à época esta era uma das melhores perspectivas para uma mocinha qualquer, inclusive a elegante e atraente italiana. O problema, mais uma vez, estaria no noivo, que todavia sequer chegou a ser corretamente qualificado em toda a narrativa. O leitor fica sem saber qual a profissão, as posses ou mesmo a eventual posição social dele. Como julgar, então? Apenas confiando na palavra do redator ao assegurar que Julio era bem *o inverso* (dela). Mas o fato é que a questão costuma revestir-se de tonalidades sutis, como revela a notinha incluída na sessão *Variiedades* (1880, p.2) do Diário da Cachoeira:

Um sujeito explicando a razão da sua côr carregada:

– Os Srs. sabem que os filhos trazem em si os signaes dos objetos que mais impressionaram os paes durante a gravidez; pois bem: os meos só pensavam, um em café, e a outra no leite. D’ahi, zàs... eu sahí café com leite!

No outro lado da mesma representação, compondo o reverso da moeda, está a elaborada construção de uma *democracia racial*, que conta ao longo do tempo com artigos como este, intitulado *Ao Brasil* (1901, p.1), onde o redator comemora com bastante ufanismo o papel que o País certamente desempenhará no novo século que iniciava, argumentando o nosso lugar como *uma nação do futuro*:

Si assim não fosse, nós já não teríamos 20 milhões de brasileiros a representar a mais bella e robusta **selecção das raças** que aqui tem-se cruzado, não haveria esta esplendida escolha dos principios mais nobres e mais altivos dos que a humanidade tem produzido. Com effeito; aqui **não adoptamos preconceitos** de raças; aqui não há privilegio de casta; nossa ambição é a fraternidade, nossa gloria é o direito, nosso ideal é affirmar sempre mais nossas instituições e garantirmos os nossos governos. Da conffluencia portugueza, do sangue francez, dos ossos allemans, das cartilagens italianas e de mil outros povos ligadas no **vigor** africano e á honradez indigena, nós temos creado um novo ser, o mais sympathico e amororso cidadão da terra.

Interessante observar, neste sentido, que ao mesmo tempo em que reforça a noção da mistura de raças que *se cruzam*, formando um povo livre de preconceitos, sem castas, fraterno e respeitador das instituições e governos, o texto segue alimentando a alegoria que costu-

ma atribuir às nações características, virtudes e até mesmo sentimentos humanos. Assim, teriam os brasileiros um pouco do sangue (que também pode ser traduzido como a alma, o fervor) dos franceses, dos ossos (a força, a robustez) alemães e das cartilagens (a emoção, o ímpeto) italianas, restando ao africanos o vigor (para suportar os rigores do trabalho pesado, é claro) e aos indígenas a honra (por resistir à invasão de suas terras e à submissão a este mesmo regime de trabalho imposto aos africanos). Tudo isso, então, teria criado nada menos que *o ser mais simpático e amoroso da terra*.

A imagem que tenta construir de si próprio, enquanto povo e nação, está muito presente no discurso da imprensa. A matéria intitulada *Nota carioca* (1942, p.1-2), comentando recente discurso do general Manoel Rabelo, inicia tecendo rasgados elogios ao *velho soldado*, que assumia uma vaga junto ao Supremo Tribunal Militar durante o governo Getúlio Vargas. Diz a matéria que, ao discursar, o general

“expõe, com vigor, sua opinião sôbre a mania atualmente muito em voga, de distinções de côres e raças” (NOTA carioca, 1942, p. 1-2).

E prossegue afirmando que:

O País sempre foi um país elogiado no estrangeiro pela liberdade desfrutada entre nós por todos os individuos, brancos e pretos, vermelhos e amarelos. O americano do norte que aqui chegava ficava possuído de grande admiração ao vêr um individuo de epiderme preta sentar-se num bonde, num cinema, num café, ao lado de outros brancos (NOTA carioca, 1942, p. 1-2).

O texto segue elogiando a postura do brasileiro, em comparação ao norte-americano, numa linha de discurso e argumentação

que se tornou bastante recorrente ao longo do tempo, portanto familiar, fácil de reconhecer por qualquer brasileiro contemporâneo. Enfim, adverte que

“aqui, onde a questão de raça e côres não constituiu problema, passou a merecer cuidados especiais”,

acrescentando que

“indivíduos da raça negra passaram a tornar-se indesejáveis (...) Macaqueadores do nazismo, muitos brasileiros acharam que deveríamos fechar todas as carreiras aos que não fossem brancos” (NOTA carioca, 1942, p. 1-2).

E conclui louvando o *voto memorável* proferido pelo general junto ao Tribunal Militar, embora sem especificar ou esclarecer a que processo, ou contexto, se referia. Na página dois desta mesma edição, contudo, há outro texto explicando do que se tratava: era o julgamento do Tenente Benedito Alves Junior, no Rio de Janeiro, que estaria sendo perseguido na Escola Militar por ser negro. A matéria reproduz na íntegra o discurso do general, que em certo trecho deixa claro a complexidade do tema e a natureza contraditória desta questão. Ele diz:

Não há nenhum país em que o preconceito seja mais absurdo e injustificável do que o nosso. É um imperativo histórico e não há motivo para nos aborrecermos e nos envergonharmos desta **fatalidade** que decorre das circunstancias que presidiram a formação de nossa nacionalidade” (NOTA carioca, 1942, p.1-2)

Bem entendido, ao tempo em que argumenta o absurdo injustificável do tal preconceito, o autor do texto aconselha que não nos

aborreçamos ou nos envergonhemos com tal *fatalidade* que, todavia, acomete a nossa formação nacional. É exatamente o caso que o senso comum costuma rotular como *trair-se com as palavras*.

Mas também não faltam nos jornais da época textos ocupados em dar conta do lugar da mulher na sociedade. Um deles, publicado em uma coluna intitulada Fagulhas, cujo redator identifica-se apenas como J.C. (1901, p.2), questiona se

“essa nova posição da mulher em face da sciencia vae desorganizar a composição do lar?”.

Ele mesmo responde:

Ora, a mulher científica , ou literata, prefere occupar-se com as sciencias ou a literatura a occupar-se com o cumprimento dos **deveres** do lar, que a rebaixa aos seus olhos, porque, no seu pensar, não é occupação digna para quem possui elementos para a conquista de renome. A sua aspiração de gloria - o anhelos de tornar-se conhecida e admirada pela illustração e pelo talento - **a impede de raciocinar** que não há a mulher um papel mais importante e mais bello do que o de **educadora** dos seus filhos, e uma gloria maior do que a de tel-os preparado bem para a sociedade, e, consequentemente, para a Patria; do que receberá encomios<sup>21</sup> por ter sabido desempenhar a elevada e ardua missão que lhe é imposta (J.C., 1901, p.2).

Aqui é possível encontrar elementos recorrentes ao argumento básico que sustenta o discurso sobre o papel da mulher na sociedade moderna. Ou seja, ainda que a especialização profissional vá criando novas oportunidades ao trabalho feminino, resta sempre o *dever*

---

21 Elogios.

de seguir cuidado da formação da prole, o que vai inevitavelmente recair sobre ela, a mulher, única capaz de procriar, amamentar, acalentar e proteger seu filho. Portanto, caso não seja *impedida de raciocinar* pela ambição por glória mundana, ela vai entender que *educar* é sua primordial missão, ainda que árdua, contentando-se então com os elogios pelo trabalho bem feito. Como bem ilustra a dimensão exagerada que o articulista J.C. (1900, p. 2) dá ao problema, quando, por fim, adverte que

“a mulher, desviando a sua atenção do lar para os domínios das sciencias ou das letras, **prejudica** a familia e a sociedade, renunciando com tal prejuizo o **regresso da humanidade**, que passará das luzes da civilização ás **trevas** da incivilidade”.

Outro artigo desperta atenção justamente por estar assinado por uma mulher, Ignez Sabino (1901, p.2), que procura reverenciar a força da brasileira, situando-a na estrutura social de então e oferecendo conselhos sobre a postura feminina que considera adequada. Em certo trecho, afirma:

A politica da mulher deve ser **a politica do lar**, sciencia que ella ignora, mas que tanto alcance tem como a politica das nações. A mulher é o anjo da humanidade, é a **sacerdotisa da família** e, para que ella comprehenda o valor da alta missão que fal-a parecer uma soberana, deve cingir-se ao código do bom tom e ás regras da civildade também. Saber **educar a sua prole**, saber **dirigir a sua casa**, saber **tornar-se a enfermeira dedicada** e amiga da sua amiga, é esta sciencia que fará a mulher forte, exemplificando-a de mais. A brasileira, não obstante o seu bello exemplar de mulher dedicada, um **cofre de ternuras** e de **confirmação de sacrificios** quando elle se torna precioso, ainda falta comtudo comprehender a grande politica

do lar a que acima me refiro, n'esta delicadeza infinita da diplomacia que deve mostrar nas rixas de família, abstrahindo de si, como esposa, o **inferno do ciume**, tendo em vista que a sua casa é o **templo** aonde os paes, os maridos e os irmãos sintam-se em paz, abençoando a vida. Assim, na psychologia alheia, ella aprenderá a sua propria, na exaltação das virtudes e da moral, sendo **fidalga na dor e modesta na ventura** (SABINO, 1901, p.2).

Fica evidente a intenção do discurso em apontar, sem qualquer sombra de dúvida, até mesmo porque dito por uma representante do gênero, o lugar da mulher na estrutura familiar. Longe da política e da ciência tradicionais, sobre as quais ela sequer precisa entender, para estar totalmente centrada no lar, um templo do qual é sacerdotisa. Assim, o lar é considerado local sagrado, dedicado ao descanso pacífico dos pais, maridos e filhos – ou seja, dos homens. Neste esquema, as funções femininas são bem específicas, entre administrar a casa, educar a prole e cuidar do bem-estar dos seus habitantes, como uma enfermeira ao mesmo tempo forte (como um cofre, que guarda e protege) e terna, disposta a sacrifícios sem recompensa (pois que fidalga na dor e modesta na ventura), inclusive o de abrir mão de manifestar ciúmes ou reprimendas ao eventual comportamento mais liberal do marido. De qualquer forma, o artigo guarda ao menos o mérito de ter sido escrito por uma mulher, num jornal que circulou no primeiro ano do Século XX.

O tema é mais uma vez abordado por um redator do jornal A Ordem que assinava Robes Pierre (1933, p.1), em matéria onde anuncia que

Dois assuntos de magna importancia nos parece vão ser adotados em instancia final e inapelavel: o divorcio e a **intromissão** da mulher na

política nacional, com iguais direitos aos do homem. Quanto ao primeiro, encaramos o caso como deverá ser; um entrave á continuação dos **dramas adúlteros**, trazendo como consequencia inevitavel, a **prostituição** de uma cousa sagrada, como é o lar de uma familia.

Direto ao assunto, ele é hábil na escolha das palavras desde o momento em que informa sobre o assunto, no qual a mulher estaria *se intrometendo* em assuntos de homem, a política nacional. Logo depois, associa a ideia do divórcio ao adultério e à prostituição, embora não se dando ao trabalho de explicar exatamente como isso aconteceria, apenas reproduzindo entre os argumentos apresentados a máxima de que o casamento é um *sacramento divino*. Ao final do artigo, todavia, contradiz-se ao defender que o casamento civil seria diferente, até mesmo identificado pelo clero como *obra do diabo* e, portanto, seria o seu destrato até aceitável. Quanto ao segundo tema, assegura que

a mulher no goso pleno de todos os direitos politicos conferidos ao homem julgamo lo um desastre para a familia. É o pomo da discórdia lançado nos lares, onde explodirá como um petardo, lançando pelas janelas a paz e concordia antes existentes. Suponhamos uma profunda divergencia politica entre os membros de um casal, que viva em plena paz. Cada qual quererá fazer valer sua opinião. Surgirão necessariamente as discussões, cujo grau poderá atingir a escala da eferencia (PIERRE, 1933. p.1).

Por este raciocínio, o direito à opinião própria levaria ao fim dos casamentos. A imagem da atividade política nacional, de outra forma sempre associada a práticas pouco recomendáveis, também surge quando Pierre (1933, p.1) faz a ressalva de que

“o quanto pensamos e dissemos não é uma objurgatoria á mulher brasileira. É, antes, sua defesa, porque se a politica lhe produz a fascinação, após esta, lhe virão os desgostos e as ilusões, pois que, entre nós, se diz com muita verdade que éla não tem entranhas”.

E arremata com um conselho final:

“Fuja o belo sexo desta megèra, que se chama politica (PIERRE, 1933. p.1).

A natureza autoritária do discurso jornalístico fica evidenciada ainda mais em textos como *Subtilezas*, escrito por Arthur Azevedo (1901, p.1), advertindo que,

entre os máus habitos introduzidos na sociedade brasileira não ha nenhum tão ridiculo como o do marido que, referindo se á sua esposa, diz:

– “Minha senhora”.

A expressão “minha mulher”, tão simples e tão affectuosa, considera elle uma grosseria imperdoavel, um attentado contra a boa educação! Um dia perguntei a certo amigo meu que tinha esse pessimo costume:

– porque diz você “minha senhora” em vez de “minha mulher”?

– Porque mulher é de soldado, respondeu-me elle.

A resposta não póde ser mais estúpida, mas não têm outra os individuos que usam d’aquella expressão. A fórma póde variar, mas o fundo é o mesmo (...) Há mesmo certos sujeitos que, convencidos de que não devem dizer “minha senhora” e receosos de dizer “minha mulher”, empregam expressões de muito máu gosto, como “a madama”, a “patroa” ou recorrem ao nome próprio: “a Mariquinhas”,

“Ignacia”, etc. Em Portugal usava-se esta bonita formula de cumprimentos: “Os meus respeitos á sua mulher, muito senhora minha”.

Pitoresca e interessante, a respeito da construção da imagem feminina através da imprensa na história, é a nota intitulada *Carinho de esposa* (1861, p.3) que saiu na coluna regular *Notícias da Europa* do jornal O Progresso:

Certa senhora estando á retratar-se, interrompeo o photographo, dizendo-lhe - Senhor este retrato é destinado para meu querido esposo, e como acha-se ausente, há algum tempo, desejo que meu semblante expresse a **dor**, que sinto por esta separação, a **indignação** que me causa a conducta de minha sogra, e o **prazer**, que experimento ao considerar, que dentro em pouco, fal-o-hei pai de um robusto menino.

Infelizmente, o redator não informa a procedência da nota<sup>22</sup> ou da senhora em questão, que não ganha qualquer identificação ou qualificação, dificultando a contextualização do fato. Como tampouco tece comentários a respeito, fica difícil para o leitor atual depurar uma possível ironia no texto. O fato é que retratar-se, ou seja, proceder a uma produção completa com roupas e penteados, a fim de ser fotografado, era algo que começava a popularizar-se, pois tornava acessível o registro que até então era feito pelos pintores, a custos naturalmente bem maiores. Isto explica a expectativa da personagem em ter sentimentos (bem específicos e definidos, por sinal) capturados pela câmara, mas acrescenta ingredientes suficientes para tornar a narrativa curiosa e até mesmo divertida, como a tradicional intriga com a sogra e a paternidade do esposo por algum tempo

<sup>22</sup> Era prática comum entre os jornais da época traduzir e reproduzir material publicado em periódicos europeus.

ausente. Até mesmo porque pode muito bem haver uma relação de causa e efeito entre um fato e outro.

O reforço de mitos e a reverberação de estigmas e preconceitos também estão presentes no relato publicado em *A Ordem*, sob o título *Pancadas de amor* (1901, p.2):

Há certos povos, nomeadamente os persas e os russos, entre os quaes, e particularmente entre as mulheres, as pancadas são consideradas um signal especial de amor e favor. As mulheres russas, sobretudo, não estão contentes sinão quando hão recebido boas bordoadas de seus maridos, conforme nol-o explica, em uma **narração curiosa**, João Barclajus. Uma allemão chamado Jordan foi para Moscou e, como o logar lhe agradara, lá se estabeleceu e esposou uma russa, que muito amava e com a qual era gentil em todos os pontos. Mas ella fazia sempre má cara, abaixava os olhos, e só deixava ouvir queixas e gemidos. O esposo quiz saber porque, pois não podia comprehender o que ella tinha. “Ah! dizia ella, pretendeis amar-me e ainda não me d’estes prova alguma.” Elle abraçou a, supplicou-lhe que perdoasse si, por acaso, e sem o saber, a havia offendido; não mais o faria. “Nada me falta, respondeu ella, salvo o açoute que, segundo o uso do meu paiz, é uma prova de amor.” A partir d’este momento a mulher amou loucamente seu marido.

Embora não se preocupe em qualificar adequadamente a sua fonte, pois a história é narrada como fato verídico em coluna de jornal, o texto não prescinde dela. Ou seja, o testemunho – independente de quem seja a fonte ou suas motivações ao narrar – confere autenticidade à notícia. Assim, a testemunha tem nome e sobrenome (João Barclajus), como igualmente o protagonista (embora este seja apenas Jordan, o alemão, o que em termos jornalísticos absolu-

tamente nada acrescenta em credibilidade, mesmo naquela época). Porque, afinal, a intenção parece ser mesmo a de narrar um *acontecimento curioso* que é útil ao universo de referências do editor do jornal, que de fato se dirige a um público exclusivamente masculino. Por fim, ao lado do incentivo velado à violência contra a mulher, há também o reforço à ideia de que cada nacionalidade, cada povo (e suas mulheres), teria um caráter, uma personalidade própria.

Uma outra maneira igualmente eficiente de dizer quem somos é nos contrapondo ao outro. Dessa forma, é exemplar o texto intitulado *Evocando o passado* (1944, p.1), que trata das comemorações sobre a Batalha do Tuiuti, dia 24 de maio, e inicia logo lembrando que

“há 78 anos os paraguaios, tiranos e cruéis, acharam por bem afrontar a nossa soberania”.

Traço característico a este tipo de discurso, o outro é imediatamente identificado como tirano, cruel, enquanto que o *nosso* lado, representado pelo exército brasileiro, é descrito como heroico, valente e sempre vitorioso. A narrativa segue nesta linha, destacando os feitos valorosos das tropas nacionais, ainda que organizadas apressadamente para responder à agressão do país vizinho. O redator reconhece que as dificuldades são muitas e conta que

o adversário superior numericamente, melhor armado e municiado movimenta-se, como querendo jugular a presa que julga fácil. Os **nostros caboclos** denunciam, após pesquisa difícilíssima, a presença dos barbaros e vendalicos” (EVOCANDO o passado, 1944, p.1).

Cabe observar que, nos momentos iniciais de indefinição, de desorganização e dificuldades, as tropas são denominadas *nostros ca-*

*boclos*, tratamento que vai mudando no decorrer da narrativa, mas sobretudo a partir de um fato específico, a saber:

Os nossos **irmãos** cedem à força superior do adversário. Esmorecem, fraquejam, titubeiam. Presume-se a derrota não tardará. Todo esforço é debalde. Todos os meios empregados para corrigir o erro estratégico não dão resultado. O desânimo **governa** a nossa gente (EVOCANDO o passado, 1944, p.1).

Quem é obrigado a ceder a uma força superior já não é mais nosso *caboclo*, que já pode ser tratado como *irmão*, como igual, ao tempo em que até desanimam, mas não deixam de tentar, se esforçam, usam de todos os meios para tentar superar o erro estratégico cometido (subestimar em número e armamento o adversário). Muito significativa é a escolha do verbo *governar* para deixar claro que tipo de falta atinge *a nossa gente*. De fato, os caboclos estariam sentindo falta de quem os governe e os oriente, o que vale dizer, de quem aponte em que direção seguir e finalmente os salve, vez que eles não seriam capazes de fazê-lo por si próprios. Então, o redator insere o fato que muda o sentido da narrativa e, assim fazendo, a legitima:

Nesta fase de incertezas surge a figura legendária de Osorio, conduzindo reforços inclusive a valorosa 6.a Divisão (Vitorino Monteiro) e com decisão e energia, com força miraculosa de ação, domina o movimento envolvente, conciliando a precária situação dos demais companheiros de luta (EVOCANDO o passado, 1944, p.1).

Enfim, confirma o texto que, com a chegada do seu general, as tropas nacionais (a partir deste ponto, não há mais referências aos

caboclos, eles agora são os valorosos *companheiros de luta*) finalmente se reorganizam e alcançam a retumbante e histórica vitória.

Outro aspecto a ser considerado é o papel doutrinário do jornal, contribuindo de maneira decisiva para a construção de um discurso que parece destinado a atingir mortalmente a autoestima nacional. É o caso de matérias como *Saibamos comer*, do articulista Aderaldo Lyra (1942, p.2), publicada no Pequeno Jornal, assegurando que

“uma das verdades mais cruas, que devemos proclamar, é a seguinte: o brasileiro não sabe comer”.

Em sua argumentação, o autor ignora sua própria procedência – ou ao menos o local de onde fala – e diz:

“O pomar está ai, ao pé da casa, apodrecendo. O laranjal, o bananal, as mangueiras, as goiabeiras estão carregadas e cobertas de passaros. Enquanto isso, o brasileiro está almoçando um bife da grossura deste papel, o arroz e o feijão” (LYRA, 1942, p.2).

Lembra, então, que uma rádio carioca, havia pouco tempo, tinha ensinado como se deveria comer, mas que

“o sertão patrio, porem, ficou sem ouvil-as, sem saber, sem conhecer os alimentos vitamínicos, os que dão força e coragem ao pegarmos no cabo da enxada, na pena ou na foíce” (LYRA, 1942, p.2).

Sempre neste tom autoritário, o texto segue garantindo que *o povo não sabe comer*, vez que desconheceria o valor da batata, das frutas, das verduras, da manteiga, do mel, de peixes e mariscos, entre outros itens alimentícios.

Enquanto isso, as mães ignorantes e analfabetas vão enchendo o bandulho dos filhos inocentes de papa e de leite – uma só vez ao dia, isto é, das seis da manhã às dez da noite. E o laranjal, em frutos apodrecidos, é despresado (sic) com olhos **mansos** e **desanimados** do homem boçal, sem instrução e cultura do sertão brasileiro. Aprendamos a comer. Não soletramos o abc? Porque não nos interessarmos pela alimentação da raça da qual queremos que saiam os dirigentes da patria? (LYRA, 1942, p.2)

No mesmo Pequeno Jornal há um novo exemplo bastante eloquente do tipo de tratamento que pode ser concedido ao *outro*, em discursos com características tão marcantemente autoritárias quanto o jornalismo:

“É incrível que exista um ser humano, nascido neste torrão abençoado e feliz que se chama Brasil, tão perverso e miserável, capaz de trail-o; mas infelizmente muitos há. São monstros infelizes que deveis encostal-os à parede e **fuzila-os**. São os 5as. colunistas malditos” (BRASILEIROS, 1944, p.2).

É evidente que, neste caso, precisamos descontar o clima de conflito generalizado que atormentava o espírito mundial, ameaçado pelo avanço das tropas de Hitler na Alemanha, pois dificilmente encontramos matérias com jornalistas pedindo o fuzilamento de quem quer que seja.

Todavia, a cobrança de *atitudes enérgicas* por parte da imprensa contra aqueles que ela decidiu identificar como o *outro* (o que não cumpre as leis, o que não paga impostos, o que despreza a sociedade, o que trama contra a democracia ou seu liberalismo, o que apresenta comportamento de alguma forma desviante, entre inúmeros outros

exemplos possíveis) é o que há de mais marcante na prática do jornalismo de outrora e até os dias atuais, na cosmopolita Nova Iorque ou na antiga Villa da Cachoeira.

## A Bahia e o baiano

Numa série publicada sob a retranscrição *Engrandecimento de diversas provincias do Imperio*, o jornal O Americano publicou o quinto destes artigos com o título *Decadencia da Bahia* (1872, p. 2-3), onde analisa “a vergonhosa decadencia em que desfilamos á vista d’olhos”, apontando as duas principais causas para o problema:

Uma é a **politica**, que, como ella é **entre nós** entendida e exercida, constitue um **cancro** roedor, que devora-nos as entranhas e a propria vida social. A outra é o que chamaremos – guerrilha de empreza – isto é o inveterado espirito malevolo de systematica intriga e insaciavel hostilização, que, **entre nós**, está sempre alerta e d’emboscada, prompto para morder e ferir, covarde e indiscriminadamente, a tudo e a todos os que se ligam a qualquer commettimento tendente ao desenvolvimento das nossas **riquezas naturaes**, que, si fossem devidamente **exploradas**, levariam a bastança e até mesmo a opulencia á milhares dos nossos semelhantes, que hoje só possuem de seo o dia, a noite e o ar que respiram! A geral queixa diurna do povo é que **só de politica** se cuida de veras na Bahia. E certamente é bem fundada essa queixa. Quem ignora que, **entre nós**, para **eleições**, para as **luctas delirantes** de balofas ambições, para **discussões** e **declamações** estereis sobre **principios** theoricos e **ideologicos**, para discursos de apparato e jesuiticos programas, emfim para todos os misteres da – politica nunca faltam tempo, energia, actividade, zelo, dedicação, cuidado, applicação, favor, arrojo, furor, rios de **dinheiro**, e até **assassinios** e **mortes**?!!!

A escolha dos títulos já oferece indícios da intenção dos seus autores, que falam de um *engrandecimento* das províncias no âmbito nacional, mas reservam para a Bahia um sentido inverso, ou seja, de discutir a sua *decadência*. Neste sentido, está clara a estratégia de mostrar um quadro geral de referência, para buscar contraste deste pano de fundo com os aspectos que o incomodam no próprio grupo. Basta contar quantas vezes surge a expressão *entre nós*, onde as coisas são diferentes do que ocorre no Brasil (as regiões mais ao sul, bem entendido), aqui onde as coisas são piores, onde as coisas são reprováveis.

Disposto a enumerar as causas da decadência baiana, usa a mesma narrativa, já abundantemente identificada aqui, nos discursos que buscam criar um pretenso caráter nacional, citando em primeiro lugar a atividade política, que seria um *cancro* que nos imobiliza, afastando-nos da meta do *desenvolvimento*. Este, por sua vez, é definido como a simples *exploração* das riquezas naturais, o que reflete de modo claro a mentalidade extrativista que inspirou o processo de colonização do Recôncavo. Falando, como sempre, em nome do povo, queixa-se de que *só de política* se cuida na Bahia.

Sendo que esta inescapável atividade humana é identificada de maneira enfática e eloquente ao lado de lutas e ambições *delirantes e estéreis*, tais como as eleições, discussões e declamações, os princípios, a ideologia e os discursos. Ou seja, pertenceriam à mesma esfera de um indesejável, inalcançável e infrutífero teórico, princípios e valores como a escolha de representantes, as disputas e argumentações, conflitos e embates ligados ao exercício contraditório da política. Tudo isso vai sendo conduzido, no texto, aos *rios de dinheiro*, aos *assassinatos e mortes*.

Mas o longo artigo segue, no estilo da época, reclamando das práticas arraigadas *entre nós*, procurando desmerecer as discussões empreendidas no campo político, que classifica simplesmente como

“meras e absurdas theorias acerca dos direitos abstractos e abstractos merecimentos das multiplas, e varias formas de governo, que nada, absolutamente nada nos aproveitam” (DECADENCIA da Bahia, 1872, p. 2-3).

Neste sentido, defende o redator que deveríamos estar, isto sim, discutindo questões de *utilidade geral*, a exemplo da *agricultura, comércio e indústrias diversas*, ou seja, o trabalho, como e quando trabalhar, o que produzir em benefício do estabelecido, em lugar de discutir ou questionar, por exemplo, a natureza do capital que financia este trabalho, sua propriedade, as formas de fomento e os mecanismos de distribuição ou concentração de renda e riqueza por ele gerados.

Já com relação à tal *guerrilha de empresa* que menciona, não chega a esclarecer muito mais, restringindo-se a acrescentar o vaticínio de que

Todo aquelle que tentar ou emprehender qualquer melhoramento na Bahia, deverá de antemão preparar-se também para dar-lhe ranhido combate e com ella travar luta de vida ou morte, a todo transe. Ella não poupa nem respeita **nome, posição**, character, **reputação**, por mais illibados, puros e immaculados, que sejam; hão todos, por força, ser covarde e traiçoeiramente atados, e, sem piedade, açoutados, no infame pelourinho da meledicencia, da diffamação, do insulto, do vilipendio, da intriga, da calumnia, da inveja, que só cessam e desaparecem quando nada mais ha com que especular e que dilacerar, ou então, quando, por sua vez, são esmagadas e aniquiladas pela invicta tenacidade de algum temperamento adamantino (DECADENCIA da Bahia, 1872, p. 2-3).

Aqui, as palavras-chave para decifrar as motivações que alimentam tão efusivas mágoas contra o próprio local de nascimento estão enumeradas entre aquilo que a Bahia não pouparia ou respeitaria, principalmente *nome, posição e reputação*. Afinal, quem os tem são aqueles detentores de algo sobre o qual possa cair a inveja e a intriga dos tais guerrilheiros, aqueles covardes que maldizem, especulam e dilaceram justamente por não terem *família* (no sentido de berço, de procedência, herança), não terem *poder* (cargo público, ascensão, hierarquia) e não terem o *respeito* (celebridade, glória, honra) dos seus pares.

Por fim, cabe a consideração de que tal herança – de que as coisas na Bahia são diferentes, em geral piores, embora também melhores que a dos outros, quando conveniente – permanece arraigada, legitimada e reproduzida insistentemente pela estrutura midiática até hoje. Tal qual as queixas de lideranças empresariais, políticas, intelectuais e artísticas contra uma certa *ingratidão* da Bahia para com os seus expoentes.

Além desta tendência em ser ingrata para com os seus filhos ilustres, a ótica de grande parte dos redatores cachoeiranos do Século XIX também acusa a Bahia de padecer de determinados problemas relacionados às vocações e aptidões *naturais* do seu povo, conforme argumenta o artigo *A questão do trabalho* (1888, p.1):

Desde muito nos esforçamos por convencer os lavradores d’esta comarca da necessidade urgente de dar outro rumo ás suas idéas, e forma nova ás suas aspirações. Ainda a lei de 13 de maio dormia nas dobras de um futuro, que muitos reputavam remoto, e já nós davamos o signal de alerta a que desgraçadamente ninguem quiz attender. Annunciámos a transformação do trabalho com antecedencia muito aproveitavel; mas com certeza bem poucos nos leram, desde que não

penetravamos no lar de algum desaffectedo para expôr suas fraquezas ao assobios da multidão. Na provincia da Bahia, além d'isto, nota-se um factu cuja explicação verdadeira bem difficil é dar-se. Um **desanimado** geral invade a população laboriosa e uma **indolencia** lamentavel domina as classes menos favorecidas. De maneira que, tudo se exige, e se espera do governo, como si a **iniciativa particular** não fosse a miraculosa alavanca, propria para levantar os espiritos abatidos por essa crize passageira. Similhante modo de encarar os assumptos tem contribuido immenso para o nosso **retardamento**. E quando as **provincias do sul** arcam valentemente contra as difficuldades actuaes; a Bahia sente-se tomada de um pavor, que nada justifica.

Como deixou claro, o redator do jornal A Ordem bem que tentou alertar com antecedência aos lavradores da terra baiana sobre o problema, pois a natureza do trabalho estava se transformando, mas desgraçadamente ninguém o quis atender. Mas a questão era ainda mais grave, até mesmo difícil de explicar, uma vez que na Bahia eram os trabalhadores sem ânimo (ou disposição, entusiasmo, alento, coragem, força) e os pobre indolentes (apáticos, indiferentes, insensíveis, preguiçosos). Para tudo, dependiam e esperavam do governo, desconhecendo que, na verdade, a ferramenta milagrosa para superar a crise era a iniciativa privada.

Assim sendo, este modo de encarar tais assuntos, esta maneira de pensar dos baianos, é que explicaria o nosso atraso (da Bahia, bem entendido). Para arrematar sua argumentação, não poderia faltar a inevitável comparação com as províncias do sul, mais uma vez alimentando um certo complexo de inferioridade já tantas vezes diagnosticado neste estudo. Mas o artigo prossegue, lançando mão de todo um conhecido arsenal de construções que cabe, tanto ao pretenso caráter nacional quanto ao baiano, mas, especificamente, quando diz:

Salta aos olhos – que um paiz **vasto**, novo e **fecundo** como o nosso, e para o qual entretanto importa-se ainda feijão, milho, arroz, trigo, palitos e alfafa, não é um paiz convenientemente explorado; não é um paiz, aonde a lavoura esteja perdida, á falta de elementos, que possam influxionar a sua prosperidade. **O que nos falta, entretanto? Braços?** Também nós pensamos – que os libertos da lei de 13 de maio, em sua maioria, não se hão de sujeitar á percepção de um salario qualquer, sobretudo n’estes primeiros annos do regimen de liberdade. Consequencia prevista da instituição servil, que tão funda havia penetrado em nossos costumes, ella ha de se fazer sentir por algum tempo ainda. Carecemos, portanto, do trabalhador estrangeiro, que venha rotear nossos campos, **embellezando** nossas cidades tambem (A QUESTÃO do trabalho, 1888, p.1).

Neste trecho, surgem as referências ao país vasto e fecundo, o *gigante pela própria natureza* cujo povo não consegue explorar de maneira conveniente. O redator, então, faz a pergunta que lhe interessa, e logo oferece como resposta, aquilo que desde o início era o seu objetivo: conduzir o raciocínio à lógica de que, tendo o Brasil um povo preguiçoso e ainda por cima acrescido de escravos libertos, que não se sujeitariam aos baixos salários a eles oferecidos, a única solução possível seria importar outro tipo de mão-de-obra. De preferência uma que, além de tudo, ainda *embelezasse* nossas cidades. A conclusão vem junto ao prognóstico de um adicional e inevitável *embranquecimento* da raça nacional, fazendo com que tudo se *ilumine* e se expanda quando, a exemplo do que já vem ocorrendo no Sul, começarem a chegar os navios com aqueles que seriam amigos do trabalho e devotos sinceros.

A verdade é – que sem os braços estrangeiros não nos salvaremos. A raça preta é uma raça, que **desapparecerá** por fim. A verdade é que

**illumina-se** a idéa, se **expande** o coração, quando vê-se aportar ás provincias do sul um navio, cheio de immigrantes, que – **amigos do trabalho** e fortalecidos por uma **fé sincera** – saúdam com urrahs e vivas a nova terra, que escolheram para patria sua e de seus filhos... (A QUESTÃO do trabalho, 1888, p.1).

Exemplo igualmente interessante está na matéria *Indústrias e profissões* (1900, p.1), que questionava o fato de estarem os melhores postos da indústria nacional nas mãos de estrangeiros, enquanto aos brasileiros restavam as ocupações mais modestas:

Quantos estrangeiros, alguns sem sobra de merecimento, têm vindo ao Brazil (sic), são recebidos e tratados como principes, sendo-lhes dispensados honras e considerações que não merecem e depois, quando de volta á sua patria, nos insultam e deprimem até o ridiculo? Si é uma verdade o **sentimento de hospitalidade** tão característico no brasileiro, não deve esse ser de tão boa fé que vá recebendo de braços abertos todo o fiel patife que nos tragam os transatlanticos.

O articulista decidiu incrementar e contrapor a construção do *povo hospitaleiro* com uma pitada adicional de xenofobia, que em seu texto é justificada de maneira bastante peculiar:

O que nos falta não é intelligencia, como brilhantemente o têm demonstrado os nossos grandes nomes nas sciencias, nas letras e nas artes; o que nos falta não é a iniciativa, nem a actividade, nem o patriotismo, nem a altivez. A unica cousa de que precisamos é de **braços** para a lavoura, de braços que vão rasgar o seio do nosso solo uberrimo para levarmos a abastança até aos mercados estrangeiros. Para isso sim, para isso é que precisamos do estrangeiro que, chegado

aqui para esse fim, abraço imediatamente outra carreira que erradamente supõe o meio mais fácil de enriquecer (INDUSTRIAS e profissões, 1900, p.1).

O lugar de fala do autor da matéria é evidente, no desenho de sua argumentação e na defesa de uma visão extremamente elitista a respeito da questão fundiária nacional, que apenas recentemente ultrapassara a fase da produção escravagista e agora enfrentava o dilema de conciliar o modelo concentrador e explorador dos latifúndios de monocultura, com a mão de obra livre que queria importar. Neste sentido, simplesmente desprezava o significativo contingente de ex-escravos agora libertos, mas sem terra e sem ocupação formal (notar que o texto em momento algum sequer os cita, apesar do episódio da abolição ser ainda tão recente), defendendo a vinda dos imigrantes. Mas não daqueles de alguma forma aptos a lhes fazer concorrência na indústria ou outro tipo de empreendimento, mas apenas como *braços* para a lavoura.

Outra matéria, com o título *Locação de serviços* (1901, p.1), dedicada à defesa de uma lei regulamentando a contratação de mão-de-obra para a agricultura, e cujos críticos acusavam de ser *um atentado à liberdade* ou ainda *a ressurreição da escravatura*, inicia diagnosticando que

“uma das grandes e graves dificuldades com que luta a lavoura brasileira é a falta de braços. Tudo foge da lavoura para dedicar-se a qualquer outro mister, mesmo errando a vocação” (LOCAÇÃO de serviços, 1901, p.1).

Como se percebe, o discurso jornalístico – sempre autoritário – agenda e coloca o seu próprio ponto de vista como marco do que

seja urgente e mais importante à Nação. Defendendo seu ponto de vista, o redator assegura que tal projeto de lei

posto em vigor, seria a salvação do Brasil, porque uma nova era surgia para a lavoura que se tornaria em pouco tempo prospera, trazendo nos a abundancia e a felicidade; com ela levantar-se-iam da decadencia em que vão o commercio e a industria; com estes esmagariamos a **crise** que ha já longos annos nos opprime e afflige (LOCAÇÃO de serviços, 1901, p.1)

Curiosamente, sempre há uma crise a ser enfrentada e a imprensa está inexoravelmente lá para apontar o caminho, para preservar soluções e determinar o lugar de cada um no processo:

“O Brasil é essencialmente agricola; já o temos dicto e sabe-o toda a gente; negal-o é negar a luz do sol. Portanto, é da agricultura que é mister cuidar, e esse dever impõe-se á imprensa, impõe-se aos governos, impõe-se aos congressos” (LOCAÇÃO de serviços, 1901, p.1).

Exemplo clássico da construção no texto jornalístico da imagem de povo ordeiro e hospitaleiro está em nota do Pequeno Jornal que, com o título *Prefeito de Santo Antonio de Jesus* (1946, p.4), anuncia:

Por força de Decreto do Governo da Republica que mandára afastar os prefeitos de suas funções enquanto durassem as eleições de 2 de Dezembro, reassumiu o governo do município por determinação do Sr. Guilherme Marback, ilustre Interventor do Estado, sob aplausos da população **ordeira** da bela e **hospitaleira** cidade de Santo Antonio de Jesus, o dr. Gorgonio de Araujo, modelar chefe da comuna.

Um outro texto, intitulado *A visão pragmática de um estadista baiano* (1927, p. 1), reproduz artigo da revista carioca ABC sobre o governo de Góes Calmon, que ora se encerrava, sentenciando:

O **potencial productivo** de São Paulo, a riqueza crescente de Minas, do Rio Grande e do Paraná são temas, para nós, de uma suggestividade indeclinável. Igualmente interessante, como factor notável e complexo das nossas pautas de exportação, é o Estado da Bahia, com uma porção de grandes productos – o algodão, o fumo, o cacau, o assucar, os cereaes, as madeiras – representando um **privilegio natural** sem exemplo neste paiz.

Assim, abre o texto desde logo colocando cada Estado *em seu devido lugar*, uns com potencial produtivo e outro como exportador naturalmente privilegiado de itens agrícolas, elogiando depois o seu governador justamente pela capacidade de ter mantido as coisas como deveriam ser. Ou seja, os Estados do Sul merecem elogios por sua vocação empreendedora e produtiva, mas isso não deve servir como exemplo para nós, já bastante agraciados com uma natureza capaz de prover com uma variedade apreciável de artigos agrícolas exportáveis.

A nós, portanto, caberia apenas agradecer ao governante o fato de *manter as coisas no seu devido lugar*, exatamente como deveriam estar. É evidente o reforço à ideia disseminada de que ao Sul/Sudeste caberia o desenvolvimento da indústria nacional, enquanto o Norte/Nordeste ficaria com a missão de prover o abastecimento dos itens agrícolas necessários a estes mesmos centros mais inclinados à manufatura e ao beneficiamento, além de preservar-se como local de natureza privilegiada, berço de uma cultura *primitiva* e artesanal.

Ligada de maneira indissolúvel a esta imagem que se foi construindo em torno do que seria a Bahia, desenvolveu-se igualmente

neste período – tão bem registrado nas páginas dos periódicos cachoeiranos estudados – um certo padrão daquilo a ser esperado em relação ao seu povo, o baiano. O jornal *A Ordem*, por exemplo, informa em sua coluna de pequenas notas:

Notícia a “Cidade de Tatuhy” (S.Paulo), que ha dias appareceu ali um individuo, moreno escuro, baixo, de tronco robusco, nariz descido, **parecendo ser baiano**, que tem por officio roubar creanças. Tal “personagem” intitula-se curandeiro, e já furtou meninos em Villa Bella, Jacarehy e agora em Tatuhy (AVULSAS, 1900, p.2).

Uma análise nem tão profunda ou apurada do discurso implícito ao texto conduz a uma inquietação imediata sobre os motivos que levariam o seu autor ao modelo de descrição adotado para o caso, onde as características físicas (escuro, baixo, de tronco robusco – ou robusto – e nariz descido, seja lá o que isso signifique) vão conduzir à conclusão de que parece ser baiano. Ou seja, o que uma coisa teria a ver com outra, além de um mal disfarçado preconceito contra alguém que deixa o seu Estado para exercer ofícios tão heterogêneos quanto o curandeirismo e acaba por raptar criancinhas? Só poderia ser mesmo... baiano.

Esclarecedora, a propósito, é a linha de raciocínio que segue o articulista Ervidio P. S. Velho (*A imigração chinesa*, 1888, p. 3), quando se dedica a avaliar e orientar o processo de chegada de imigrantes à Bahia para substituir o trabalho escravo:

Nós vemos quanto se tem desenvolvido o Rio Grande do Sul, recebendo a imigração alleman. Precisamos de allemães, hollandezes, suecos, francezes, etc., mas não precisamos de chineses. E é á gloriosa Bahia que tentam offerecer a imigração chinesa, como si ella fosse a escoria das provincias brazileiras.

A questão do trabalho escravo, do preparo profissional, sua remuneração e as oportunidades de ascensão social, costuma surgir quando se investigam as origens das construções das ideias e dos estereótipos racistas na imprensa baiana e do Recôncavo, de maneira geral. É o que sugere a nota incluída na coluna *Publicações diversas* (1877, p.2) do jornal A Verdade:

Por que não se dà a illuminação de S. Felix a um acendedor pae de familia, a um nacional? para que ou por que é ella entregue a um rato africano? A decifração é logica: é bruto, não sabe fallar, mas sabe jogar com os lampeões; elle com sua linguagem mesclada, é quem ganha! a prova é que no fim de hora e meia d'acezos perecem! e esses poucos momentos de luz só depois de oito horas é que sae das trevas a rua commercial de S. Felix.

De fato, um ingrediente indispensável ao caldeirão de representações que vão formar este alegado *jeito de ser* do baiano é certamente a maneira como ele lida com o racismo em suas muito delicadas e complexas relações. Hoje mais disposta a legitimar e a reverberar a construção da *saudável mistura de cores* que forma a Bahia, a imprensa local, incluindo seus mais destacados representantes regionais, como A Ordem, por muito tempo permitiu-se reproduzir narrativas como a de João da Cachoeira (1933, p.2), publicada na coluna regular intitulada *Crônica da Capital* sobre o passeio que fez durante a Festa do Bonfim. No texto, ele descreve todo o trajeto do bonde lotado de pessoas que saiu da parte baixa do Elevador Lacerda, em Salvador, em direção à *Colina Sagrada*, no sábado do Bonfim. A narração praticamente se limita aos aspectos arquitetônicos ou históricos dos vários pontos de destaque da Capital baiana que vai encontrando, como a Praça Conde dos Arcos, Pilar, Água de

Meninos, O Gazômetro, Largo de Roma, Avenida Luiz Tarquínio e Monte Serrat. A única exceção, pretensamente motivada por acrescentar o que deve ter considerado humor à narrativa, ocorre quando a condução chega à estação de trens da Calçada,

que comunica os fios da civilização com os logares incultos... Pára o bonde. Uma crioula com mais de 100 quilos de pêso, sendo 20 somente da ré-engomada saia que enverga, tendo às mãos presas às de um molequinho, dà um “siu” compenetrado ao condutor e pergunta toda **dengosa**:

– “Aonde bóto esta criança?”

Um “**pedaço de fumo**”, que estava á “coisinha” do elétrico, dedi-lha rapidamente o pinho que sobraçava, e deixando á mostra a alva dentadura de **preto sadio**, responde alto sob a admiração de todos:

“Ora vêja que arrogança

Nosso Sinhô do Bomfim!...

Quem chama Disto criança,

chama festa – “sururu”

e chama fio de aribú

passarim!!!

As gargalhadas explodem por todo o veiculo que é posto em movimento pois a “**baiana**” desistindo da viagem, fica do “ponto” a resmungar **termos desconexos** dirigidos ao **espirituoso gaiato** (CACHOEIRA, 1933. p.2).

O correspondente do jornal cachoeirano tenta induzir ao reconhecimento de que o preconceito partiria dos próprios negros, como atesta o autor dos versos que o redator apenas reproduzia. Além disso, vários detalhes do discurso e da escolha das palavras buscam sempre ressaltar como exótico e/ou exógeno tudo aquilo ligado ao

universo africano. Como a forma de falar, que seria *toda dengosa*, daquela mesma baiana que mais adiante receberia aspas sem qualquer justificativa gramatical ou de recurso narrativo. Seus protestos, após humilhada, são reduzidos a *termos desconexos*. Ao *espirituoso gaiato*, por sua vez, além de ser grosseiramente descrito como *um pedaço de fumo*, é atribuída a distinção de sorrir como *preto sadio*, provavelmente por ostentar uma dentadura completa, apesar das expectativas do redator em relação à população negra de Salvador.

Este mesmo jornal, que à época já se orgulhava de ser o maior em circulação no interior do Estado da Bahia, abrigou uma coluna intitulada *Adagiário brasileiro*, dedicada a reproduzir supostos provérbios populares, como esta, publicada no dia 1º de fevereiro: “Em festa de branco, quem toca foguete é negro” (AZERÊDO, 1933a, p.1). Mais adiante, em edição de 11 de março do mesmo ano, o redator Augusto de Azerêdo (1933b, p.1) é muito mais eloquente:

Negro que não gosta de mel, é ladrão de cortiço.  
Negro não acompanha procissão: corre atrás.  
Negro em festa de branco é o primeiro que aparece e o derradeiro que come.  
Negro é trempe: quando não queima, suja.  
Negro apanha, porque não espera.  
Negro não namora; embirra.  
Negro não vê, negro espia

A coluna segue nesta mesma linha por diversas outras edições, somando inúmeros e bastante conhecidos ditos populares a tal adagiário, que tem como *vítimas* preferidas, além dos negros, a mulher, o trabalhador e o cidadão comum da zona rural e das pequenas cidades brasileiras.

## O cachoeirano

Em plena campanha contra a monarquia, o jornal O Povo Cachoeirano publica o primeiro de uma série de longos artigos intitulados *O povo cachoeirano* (1849, p. 1-2), no qual afirma que

O povo **não necessita** mais, de que se lhe diga que o partido dominante quer ganhar as eleições para poder melhor escravizar-o. Nesta cidade em que o povo he gloriosamente dominado do **espírito e amor da liberdade** poem os despotas da epoca todo o empenho em apprimil-o, para extorquir-lhe o voto, com terror; mas comprehenda o povo que elle vae ser **victima** do despotismo e da tyrania, si se deixar iludir, ou aterrar por esses que disem que o povo he nada; e que tem só o direito que lhe quer dar quem governa.

A estratégia discursiva utilizada parte da ressalva de que o povo cachoeirano *não necessita* de que lhe seja dito aquilo que ele já sabe que é (heroico, destemido, orgulhoso e gloriosamente amante da liberdade), mas o faz assim mesmo, pois precisa incluir a imagem do povo oprimido e ameaçado pelos déspotas (aqui contraditória, embora já plenamente incorporada ao imaginário nacional), que é afinal a razão maior de suas inquietações. Assim fazendo, pode então alertar contra a possibilidade dele ser, novamente, *vítima* de opressão e tirania, ao deixar-se iludir ou amedrontar. Mas logo apela ao espírito heroico do eleitor local, em trecho seguinte, alertando:

“Cachoeiranos, povo amigo da liberdade, que por ella tendes dado a vida, e o sangue o partido saquarema<sup>23</sup> está unido com os portu-

<sup>23</sup> Partidários do regime monárquico de então.

gueses para nos reduzir a escravidão” (O POVO cachoeirano, 1849, p. 1-2).

Na edição seguinte, publicada em 6 de maio (O POVO cachoeirano, 1849, p. 3), volta ao tema, conclamando:

“Povo, reanima-te povo heroico da Cachoeira, as perseguições vão acabar, o Imperador já sabe quaes os fitos do seo governo sanguinario”.

Mais próximo à data da eleição, em edição do dia 17 de junho (O POVO cachoeirano, 1849, p. 4), conclama os eleitores da cidade vizinha:

Habitantes de S. Felix! Lembrai-vos que sois Cachoeiranos, que tendes melitado em prol da santa liberdade nos sempre gloriosos campos de Pirajá! Não queirais, irmãos meos, dar azo a que vossos irmãos vos **amaldiçoem!** Univos todos, a victoria será por vós e o **feudalismo** sucumbirá!

Deve soar curioso ao leitor contemporâneo a ameaça tão direta e sem cerimônia de maldição àquele que não atender aos apelos dos irmãos da cidade vizinha. Também é interessante notar, neste trecho, a inteligente referência ao regime feudal, que o autor pretende associar ao governo monarquista e à sociedade latifundiária, monopolista e escravagista da época. Igualmente empenhado numa feroz campanha de oposição do governo de Dom Pedro II, o jornal Sentinella da Liberdade, já no seu segundo número, reclamava:

Temos ouvido graves questões suscitadas com a nossa aparição. Temos sido desprotegido dos nossos patricios, e muito mais por in-

fluencia de certos personagens, que querendo absorver o que tanto nos tem custado a ganhar, e nós não consentindo n'isso, pedem e supplicam aos seus amigos que não acceitem a nossa gasetal!... Na Cachoeira, e **só na Cachoeira**, se vê disso!... (SENTINELLA da Liberdade, 1870, p.1).

Era este, evidentemente, o estilo da época, mas o protesto do editor do novo jornal se encaixa perfeitamente como uma versão local do suposto sentimento de *ingratidão* ou de *autodepreciação* que também identificamos em relação ao Estado, algo do tipo *Só se vê na Bahia*<sup>24</sup>, ou ainda para todo o Brasil, acompanhando o sentido do *Este não é um país sério*.

De qualquer forma, cabe ressaltar que um dos traços mais marcantes no discurso sobre Cachoeira e seu povo é certamente o que reivindica qualidades heroicas e abnegadas à localidade, historicamente marcada por lutas de resistência e exemplos de bravura. Como faz o artigo intitulado *O futuro*, em que o jornalista P. Soares (1878, p.1) chega à conclusão de que

A falta de recreios licitos, bibliotecas, gremios literarios, sobre tudo sociedades literarias, faz com que os rapazes filhos d'esta **infeliz terra**, carcomida pelos cancos cruéis, a quem delegaram seos mais sagrados direitos, incumbidos de seo **engrandecimento moral, intelectual**, entreguem-se ao jogo, á crapula, e a todas as paixões mesquinhas. (...) Eis ahí em poucas, porem incisivas palavras, a analyse do actual estado da sociedade d'esta **heroica e gloriosa** Cachoeira.

<sup>24</sup> A expressão serviu de título a música de Roberto Mendes e Jorge Portugal, utilizada com o sentido justamente oposto por uma campanha de divulgação institucional de emissora de tevê ligada a lideranças políticas do estado.

O redator está, como de praxe, voltado aos seus próprios interesses, procurando agendar as necessidades da sociedade, esta *infeliz terra*, à qual dita os caminhos e meios necessários para alcançar o tal *engrandecimento moral e intelectual* que advoga. Mas não se furta, ao concluir, quando o objetivo é conclamar e mobilizar, ao artifício recorrente de apelar ao heroísmo (abnegação, dedicação, estoicismo) e à glória (honra, passado, tradição) da Cachoeira. Em editorial de primeira página, sob o título *Caminhemos* (1888, p.1), A Ordem também protestava:

É certo – que a Cachoeira de hoje não é a mesma de a 20 annos atrás, no entanto não é menos verdade – que ella podia estar muito mais adiantada. Não nos esqueçamos de que trata-se da segunda cidade de uma provincia da ordem da Bahia, e si compararmol-a com outras de inferior ordem, das provincias do sul principalmente, nos convenceremos de que muito nos resta ainda por fazer, afim de nos pôrmos em pé de egualdade com essas.

Logo em seguida, defende a necessidade de se construir um teatro na Cidade, embora lamentando a indiferença da maioria da população local em relação à ideia. E encerra o texto conclamando:

“É mister que saiamos d’essa apathia, que tanto nos prejudica e opprime. O tempo é de progresso. Caminhemos!” (CAMINHEMOS, 1888, p.1).

Ocorre que, toda vez que se ocupa em reclamar de algo ou tecer críticas a um governante local, o jornalista termina apelando à imagem do povo enquanto vítima das circunstâncias, como no artigo *Um criminoso* (1901, p. 1), que afirma:

“Sim, este pobre povo manso e ordeiro, que não conhece as leis das reacção, tem vivido debaixo de um soffrimento enganador, supportando tudo quanto tem produzido as ordens emanadas do director prepotente dos destinos partidarios da Cachoeira”.

A comunidade cachoeirana também debateu, através da sua imprensa, questões como o papel da mulher em uma sociedade que evoluía e se transformava. Foi o caso do periódico literário *A Grinalda*, destinado especificamente às moças da Cidade, para as quais escolhia poemas, crônicas, charadas e textos leves e despreziosos sobre o universo feminino da época. Um bom exemplo é a crônica *Um album* (1869, p.2), que descreve e explica para que serviria este gênero de escrita (na verdade, trata de um diário para anotações pessoais, poesias etc), destacando sua mais importante função:

Quantas veses não será elle á sua dona o objecto de seu entretenimento, que lhe dando saptisfação e **prendendo os sentidos**, lhe faz despresar **essas idéias** vans e cevadas de preconceitos inuteis, que as **sociedades modernas** abraçam, e que no entanto são dignos do repudio e do anathema, por perigosas e offensivas. Então a bella vivendo **só para si**, para seu toilette, para seu album, acha motivos grandiosos e eloquentes, que só ella explicar sabe e comprehender.

Aqui, *prendendo os sentidos* tem mesmo a intenção de significar algo que efetivamente ocupe a atenção das jovens, requisitando-lhes total concentração e dedicação absoluta, a ponto de dissuadi-las *dessas idéias* outras, às quais o redator sequer ousa mencionar, mas que todos devem saber perfeitamente quais seriam. E cuja culpa, claro, recai sobre as *sociedades modernas* (no plural, ou seja, quaisquer formas delas, desde que não as cachoeiranas tradicionais). Às moças de família, portanto, caberia manter-se segundo os costumes e apenas

registrar suas emoções e devaneios no diário. Em outras palavras, que fossem verdadeiras autistas, vivendo tão somente para si, longe dos perigos externos.

Por sua vez, ao abordar e comentar um *efervescente* movimento que começava a espalhar-se pelo País, Aydano Carneiro (1933, p.1), redator de A Ordem, pondera que

Nasceu a idéia feminista nos grandes centros, amparada pelas de maior destaque e das altas sociedades se, porem, passar os olhos para a “pequena” e **humilde periferia**. Já è um grande **defeito!** Aqui, os sentimentos são tão diversos, os modos de pensar são tão outros, que o arraigado direito do lar domestico ainda não conseguiu abraçar a politica. Ademais, a ignorancia sobre a materia politica ainda não teve forças para diminuir o tempo dos **folheamentos dos figurinos**, das criticas sobre a móda, das prolongadas “toilettes” e **quejandas vaidades**. É verdade que em algumas capitais existem mulheres que se preocupam com o movimento politico, que já se aclimataram a ter opiniões e pontos de vista sobre problemas economico-financeiros, sobre fórmãs de governos, sobre presidencialismo, parlamentarismo, socialismo, comunismo, mas, aqui no interior, quasi que não se tira porcentagem das mulheres que, mesmo por “diletantismo”, se preocupem com taes assuntos.

Enfim, é fácil depreender as preocupações inseridas no texto com relação à região, que define a si própria como uma *humilde periferia*, aonde as tais ideias feministas já chegariam impregnadas por pelo menos um *grande defeito*. Em Cachoeira, a exemplo das demais localidades interioranas, as mulheres seriam inevitavelmente alienadas, *ignorantes* dos temas políticos e interessadas apenas em folhear figurinos, acompanhar os ditames da moda, fazer seus longos

toaletes e cultivar a vaidade. Portanto, o redator sente-se muito confortável para aconselhar que as senhoras locais sequer se ocupassem do assunto, vez que ideias como o feminismo ali não vingariam, nem por *diletantismo*. No final da matéria, condescendente, ele ainda oferece novo conselho:

“Emfim conseguiram o direito de votar, pois bem votem, mas votem com a consciencia pura, firme e altiva procurando sempre, com os olhos fitos no porvir, o engrandecimento da Patria, o soerguimento do Brasil!” (CARNEIRO, 1933, p.1).

A este respeito, a própria trajetória d’A Grinalda é muito ilustrativa do papel exercido pela imprensa junto às pequenas comunidades do Recôncavo, tanto naquele período quanto mesmo em época mais recente. O semanário começou a circular em março de 1869 com propósitos exclusivamente literários e, mais, inteiramente dedicado ao público feminino, conforme garantia seu redator. Em pouco tempo, contudo, enfrentou sérias dificuldades de ordem financeira e passou a circular irregularmente, sempre reclamando mais apoio por parte dos seus assinantes. Já na edição de 22 de novembro (A GRINALDA, 1869, p.1) anunciava:

Eis-nos hoje, reformando o nosso programa... Eis-nos hoje, qual nàu que sulcando escarvadas ondas, e em meio de tempestuosas lufadas de vento, busca um (**termo ilegível**) - porto amigo, ou perdição... Eis-nos hoje, finalmente, envolvidos n’esse torvelinho immenso que se chama politica... n’esse **lodaçal** de vícios e miserias... Daremos lugar em nossas columnas à uma parte politica, porém à uma politica esclarecida que elevando os **bons actos** do governo de nosso paiz, também **castigue** rigorosamente os seus desmandos, as suas arbitra-

riedades. Teremos sempre em vista **advertir** o povo, e pedir-lhes-hermos seu applauso ou seu anathema, para aquelle que o merecer.

De fato, da proclamada missão literária, havia restado apenas o estilo rebuscado e pretensioso, comum à época. Rendido à conjuntura, o periódico cede à cobertura política, que enquanto atividade humana é mesmo um *lodaçal de vícios e misérias*, mas que ele próprio pretende – embora sequer se preocupe em esclarecer como conseguiria, ou seja, a partir de quais preceitos, práticas e orientações – exercer de maneira *esclarecida* (aqui, o sentido de “esclarecido” soa muito mais como uma forma arrogante de fazer melhor, com mais inteligência e preparo, do que propriamente transparente ou às claras). Dá uma dica, neste sentido, quando fala em elogiar (ou destacar, já que usa o verbo elevar) os *bons atos* do Governo, mas logo remete ao papel fiscalizador (e igualmente julgador) da imprensa, comprometendo-se a *castigar* os desmandos e *advertir* o povo contra as arbitrariedades dos governantes.

O fato é que não são raros os registros de jornais advogando em causa própria, como fez A Formiga, a fim de defender seu ponto de vista sobre o apoio do Governo baiano à empresa Paraguassu, ligada ao capital inglês e concessionária dos serviços de abertura de estradas no Recôncavo, quando escreveu:

O actual governo, dubio sempre para as grandes e elevadas couzas, não comprehende ou não vê o mal que faz aos **interesses da provincia**, interesses por elle muitas vezes sacrificados. O governo tem o **dever** restricto de zelar melhor os **interesses da companhia** Paraguassú; por que, alem de tudo é a provincia o seu primeiro accionista (A FORMIGA, 1871, p.1).

Partindo de um paradigma que estabelece desde logo o que não compreende ou não vê o Governo, o discurso confunde intencionalmente os interesses da província (sem contudo esclarecer de qual parte da província estava tratando, se de suas lideranças, sua elite, sua pequena burguesia comercial ou sua população, grande parte dela ainda obrigada ao trabalho escravo) com os interesses da companhia (esta sim, bem definida entre seus acionistas legais). Para logo deixar bem claro qual deveria ser o *dever*, a obrigação do Governo junto à questão.

Outro bom exemplo ainda mais evidente está na *denúncia*, no mínimo eloquente, apresentada por A Ordem na matéria intitulada *É digno de providencia* (1877, p.2), que pode ter sido escrita até mesmo pelo próprio José Ramiro das Chagas, seu fundador e principal redator:

Hontem chegou á casa um filho do proprietario d'esta folha, com as mãos bastante inflamadas de palmatoadas que recebera do seu professor, o que ora substitue na aula publica do largo d'Ajuda, ao Sr. Jonathas Moscozo, pela licença, em cujo goso se acha. Incontinenti conduziu-se a creança, que conta 7 para 8 annos de idade, ao Sr. delegado da instrucção publica, afim de providenciar a respeito de tão insolito procedimento de tal professor; mas aquelle não foi encontrado; e para evitar ao impeto da colera, resolveu o referido pae retirar d'aquella aula, não só o offendido, mas tambem outro filho, que juntamente a frequentava, para que lhes seja ministrado o ensino por outro professor menos genioso do que o substituto do digno Sr. Moscozo. Dando esta justa noticia, imploramos do Sr. competente providencias, para que innocentes creanças, não continuem sujeitas á malevolencia de professores que timbram de insolentes.

O tal professor substituto, depois identificado como Malachias Ferreira de Castro, procurou o jornal rival *Echo Popular* a fim de apresentar sua defesa pública, o que terminou motivando nada menos que um editorial de primeira página na edição seguinte d'A Ordem, que ratificou as acusações e acrescentou novos detalhes ao episódio. Como, por exemplo, a polêmica que havia surgido em torno da quantidade de palmadas sofridas pelo garoto, vez que, enquanto o redator ironizava a defesa apresentada, o educador seguia alegando que foram *apenas* dois bolos corretivos. Este tipo de troca de farpas e acusações pessoais, ou entre jornais concorrentes, era bastante comum na época.

Mas a imprensa local nunca abandonou o tradicional apelo às *virtudes cívicas* do cachoeirano, como no artigo do Pequeno Jornal assinado por Pedro J. Dantas (1930, p. 1), que assegura:

Seus representantes, desde os mais humildes até os mais elevados, sentem nalma o calor do civismo; sabem prezar o lugar em que abriram os olhos à luz da existência; (...) procuram, antes, a todo o transe, honrar e encomiar o berço natal, salientando suas grandezas, bem como os serviços relevantes da **política dominadora**.

Ou seja, o cidadão, mesmo o mais humilde, deve saber honrar sua terra e reconhecer e obedecer a *relevante* dominação da classe política local, o que é transmitido como fato absolutamente natural e inevitável. A existência de uma elite política que domina as ações de uma comunidade e deve por ela ser obedecida seria algo dado, imutável, absolutamente normal e fora de contestação. E completa seu artigo comemorando que “a Cachoeira, neste ponto, é bem feliz” (DANTAS, 1930, p.1), vez que sabe reverenciar os seus heróis e tem consciência da *superioridade moral* dos seus filhos dedicados. Sobre

a sociedade cachoeirana, o articulista José Mascarenhas (1943, p.1) também proclama que

o brasileiro toda vês que, se lhe oferece oportunidade para demonstrar que as suas **virtudes cívicas** e o seu **patriotismo**, o faz sem palhaçadas exibitorias e nem tão pouco se preocupa com demonstrações fanfarrônicas próprias de um pôvo (sic) que, aparenta liberdade, quando vive, na realidade sob o jugo do chicote.

Em resumo, assegura o redator que o povo não precisa deixar de ser humilde para continuar valente e patriota. Na verdade, Mascarenhas (1943, p.1) tinha como objetivo anunciado lembrar os festejos pela data de 25 de junho<sup>25</sup>, afirmando que

“estas festas se excederam nas suas demonstrações de civismo e de patriotismo por parte do povo e da Comissão responsável pelo êxito das grandes festividades e honra à data acima referida”.

Para ele, seria

“por causa do desejo incontido do pôvo cachoeirano em demonstrar aos quinta-colunistas, uns traidores que, a Cachoeira continúa vigilante e pronta para qualquer eventualidade do presente como fez nas necessidades do passado” (MASCARENHAS, 1943, p.1).

Numa referência à II Guerra Mundial, na qual o Brasil então acabara de envolver-se, prossegue:

Nenhum estrangeiro invasor, nenhum traidor nacional, conseguirá arrancar das mãos e dos corações dos brasileiros dignos todo este

<sup>25</sup> Início da campanha vitoriosa contra os portugueses, que culminaria com o Dois de Julho

passado grande e bonito de nossa Pátria, para entrega-lo á sua furia de desalmados e aos seus apetites de bestiais; sobre nenhuma condição, nem que seja necessario se extinguir até o último dos brasileiros que, têm sangue de cablclo, por que os brasileiros “arianos” não estarão com o Brasil, e da primeira assertiva nenhuma duvida se tenha porque os exemplos aí estão falando como documentos que, não se extinguirão (MASCARENHAS, 1943, p.1).

Para concluir, da série de discursos cujo objetivo principal é demarcar e deixar claro *o lugar de cada um*, merece destaque esta matéria também publicada no Pequeno Jornal sob o título *13 de Maio* (1946, p.2):

Este ano houve em todos os setôres da vida, dúvidas a respeito á lei 13 de maio. Foi um verdadeiro pensar. Uns, diziam patrioticamente que a data 13 de maio não deixaria de ser feriado e outros, diziam o contrario e, assim, se foi um dia tradicional. Cachoeira deixou passar entre os disparates, a grande Ocasião, atendendo os sem alma e sênso pátrio. Os “modernistas”, os insenzatos enfim; foram maioria subjugando com a ignorância u’a minoria fraca mas briosa, e, por esta razão, não houve manifestações condignas á grande Data.

Visivelmente preocupado com a tradição, o redator introduz um termo ainda não muito frequente na retórica de então: *modernistas*, ao qual atribui sentido irônico e pejorativo, logo devidamente remetido àqueles sem senso patriótico e que, todavia, lograram ser maioria para a aprovação de mais um disparate.

## Baianidade

A tendência majoritária nos estudos acadêmicos situa os primórdios da atual ideia de baianidade entre as décadas de 1930 e

1940, período em que surgem, por exemplo, as músicas de Dorival Caymmi, disseminadas por um rádio que se consolidava como o mais poderoso instrumento de mídia no Brasil, bem como o sucesso de romances como *Jubiabá*, de Jorge Amado, e a performance de Carmem Miranda nas telas do cinema com o filme *Banana da Terra*, que consagrou a música *O que é que a baiana tem*, do próprio Caymmi. Pois é justamente neste período que vou encerrando a minha própria pesquisa, que logrou encontrar e resgatar indícios bastante eloquentes de sua gênese já em jornais do Século XIX.

De fato, lá estão numerosos exemplos de construções que já apontavam na direção de estereótipos, como o mulato pachola<sup>26</sup> e sem noção do seu devido lugar, ora por ser considerado boçal e falador, ora por sua pretensa malandragem; ou ainda a morena sensual; o baiano preguiçoso e festeiro. A imagem deste mulato mítico está já incluída como exemplo do pensamento popular baiano em colunas como a já citada *Adagiário brasileiro*, assinada por Augusto de Azerêdo (1933a, p.1), que afirma:

“Em Cachoeira, filho de mulato quando tem de ser burro, nasce morto”.

Ou ainda:

“Negros, mantel-os depois vendel-os; mulatos crial-os, depois matal-os” (AZERÊDO, 1933b, p.1).

Na esteira deste mesmo pensamento há narrativas como *Chico da Gazeta* (MARQUES, 1943b, p.4), publicado no Pequeno Jornal, que inicia direto ao assunto:

<sup>26</sup> Há, ainda, um termo bem próprio do Recôncavo para designar o tipo: trata-se do mulato *desassuntado*.

Mulato, forte e moço, eis em linhas ligeiras **os traços marcantes** de *Chico da Gazeta* - o tipo de rua, amante por excelência da “brinquinha” que o empurrou no tumulto, corroendo em organismo, que soube, resistir ao sol, à chuva e aos máus tratos policiais, quando os máus fados o fizeram muitas vezes para no xadrês, depois de resistir com bravura, às vozes de prisão que recebia, toda vez que os “vapores” sobiam lhe á cabeça e lhe tiravam o juízo.

O autor deixa claro, desde o início, quais as características ou traços marcantes lhe interessa na construção do seu personagem: tipo de rua, alcoólatra, com problemas com a lei, mas desde logo mulato, embora forte e moço. Ele segue descrevendo as aventuras e desventuras de Chico, que trabalhava ora com a venda de jornais – daí o apelido – ora como pescador ou propagandista de casas comerciais. Somente estas atividades já indicam uma pessoa bastante ativa e inteligente, versátil e provavelmente simpática, carismática. O texto revela, então, um lado devoto do personagem, que participava todo ano como voluntário na coleta de recursos e organização dos festejos de São Roque, tradicional na Cidade.

Por fim, mostra que o problema de Chico era, mesmo, com a bebida, que o tirava do sério e o tornava violento. Narra a sua doença, sofrimento e morte, concluindo que ele

“cumpriu o seu destino e hoje jaz sepultado na *Terra das Flores* como denominava a velha Cachoeira, toda vez que o espírito dos alambiques se apoderava do seu corpo e o transformava num ‘aparelho’ rebelde à ordem e à disciplina” (MARQUES, 1943b, p.4).

Em outras matérias do gênero, este mesmo redator – que assinava Artur Marques – relata várias histórias de tipos humanos em conflitos pitorescos ocorridos no Recôncavo Baiano, mas em geral

não descreve a cor de cada personagem, exceto quando ele é negro ou mulato, todos invariavelmente ligados a temas como bebidas, brigas, preguiça, vagabundagem e delitos variados. Ainda que a intenção – como foi no caso do texto para Chico da Gazeta – não seja necessariamente denegri-los. A questão étnica, ou seja, diferenciar alguns indivíduos apenas quando sua pele é mais escura, parece subjacente, automática.

Outro exemplo do mesmo autor aparece no texto “*Trabalho mal feito*” (MARQUES, 1943c, p.4), onde começa descrevendo as atribuições que os fiéis dedicam aos diversos santos da Igreja Católica e fixa-se no Santo Antônio, enquanto *patrono das uniões conjugais*. Descreve, então, o costume de retirar a imagem do Menino Jesus dos braços do padroeiro até que o pedido da moça seja atendido. E narra mais um caso, que desta vez teria sido protagonizado por uma jovem carioca que tivera o noivado interrompido por iniciativa do noivo:

Quinze dias depois, querendo fazer as pazes foi surpreendida por uma recusa formal. Foi então a jovem à Igreja da Rua dos Inválidos e de lá furtou a pequena imagem. Agiu a moça, no sentido de reatar o laço que prendia o noivo ao seu coração. Nada mais queria, do que o seu “moreno”, que de uma hora para outra, provavelmente dera os olhos noutra “morena” mais interessante (MARQUES, 1943c, p.4).

Notar as aspas que destacam a referência aos *morenos*, aqui envolvidos em pequenos furtos e olhares furtivos, com quebras de compromissos e certa volubilidade, bastante inadequada sobretudo para a época. Ou seja, motivando e conduzindo a narrativa principal, surge a figura da morena sedutora, aquela capaz de desorientar os olhares do noivo já comprometido, desviando-o do caminho que o levava ao altar.

Empenhado em campanha antilusitana, o Jornal da Cachoeira publicou artigo intitulado *Ao público* (1857, p.3), em estilo feroz e utilizando expressões bastante fortes como:

O portuguez é um ente disprizível (sic) e abjecto em face do mundo civilisado; se a Inglaterra, França e Hespanha se lembrão da (**termo ilegível**) ella esta escoria da Europa – Portugal barbaro egoista e material já mais devia representar um papel por mais ridiculo e insignificante que fosse no numero das Nações civilisadas; ei-lo pois decrepito e caduco lá n’um canto da Europa esmolando do Brasil o pão para seu alimento Desgraçado Portugal!!

Para além de identificar-se em um contexto de afirmação da identidade nacional e de combate fervoroso contra aqueles associados ao colonialismo e à monarquia ainda vigente, o texto segue desqualificando e demarcando claramente os defeitos e as mazelas do outro, para afinal apresentar um contraponto:

“Esquecidos já do que forão estes bestio repaces alcunhão os brasileiros de indolentes e preguiçosos; arrogão-se de fidalgos, vão a Portugal temporariamente repartir com o papá meia duzia de patacos” (AO PUBLICO, 1857, p.3).

Pouco tempo mais tarde, um igualmente inspirado editorial de A Ordem, sob o título *Progrebior* (1900, p.1), brada contra o que seria já um grave problema nacional:

Continuam os braços robustos e sadios a **furtar-se ao trabalho**, e os campos, que poderiam ser cultivados, jazam improductivos, lembrando a monotonia de vasto cemiterio, onde as folhas esguias dos cyprestes vergam doces ao perpassar do vento agoureiro. Ao passo

que isso se dá, povoam-se de ociosos as tabernas, onde o copo da cachaça anda de mão em mão, desde o alvorecer do dia até alta hora da noite. O ocio produz estas **aberrações da natureza!** A ninguém entre nós tem preocupado até hoje esta **mania** do homem que, evitando o trabalho, se refugia no canto escuro da taberna.

Apesar da pretensiosamente literária introdução procurar imprimir um clima um tanto quanto gótico ao cenário, o diagnóstico do problema é bem mais prosaico e direto, vez que se trata mesmo de uma habitual preguiça do povo, que embora robusto e sadio, não deixava de *furtar-se ao trabalho*. Contudo, o problema seria ainda mais grave, pois em lugar de cultivar os campos, estas *aberrações da natureza* (que teriam sido produzidas pelo ócio) estariam a *povoar* as tabernas (os bares), copo de cachaça de *mão em mão*.

Para o redator, tal desvio deriva simplesmente de uma *mania*, ou seja, de um comportamento que se adquire e que poderia, se houvesse vontade e determinação (governamental? da sociedade baiana como um todo?) ser corrigido. Pensando nisso, ele passa então a descrever os esforços feitos pelos países da Europa no sentido de combater e vencer o problema, alertando para o perigo de

“o alcoolismo estabelecer os seus arraiaes entre uma classe **já dominada** pelo miseravel vicio da **ociosidade** e da **indolencia**” (PROGREDIOR, 1900, p.1).

A mobilização seria, portanto, para combater o apego ao álcool, pois já estaria perdida a batalha contra o *ócio* e a *indolência*: a classe (do trabalhador baiano) já estaria *dominada*.

O tema é retomado em outro texto onde o redator, empenhado em defender o jovem regime republicano dos argumentos de monarquistas nostálgicos que em breve iria enfrentar nas urnas,

parece preocupado com a aparente indiferença dos eleitores em relação ao pleito ou mesmo às propostas da sua corrente política, pois questiona:

Um povo que cita tradições, incapaz de continuar as conquistas de seus antepassados, que assiste indiferente o sacrificio de todas as suas riquezas naturais, que **se algumas vezes trabalha** (pois constantemente vive na **ociosidade** - “demonio lethargico da apathia”, na phrase de Carlyle) é somente para manter a subsistencia animal, sem pensar no progresso, sem cuidar de sua cultura espiritual, este povo, com taes predicados, puramente rudimentares, que classificação pode ter? Um povo de imitadores, infeliz até na compra de seus rotulos, mas que imita sómente os desvarios alheios, que deixa galgado no apanagio de sua administração pelos idiotas felizes e pelos “oportunistas da inconsequancia”, não será um povo rudimentar? (QUAL o candidato do povo?, 1901, p.1)

Mais um artigo publicado n’A Ordem, desta vez enaltecendo a data de independência nacional, tem como título *7 de Setembro* (1900, p.1) e conclama os leitores ao patriotismo, embora a certa altura comece a lamentar que

infelizmente a **indole** pouco affanosa e **pouco empreendedora** dos nossos compatriotas tem feito a Patria oscillar, ora na região escabrosa das mais complexas vicissitudes, na mais pôdre calma e completa estagnação, às vezes em explosões incandescentes, ephemeras e transitorias, de nenhum resultado benefico.

Em estilo bastante confuso, o redator parte da pura exaltação ao civismo, ordinária e frequente neste tipo de matéria, mas com o

objetivo definido de imputar uma imagem de lassidão e preguiça à índole dos nossos compatriotas. Neste sentido, sua opinião parece já formada a respeito, o problema é que acaba se perdendo em parábolas que mais se anulam do que contradizem, entre vicissitudes complexas, calmaire podre, estagnação completa e explosões ao mesmo tempo incandescentes e efêmeras... Pior ainda, em nenhuma outra parte da argumentação ele se preocupa em explicar, justificar ou exemplificar aquilo a que se refere. Mas prossegue:

Poucas nações têm, como o Brasil, a **volubilidade** tão accentuada e, pôde-se dizer, **permanente**, em suas crenças, não sabemos si pela carencia de confiança, que depositam seus filhos nas instituições juradas, ou na firmeza dos principios sociaes (7 de SETEMBRO, 1900, p.1).

Aí temos mais uma contradição, evidente na *volubilidade permanente*, remetendo a novo preceito atribuído ao caráter do baiano: sua falta de confiança – e conseqüentemente de respeito – para com as instituições ou os princípios sociais. A propósito, merece atenção matéria do Jornal da Cachoeira que descreve e condena de forma veemente o comportamento de alguns moradores locais durante os cultos religiosos. Após lembrar os deveres do bom católico, o texto decreta:

A irreverencia nos templos é pois um crime gravissimo e que desgraçadamente é comum ainda na actual geração **victima do philosophismo**, mal comprehendido pela ignorancia e pela libertinagem, que levarão ao templo o desacato e o escandalo. É verdade que parte esta desgraça é devida aos **festeiros das irmandades**, que nos actos mais respeitaveis das ceremonias religiosas introduzirão burlescas extravagancias e pouco a pouco forão convertendo a casa da oração em theatro, chegando a profanação ao ponto de bater-se moedas duran-

te o Augusto Sacrificio, sobre uma banca em trocas de **registros!** (A IRREVERENCIA nos templos, 1857, p.2-3).

Embora inicie sua argumentação atribuindo os motivos do *crime* em parte à juventude naturalmente influenciada pelo que chama de *filosofismo* (o que na melhor das hipóteses deve ser traduzido como o conhecimento incompetente ou inadequado da filosofia), logo chega aos integrantes das irmandades, os *festeiros*, grupo que sempre teve forte presença em Cachoeira, sobretudo na busca organizada pelos direitos do povo negro, como fica evidente na referência à tal banca para troca de registros. Somente isso já explicita os motivos da condenação elaborada pelo autor da matéria. Mas ele, por fim, se dedica à censura direta e aberta ao tipo de atitude que considera condenável, quando arremata:

O que se observa porém? Ausencia completa de modestia, posturas e maneiras escandalosas, conversações, risadas, namoros, etc. Uma musica astrondosa e sensual acompanhada de zabumba, pratos, clarins, etc. executa as (**termo ilegível**) theatraes e acompanha as arias e duetos das operas lyricas, sob as quaes se tem adaptado as palavras latinas (A IRREVERENCIA nos templos, 1857, p.2-3).

Assim, como nem sempre ser *festeiro* teve conotação positiva para descrever o baiano, a alegria e a descontração, então demonstradas pelos fiéis nas igrejas, são associadas à falta de decoro, ao tempo em que os instrumentos e estilos musicais mais populares tornam-se sinônimo de desrespeito e desacato às normas religiosas. Tais atitudes de preconceito, de condenação pública e até mesmo de perseguição, vão permanecer por muito tempo, sobretudo em relação às manifestações culturais mais ligadas ao universo de matriz africana, como o candomblé, a capoeira, o samba de roda, a baiana do acarajé ou as lavagens de igreja, sobre as quais já se tem referências pelo menos desde meados do Século XIX.



## SER BAIANO

Ao optar pela imprensa do interior, busquei evidenciar que, na essência do seu discurso, os periódicos impressos da mais importante cidade do Recôncavo da Bahia se nutriram desde o início dos pressupostos de matriz liberal, que engendraram a imprensa ocidental, traçando sua trajetória ao longo dos Séculos XIX e XX assentados sobre as mesmas bases ideológicas do pensamento moderno burguês predominante entre os grandes conglomerados da mídia mundial. Que, de igual modo, lastrearam a construção de uma série de estigmas e estratégias, narrativas que têm como objetivo principal estabelecer, designar e legitimar uma pretensa *ordem natural e universal das coisas*, onde cada um tem seu papel e sua identidade, o povo e seus governantes, a imprensa e os políticos, a Nação e a Região, demarcando inclusive o que é e como deve se comportar – por exemplo – o baiano.

Não se trata, contudo, de apenas interpretar este conjunto de matérias retiradas da imprensa regional, mas é fundamental considerar, sobretudo, o contexto em que ele foi produzido e consumido, levando em consideração a situação de quem o escrevia e daqueles que o liam, buscando assim o sentido oculto nas entrelinhas ou apenas insinuado de forma indireta. O objetivo foi levantar, na trajetória destes periódicos, as principais influências à construção simbólica que permeia aquilo que está escrito, inspirando e orientando a formação da identidade baiana e, principalmente, do Recôncavo.

Para tanto, levando em conta as condições históricas e a conjuntura social e política em que tal discurso foi gerado, quais os interesses pessoais ou institucionais estas construções defendiam, quais estruturas narrativas e artifícios de linguagem puderam ser ou efetivamente foram utilizados e com que intenção. Com tais considera-

ções em mente, estas trocas simbólicas podem ser, então, *reinterpretadas* conforme suas estruturas mais efetivas de significação, ou seja, explicitando as conexões entre o sentido proposto pelo discurso em si e as relações de dominação e subordinação estabelecidas e sustentadas por uma ideologia prévia.

Assim, foi possível apurar que mesmo atuando fora da capital, mais afastados das grandes decisões políticas e dispondo evidentemente de uma menor estrutura, aporte tecnológico e capital para administrar ou investir no próprio negócio, vários destes jornais pesquisados dispunham de tipografias próprias, ou não tinham muita dificuldade em alugar uma, para imprimir seus exemplares. Assim, conseguiam reunir – ao menos por um tempo – um número suficiente de assinantes e patrocinadores dispostos a sustentar a causa em torno da qual o periódico se mobilizava, pois, como é fácil constatar, a imprensa desse período era movida principalmente por interesses políticos, ideológicos e frequentemente partidários.

Esta pesquisa também constatou que um dos artifícios mais eficientes de que os pequenos jornais do Recôncavo lançavam mão para contornar suas limitações técnicas e logísticas era a reprodução – e quando necessário tradução – de notas, notícias e artigos publicados em outros jornais da Bahia, do Brasil e mesmo do exterior, principalmente França, Inglaterra e Portugal.

Os redatores, todavia, sempre informavam a fonte original da notícia e conseguiam contornar a defasagem de tempo entre o fato e a publicação do relato, que nesta época podia chegar a meses, acrescentando comentários e análises que contextualizavam e atualizavam o texto. Na verdade, a imprensa regional não apenas reproduzia este material de outros jornais, mas *dialogava* com as ideias e estigmas nele embutidos, às vezes se opondo ou contradizendo, sobretudo em questões de mera política partidária, mas em geral reverberando,

amplificando, fortalecendo, justificando, legitimando e tornando *naturais* e universais as representações e a ideologia que lhe sustentava o discurso geral.

Portanto, este trabalho demonstra claramente como foram construídas, através das páginas dos mais importantes periódicos cachoeiranos de um período bastante extenso que vai do ano de 1832 até 1946, arquétipos e estereótipos como do povo festivo, porém preguiçoso e carente de um líder, fruto de uma mestiçagem que inclui ainda a morena sedutora e o *mulato* pachola. Todos enredados em um rol de referências, estigmas e preconceitos que mais tarde seriam fartamente utilizados tanto pelas narrativas literárias e musicais – como os romances de Jorge Amado e os sucessos radiofônicos de Dorival Caymmi – quanto pelos personagens de humor, do cinema e da televisão, com a intenção de vender produtos, apelos turísticos ou mesmo manipulações de cunho político-populistas os mais diversos.

Claro, a linguagem, a técnica e a motivação para fazer jornal tem variado e evoluído bastante desde o início beletrista, rebuscado, tribunistas e amador – quando estes periódicos não raro eram produzidos, editados e administrados pela mesma pessoa, provavelmente algum advogado, funcionário público ou padre com formação intelectual de inspiração europeia e erudita, que vendeu, alugou ou mesmo doou sua pena a alguma causa pela qual estava disposto a morrer, embora em geral fossem também motivados por questões como dinheiro e poder. Na imprensa interiorana, sobretudo, é preciso acrescentar que as contendas chegavam a assumir uma dimensão de mais intensa rivalidade pessoal ou familiar, acima, inclusive, das partidárias ou doutrinárias, em busca de maior vantagem política, econômica ou de prestígio social.

Esta imprensa nacional e nacionalista passou rapidamente por um período forjado em meio a dificuldades, oposições, censuras e golpes os mais variados. Desde o histórico desinteresse dos governantes locais para quaisquer atividades ligadas às letras, principalmente quando se trata de garantir o acesso à educação por parte das classes menos favorecidas, bem como um regime econômico concentrador de rendas que tem mantido toda a riqueza do País nas mãos de uns poucos privilegiados.

O que redundava em um ambiente social composto basicamente por iletrados sem poder aquisitivo, ou seja, gente que não tem interesse em ler (sequer jornal) e, ademais, não tem dinheiro para comprar os produtos que, assim, poderiam ser anunciados em propagandas nas páginas destes mesmos jornais. Não só em Cachoeira como em praticamente todo o Brasil, isto faz com que a imprensa seja um instrumento produzido por uma elite intelectual e política, escrevendo majoritariamente para a própria elite, senão ao menos para cidadãos que sejam alfabetizados e tenham algum poder aquisitivo.

Mesmo enfrentando diversas dificuldades, alguns poucos títulos conseguiram tornar-se empresa, profissionalizar suas relações trabalhistas e funcionais, estabelecer processos industriais, comerciais e de serviços com o mercado. Enfim, consolidar-se como atividade produtiva, alcançando certa maturidade. E, no entanto, permaneceu elitista em um país de analfabetos, ainda disposta à defesa de igual *ordem* e semelhante *progresso* que orientaram seus avós pioneiros, sempre proclamando a si própria defensora de uma suposta liberdade de imprensa – que por vezes pode muito bem ser identificada como *liberdade de empresa* – e de alguns princípios similarmente liberais, como os direitos à propriedade (inclusive intelectual), à iniciativa privada, ao voto representativo, à soberania nacional e aos

sigilos individuais de toda ordem. Não por acaso, são princípios que soam e se anunciam universais e atemporais.

De fato, estão presentes na imprensa cachoeirana de todo o período pesquisado as mesmas construções elaboradas em torno das noções de civismo e de patriotismo, que falam de um sentimento de nacional como algo a ser buscado e conquistado pelo cidadão comum, mas consciente de suas responsabilidades, a partir de um apelo ao coletivo e ao estabelecimento de ordem.

Para tanto, lança mão de uma ideia de nação, enquanto organismo onde cada um tem a sua função e colabora para o sucesso do todo. Mais ainda, esse tipo de discurso tem a deliberada intenção de induzir seus leitores à conclusão de que cada uma das diversas nacionalidades existentes – inclusive nós próprios, enquanto brasileiros, formados pela soma e mistura de algumas delas – é dotada de um conjunto bem específico de atributos que determinam, com uma inevitabilidade biológica, o próprio caráter, o jeito de ser de cada um. Tal estratégia narrativa pretende, desta forma, impor a impressão de que cada nação também teria um papel próprio, deste ou daquele modo de ser, no jogo das interações humanas e na condução da história da humanidade.

No reforço destas construções, todavia, os autores de tais discursos não incluem análises de contextos históricos ou de conjunturas socioeconômicas e culturais. Eles não se importam com as interações e contradições concretas de classes sociais ou o jogo político em suas articulações e negociações de poder, mas apenas com os apelos mais simples à devoção, ao civismo, ao nacionalismo, ao patriotismo, à cidadania. A ideia a ser vendida através destes jornais é de que as coisas são assim *naturalmente*, ou seja, as pessoas e as nações nascem da forma como lhes determina o destino e são apresentadas

em seus artigos e matérias. E ponto final, sem espaço para reflexões, aprofundamentos ou contradições.

Outra imagem bastante recorrente nas páginas da imprensa diz respeito ao progresso, que é entendido como um movimento de avanço e descoberta no campo científico e do uso do seu aparato tecnológico decorrente. Neste sentido, desenvolvimento é também explicado como o uso deste conhecimento científico e de sua tecnologia. Trata-se de uma ideia de desenvolvimento que seria universal e aplicável a toda a humanidade, livre de quaisquer contaminações de ordem mercadológica, política ou ideológica. Enfim, um parâmetro a ser observado e desejado. Um desenvolvimento linear, que partiria de uma espécie de natureza bruta e primitiva, a ser conquistada, domada e orientada em direção à capacidade industrial de acumular bens e capitais. Algo que, para esta imprensa, estaria levando inevitavelmente a humanidade, degrau a degrau, de um período de trevas e ignorância a um futuro brilhante e radioso, ao menos em potencial.

Este mesmo discurso, todavia, fazia questão de deixar bem claro que todos os males do País residem na política e nas pessoas que dela se ocupam, ou seja, os políticos. Pois, abundantes e eloquentes são as referências no discurso destes jornais aos políticos corruptos, como se fossem criaturas diferenciadas e que, entre outras características intrínsecas obrigatórias, teriam o arraigado costume de manipular a verdade em benefício próprio. O que ressalta a contradição e a ostensiva manipulação de sentidos e representações, neste caso, é o fato de que jornais da época em geral faziam questão de expor claramente a sua matriz ideológica, sua posição partidária, sua cartilha política, às vezes explicitando isto nos próprios títulos. A exemplo d'O Independente Constitucional, o Constitucional Cachoeirano ou O Republicano.

Assim, escondendo ou omitindo a condição de serem, eles próprios, agentes ativos na arena política e na disputa pelo poder – com frequência até ocupando mandatos eletivos ou cargos governamentais – os responsáveis por estes periódicos defendiam e divulgavam a qualquer oportunidade que surgia para atacar um desafeto ou opositor a tese de que os políticos mentem, dissimulam e agem com desonestidade, numa generalização insistente cujo objetivo era tornar naturais, como se inevitáveis, estes seus desvios de conduta. Jamais deixavam claro, contudo, que em verdade estavam se referindo aos políticos do grupo contrário ao seu próprio, usando o veículo como uma tribuna na defesa dos seus interesses. Contudo, ainda que raramente, é possível encontrar nestes jornais referência a um ou outro homem digno e elogiável, no cenário local ou nacional, ocasião em que esquecem a própria construção de que todo político seria *assim mesmo* e ninguém poderia fazer nada a respeito.

Este tipo de artifício tem o objetivo claro de naturalizar a ideia de que a atividade política é algo degradante, vil por natureza e, portanto, para ser exercida exclusivamente por corruptos e desonestos. Ao cidadão comum e probo, portanto, nada restaria fazer, a não ser a obrigação de procurar suportar, mantendo-se o mais distante possível deste tipo de situação. Sim, porque mais uma vez estes mesmos homens de imprensa se deparam com o contraditório desafio de louvar e defender o regime democrático, representativo, lembrando ao eleitor o direito (que muitas vezes também precisa ser apontado como um dever) ao voto, a indicar como representante justamente um destes seres políticos, que então já permitem uma ou outra exceção e que eles, evidentemente, não se furtam a nominar e propagandear. Nestes momentos especiais, não se fala mais no *zé povo*, rotineiramente descrito como um sujeito inepto, fraco, pobre, indefeso

e sem iniciativa. O discurso dos jornais muda, porque ele agora deve ser tratado como um eleitor, aquele que decide os destinos da Nação.

A estratégia narrativa muda completamente de tom quando se trata da imagem da própria imprensa. Autorreferente por natureza, os veículos da época e seus principais protagonistas – em geral apresentados como *destemidos* e *abnegados* defensores de uma causa em prol do bem comum – estão quase sempre associados a algum interesse maior, empenhados na difusão, defesa e consolidação de ideais como o nacionalismo e o civismo, seja para legitimar um regime imperial ou monárquico constitucional, seja republicano ou democrático, o que depende da conjuntura política e do momento. Mas, de um modo geral, eles estavam sempre se posicionando como defensores irredutíveis deste nacional e do seu patriotismo, da ordem e do progresso, das ideias de Brasil e de Bahia.

Outra contradição que é necessário apontar, neste sentido, é que esta mesma imprensa fazia questão de ser identificada como uma instituição acima das pequenas discussões políticas e dos embates locais, inclusive das preocupações meramente comerciais. Seus editoriais ou mesmo artigos e matérias de natureza política defendiam que ela devia ser aceita, sem questionamentos, como legítimo instrumento de fiscalização e moralização das ações da sociedade, da qual é a mais autêntica porta-voz. E que, portanto, reivindicava ser reconhecida como um quarto poder, a ser observado e respeitado, embora também não abra mão de defender, difundir e sustentar seus próprios pressupostos ideológicos.

Imbuídos com tal autoridade, estes jornais passam a construir a sua própria ideia de Brasil, que descrevem desde cedo como um *gigante pela própria natureza*, país do futuro e de inesgotáveis riquezas, mas desafortunadamente refém de uma elite de governantes quase sempre incapaz e desonesta, que subjuga ao seu povo alegre, ordeiro

e hospitaleiro, embora fraco, desnutrido, ignorante e sem educação. Inúmeras são as referências nestes jornais cachoeiranos ao povo humilde e carente de uma liderança, que ora a explorava e ora a guiava e protegia. Pois sempre que um destes periódicos – evidentemente um órgão de oposição – queria atingir ao Governo, apelava para um argumento que tinha como alvo principal a autoestima popular ou da Nação.

Assim, foi sendo intencionalmente construída uma noção de caráter nacional que inclui governantes e políticos inevitavelmente desonestos e corruptos, mas também uma classe trabalhadora inep-ta, sem iniciativa. Por vezes, quando necessário, principalmente em ocasiões festivas ou marcos cívicos destinados a lembrar ou reverenciar correligionários, seus redatores se referiam a um povo festeiro e alegre, mas quando a intenção era atingir algum dos seus governantes, partido ou facção política no poder, eles sempre davam um jeito de insinuar que esta gente (a mesma que elegeu tais lideranças) era igualmente, talvez por isso mesmo, um tanto quanto inimiga do trabalho.

Da mesma forma, sempre que é descrita, a corrupção não surge nas páginas destes jornais como fenômeno decorrente da atividade administrativa e do jogo político, onde quer que eles ocorram no planeta, mas sempre como uma característica específica do nosso País, segundo eles, *pouco desenvolvido*. Não é por acaso, portanto, que soa e constantemente reverbera como plenamente incorporado ao discurso desta imprensa a noção de que *o Brasil não é um país sério*, o que é reforçado por afirmações recorrentes de que *pode-se pensar em qualquer absurdo que ele já terá acontecido por aqui*.

Na esteira deste raciocínio, é possível encontrar nas edições pesquisadas algumas referências estereotipadas aos infortúnios do sertanejo pobre e sempre castigado pela seca, como igualmente à

paixão nacional pelo carnaval e pelo futebol, a uma pretensa democracia racial erguida em nome da harmoniosa *comunhão das raças*, entre outras noções correlatas. Os discursos dando conta do papel da mulher nesta sociedade em evolução também merecem registro e apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados.

Seguindo a mesma estratégia de atacar a autoestima nacional para atingir os governantes, aos quais eventualmente faziam oposição, os responsáveis pelos periódicos de Cachoeira também não tinham qualquer parcimônia em *denunciar* o que identificavam como *a decadência da Bahia*, lembrando com frequência em seus artigos que *entre nós* as coisas seriam sempre *diferentes*. Pois – apesar de tratar-se do berço do País, lugar de grande riqueza natural e de cultura primitiva e artesanal, segundo admitiam com frequência – enquanto há ordem e desenvolvimento nas demais províncias, aqui impera sempre o marasmo e o atraso.

Desta forma, a regra geral para os textos produzidos pelos redatores dos jornais que então se encontravam na oposição era abusar do argumento de que lá fora – sobretudo nas localidades do Sul – se cuida de trabalhar duro e buscar o progresso, ao tempo em que *só de política se cuida na Bahia*, esta terra descrita sobretudo como *ingrata* para com os seus mais ilustres filhos.

Se esses autoproclamados homens de imprensa escolhiam descrever deste modo a sua própria terra, seria de admirar que tampouco se fizessem de rogados para concluir, induzir ou mesmo afirmar com todas as letras que isto ocorre justamente por conta de um povo mestiço e pouco afeito ao trabalho, embora hospitaleiro, sensual e festeiro, quando lhes fosse útil registrar.

Então, em detrimento das evidentes contradições que pudessem cometer, muitas vezes em exemplos encontrados em textos impressos numa só edição, na própria página ou ainda em uma mesma

matéria ou artigo, são abundantes as referências a um baiano (ou brasileiro ou cachoeirano, dependendo do contexto) heroico, destemido, orgulhoso e gloriosamente amante da liberdade, mas ainda assim humilde, ignorante, oprimido e constantemente ameaçado por déspotas.

Como estas conclusões evidenciam, todos eles estão lá, o mulato pachola, a morena sedutora e o preto preguiçoso, estereotipados nas páginas da imprensa regional cachoeirana. Se, evidentemente, ainda não há a preocupação com explorar um eventual potencial turístico ou em promover ou valorizar a identidade cultural ou o patrimônio musical, culinário, artístico, entre outros, certamente estão impressos nela alguns dos indícios de uma construção que pretende demarcar e afirmar a medida do baiano enquanto povo indolente e mestiço, musical, hospitaleiro e festivo, embora ingrato e governado por ladrões. De fato, produzidas pelos redatores de jornais cachoeiranos desde as primeiras décadas do Século XIX, são recorrentes e eloquentes ideias de Bahia e de ser baiano. Ou seja, noções construídas e legitimadas de como deve ser e se comportar os indivíduos do Recôncavo, como sementes daquilo que mais tarde seria definido como *baianidade*.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador: Edufba/Egba, 1996.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil - 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Maria. Carnaval, carnavais: cultura e identidade nacional. In: SEMINÁRIOS DE CARNAVAL, 2., 1999, Salvador. **Anais...** Salvador: Edufba, 1999.

BRONNER, S.E. **Da teoria crítica e seus teóricos**. Campinas: Papius, 1997.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, Aloysio de. A imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 41-62.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONCEIÇÃO, Fernando. Cultura como alienação. **Revista da USP**, São Paulo, n.69, p.60-71, mar/maio, 2006.

CREHAN, Kate. **Gramsci, cultura e antropologia**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche, Freud & Marx: Theatrum filosoficum**. São Paulo: Princípio, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAMEDE, Maria Amélia. **A construção do Nordeste pela mídia**. Fortaleza: [s.n.], 1996.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 2, 2000. p. 190-199.

MOURA, Milton Araújo. **Carnaval e baianidade:** arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. 2001. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

PINHO, Osmundo de Araújo. Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 13, n.36, fev. 1998, 1998. p. 109-120.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo.** Rio de Janeiro: Editora Zélio Valverde, 1946.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável:** o caleidoscópio da cultura. Barueri: Manole, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia:** Idade d'Ouro do Brazil. 2. ed. Salvador: Edufba, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** 10.ed. Salvador: Edufba, 2001.

ZANLORENZI, Elisete. **O mito da preguiça baiana.** 1998. 267 f. tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZUBIETA, Ana Maria. Lo popular y la posibilidad de una crítica política. In: ZUBIETA, Ana Maria (org.) **Cultura popular y cultura de masas:** conceptos, recorridos y polémicas. Buenos Aires: Paidós, 2000. p. 37-41.

## MATÉRIAS E ARTIGOS CITADOS

- 7 DE SETEMBRO. **A Ordem**. Cachoeira, 8 set 1900. p.1.
- 13 DE MAIO. **A Ordem**. Cachoeira, 12 maio. 1900. p.1.
- \_\_\_\_\_. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 19 maio. 1946. p.2.
- 2.o CONGRESSO de Brasilidade. **A Cachoeira**. Cachoeira, 8 nov. 1942. p.2.
- A CONSTITUINTE. **O Argos Cachoeirano**. Cachoeira, 22 out. 1851. p.1.
- A FORMIGA. **A Formiga**. Cachoeira, 15 ago. 1871. p.1.
- A FUTURA deputação nacional. **A Ordem**. Cachoeira, 27 jan. 1900. p.1.
- A GRINALDA. **A Grinalda**. Cachoeira, 22 nov. 1869. p.1
- A GUERRA e suas conseqüências na vida do pobre. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 26 jul. 1942. p.1
- A IRREVERENCIA nos templos. **Jornal da Cachoeira**. Cachoeira, 13 nov. 1857. p.2-3.
- A LOTERIA. **A Ordem**. Cachoeira, 31 ago. 1901. p.1.
- A MORTE do Sr. José Clemente Pereira. **O Vinte e Cinco de Junho**. Cachoeira, 18 abr. 1854. p. 1.
- A NOSSA edilidade. **O Brazil**. Cachoeira, 12 jan. 1886. p. 1-3.
- A QUESTÃO do trabalho. **A Ordem**. Cachoeira, 3 dez. 1888. p.1
- A REPÚBLICA e a verdade eleitoral. **A Ordem**. Cachoeira, 17 fev. 1900. p.1.
- A VERBAÇÃO dos escravos. **Echo do Povo**. Cachoeira, 21 maio. 1881. p.1.
- A VISÃO pragmática de um estadista baiano. **A Ordem**. Cachoeira, 18 maio. 1927. p.1.
- AVOZ da Mocidade. **A Voz da Mocidade**. Cachoeira, 29 set. 1850. p. 1.
- AO BRASIL. **A Ordem**. Cachoeira, 11 dez. 1901. p.1.

- AO PUBLICO. **Jornal da Cachoeira**. Cachoeira, 13 nov. 1857. p.3.
- AGORA é tarde. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 14 out. 1945. p.1.
- AMOR... Amor... **A Ordem**. Cachoeira, 15 ago. 1900. p.2-3.
- ARAÚJO, Abelardo. A gripe que aí está. **A Ordem**. Cachoeira, 5 abr. 1933. p. 1.
- AVULSAS. **A Ordem**. Cachoeira, 21 fev. 1900. p.2.
- \_\_\_\_\_ **A Ordem**. Cachoeira, 11 ago. 1900. p.2.
- \_\_\_\_\_ **A Ordem**. Cachoeira, 13 mar. 1901. p.2.
- AZERÊDO, Augusto de. Adagiário Brasileiro. **A Ordem**. Cachoeira, 1 fev. 1933a. p.1.
- \_\_\_\_\_ Adagiário Brasileiro. **A Ordem**. Cachoeira, 11 mar. 1933b. p.1.
- AZEVEDO, Arthur. Subtilezas. **A Ordem**. Cachoeira, 13 mar 1901. p.1.
- BRASILEIROS. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 23 jul. 1944. p.2.
- CACHOEIRA, João da. Um passeio ao Bomfim. **A Ordem**. Cachoeira, 22 fev. 1933. p.2.
- CAMINHEMOS. **A Ordem**. Cachoeira, 24 nov. 1888. p.1.
- CARINHO de esposa. **O Progresso**. Cachoeira, 23 maio. 1861. p.3.
- CARNAVAL. **A Ordem**. Cachoeira, 21 fev. 1900a. p.1.
- \_\_\_\_\_ **A Ordem**. Cachoeira, 24 fev. 1900b. p.1.
- CARNEIRO, Aydano. Movimento feminista. **A Ordem**. Cachoeira, 6 jan. 1933. p.1.
- CASTRO, Luciano E. Idéias. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 2 jul. 1930. p.4.
- CESARIUS, Alibius. Ff e Rr. **A Ordem**. Cachoeira, 14 abr. 1886. p. 2-3.
- CORRESPONDENCIA particular. **Jornal da Cachoeira**. Cachoeira, 13 nov. 1857. p.1-2.
- COSTA, Dante. Cinema. **A Ordem**. Cachoeira, 1 abr. 1933. p. 4.
- DANTAS, Pedro J. Reflexões derradeiras. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 2 jul. 1930. p.1.

- DECADENCIA da Bahia. **O Americano**. Cachoeira, 12 maio. 1872. p. 2-3.
- DEPOIS da doutrina, o homem. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 31 out. 1943. p.1.
- É DIGNO de providencia. **A Ordem**. Cachoeira, 29 ago. 1877. p.2.
- ECHO Popular. **Echo Popular**. Cachoeira, 24 jun. 1877. p.1.
- EVOcando o passado. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 21 maio. 1944. p.1.
- FIRMO, José. O melhor elogio de Casper. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 24 out. 1943. p.2.
- FIRMO, Nelson. Um estrangeiro que amou o Brasil. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 31 out. 1943. p.1.
- GETULIO Vargas, o heroi do continente. **A Cachoeira**. Cachoeira, 8 nov. 1942. p. 1.
- HOLBACH, Barão de. Variedades. **Recopilador Cachoeirense**. Cachoeira, 12 dez. 1832. p.6.
- IMPrensa e governo. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 2 ago. 1942. p.1.
- INDUSTRIAS e profissões. **A Ordem**. Cachoeira, 19 maio 1900. p.1.
- INTERIOR. **O Constitucional Cachoeirano**. Cachoeira, 28 nov. 1837. p.6.
- J.C. Sobre a mulher. **A Ordem**. Cachoeira, 13 mar. 1901. p.2.
- LOCAÇÃO de serviços. **A Ordem**. Cachoeira, 23 mar. 1901. p.1.
- LONGE vá o agouro. **O Progresso**. Cachoeira, 17 mar. 1873. p 2.
- LYRA, Aderaldo. Saibamos comer. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 2 ago. 1942. p. 2.
- MARQUES, Arthur. Socorro aos flagelados. **A Ordem**. Cachoeira, 18 jan. 1933. p.1.
- \_\_\_\_\_ Epílogo de um jogo. **Pequeno jornal**. Cachoeira, 25 jul. 1943a. p.4.
- \_\_\_\_\_ Chico da Gazeta. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 24 out. 1943b. p.4.

- \_\_\_\_\_ “Trabalho” mal feito. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 31 out. 1943c. p.4.
- MASCARENHAS, José. Obrigado, companheiros. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 25 jul. 1943. p.1.
- MORDOMIA da Casa Imperial. **O Vinte e Cinco de Junho**. Cachoeira, 9 abr. 1854. p.4.
- MOURA, Paulo de Campos. O poderio jornalístico do Brasil. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 25 jul. 1943. p.2.
- NOTA carioca. **Pequeno Jornal**. Cachoeira, 26 jul. 1942. p.1-2.
- NOTICIARIO. **O Santelmo**. Cachoeira, 29 mar. 1880. p.1-2.
- O ALMOTACÉ. **O Almotacé**. Cachoeira, 14 dez. 1850. p.1.
- O AMOR da Patria. **A Voz da Mocidade**. Cachoeira, 10 nov. 1850. p. 3-4.
- O ANNO Bom. **O Americano**. Cachoeira, 1 jan. 1888. p.1.
- O ARGOS Cachoeirano. **O Argos Cachoeirano**. Cachoeira, 7 set. 1850. p.3.
- \_\_\_\_\_ **O Argos Cachoeirano**. Cachoeira, 14 set. 1850. p.2-3.
- \_\_\_\_\_ **O Argos Cachoeirano**. Cachoeira, 25 set. 1850. p.4.
- O CODEÇOS. **O Almotacé**. Cachoeira, 23 jan. 1851. p.3.
- O ESPIRITO liberal. **A Voz da Mocidade**. Cachoeira, 1 dez. 1850. p. 2.
- O INDIFFERENTISMO. **O Argos Cachoeirano**. Cachoeira, 19 out. 1850. p.4.
- O JORNAL. **A Ordem**. Cachoeira, 1 maio. 1901. p.2.
- O JORNALISMO. **A Ordem**. Cachoeira, 7 abr. 1900. p.1.
- O PROGRESSO. **O Progresso**. Cachoeira, 23 maio. 1861. p.1.
- O POVO cachoeirano. **O Povo Cachoeirano**. Cachoeira, 29 abr. 1849. p.1-2.
- \_\_\_\_\_ **O Povo Cachoeirano**. Cachoeira, 6 maio. 1849. p.3.
- \_\_\_\_\_ **O Povo Cachoeirano**. Cachoeira, 17 jun. 1849. p.4.
- O SECULO XIX. **A Voz da Mocidade**. Cachoeira, 6 out. 1850. p. 1-2.

- OS HOMENS de sangue só querem sangue. **O Argos Cachoeira-no.** Cachoeira, 22 out. 1851. p.4.
- ORDEM do dia. **A Almotacé.** Cachoeira, 17 jan. 1851. p.3.
- PANCADAS de amor. **A Ordem.** Cachoeira, 20 abr. 1901. p.2.
- PARABÉNS á Cachoeira. **O Republicano.** Cachoeira, 4 jan.1891. p.1.
- PARTE official. **O Almotacé.** Cachoeira, 20 jan. 1851. p.1.
- PENSAMENTO democrata. **O Vinte e Cinco de Junho.** Cachoeira, 18 abr. 1854. p.3.
- PIERRE, Robes. Questões palpitantes. **A Ordem.** Cachoeira, 18 fev. 1933. p.1.
- PORQUE será? **O Futuro.** Cachoeira, 14 fev. 1880. p.2.
- PREFEITO de Santo Antonio de Jesus. **Pequeno Jornal.** Cachoeira, 19 maio 1946. p.4.
- PROGREDIOR. **A Ordem.** Cachoeira, 27 fev. 1900. p.1.
- PUBLICAÇÕES diversas. **A Verdade.** Cachoeira, 12 maio. 1887. p.2.
- QUAL o candidato do povo? **A Ordem.** Cachoeira, 12 out. 1901. p.1.
- SABINO, Ignez. A mulher brasileira. **A Ordem.** Cachoeira, 6 fev. 1901. p.2.
- SENTINELLA da Liberdade. **Sentinella da Liberdade.** Cachoeira, 12 dez. 1870. p.1.
- SILVA, Nelson. O Divorcio. **A Ordem.** Cachoeira, 22 fev. 1933. p.1.
- SÓ o rei governa. **A Verdade.** Cachoeira, 2 out. 1887. p.1.
- SOARES, P. O futuro. **O Americano.** Cachoeira, 1878. p.1-2.
- SOUZA, Santos. Contemporaneidades. **O Americano.** Cachoeira, 2 maio. 1888. p.2.
- TELES, Ary. A vitória do Pequeno Jornal. **Pequeno Jornal.** Cachoeira, 1 jan. 1942. p.1.
- TEREMOS mesmo eleições em Maio? **A Ordem.** Cachoeira, 18 mar. 1933. p.2.
- TERRA infeliz. **Pequeno Jornal.** Cachoeira, 21 maio. 1944. p.1.

THEORIA do progresso. **O Paraguassu**. Cachoeira, 8 dez. 1859. p.1-2.  
UM ALBUM. **A Grinalda**. Cachoeira, 28 mar. 1869. p.2.  
UM CRIMINOSO. **A Ordem**. Cachoeira, 28 ago. 1901. p.1.  
VARIEDADES. **Diário da Cachoeira**. Cachoeira, 8 out. 1880. p.2.  
VELHO, Ervidio P. S. **A Ordem**. Cachoeira, 24 nov. 1888. p.3.  
\_\_\_\_\_ A imigração chinesa. **A Ordem**. Cachoeira, 3 dez. 1888. p.3

### RELAÇÃO DOS JORNAIS DA CACHOEIRA - 1823 A 1938

- O Independente Constitucional (folha oficial do Conselho Interino do Governo da Bahia): fundado em 1º de março de 1823. Em agosto deste mesmo ano foi transferido para Salvador, onde foi publicado até 1827. A partir de 1825, contudo, foi acrescentado ao título o termo Diário.
- *O Recopilador Cachoeirense* (semanário político): junho ou julho de 1832 até 1837
- *Jornal de Agricultura*: novembro de 1835
- *O Constitucional Cachoeirano* (folha oficial contra a revolta da Sabinada): dezembro de 1837 a 1838
- *O Legalista* (periódico bissemanal contrário aos rebeldes da Sabinada): 18 de dezembro de 1837 até 18 de março de 1838, quando passou a ser editado na capital do estado.
- *Pedro II e Constituição* (contrário à revolta da Sabinada): janeiro de 1838

- *O Americano* (defensor da liberdade constitucional): 28 de janeiro de 1840. Outro jornal com o mesmo nome, editado pelo Partido Liberal, circulou de 30 de janeiro de 1867 a 1895.
- *O Conciliador Cachoeirano* (jornal bissemanal literário, moral e político): maio de 1840
- *O Brasileiro* (periódico bissemanal): janeiro de 1841 a 1846
- *O Paraguassu* (periódico bissemanal político, literário e comercial): 10 de fevereiro de 1847. Outro jornal com o mesmo nome, definindo-se como periódico político, noticioso e literário, circulou em dezembro de 1859.
- *O Cachoeirano* (jornal político liberal, literário e moral): 3 de setembro de 1847 a 1849. Outro jornal com o mesmo nome circulou como órgão do Partido Republicano Constitucional, entre 12 de agosto de 1896 e 1897.
- *O Daguerreótipo* (periódico crítico e noticioso semanal): novembro de 1847
- *O Nacional* (periódico político conservador): dezembro de 1848
- *O Povo Cachoeirano* (periódico político liberal): entre março e abril de 1849
- *O Argos Cachoeirano* (periódico político, literário e moral): 7 de setembro de 1850 a março de 1852
- *A Voz da Mocidade* (periódico literário, doutrinário e moral): 7 de setembro de 1850 a 1851

- *O Almotacé* (periódico *crítico-despertante*): 14 de dezembro de 1850 até 1851
- *O Apóstolo da Cachoeira* (periódico republicano e constitucional): 22 de novembro de 1851 a 1852. Saíram apenas sete números, porque o seu redator foi processado e levado a júri.
- *O Beija-flor* (semanário de pequeno formato redigido por estudantes): 22 de janeiro de 1852
- *O Prelo* (periódico noticioso, literário e comercial): janeiro de 1852 a 1853. Outro jornal circulou com o mesmo nome em dezembro de 1859
- *O Vinte e Cinco de Junho* (jornal político liberal, literário e comercial): 6 de junho de 1853 a 1855
- *A Marmota Cachoeirana*: dezembro de 1853 a 1854
- *A Mutuca* (periódico político republicano): junho de 1854
- *O Ortodoxo*: 1854 a 1856
- *Jornal da Cachoeira* (órgão noticioso e literário bissemanal): 5 de março de 1855 a agosto de 1861. Saía a princípio com o nome *O Jornal*.
- *O Noticiador Cachoeirano* (periódico literário e comercial): março de 1855 a 1856
- *O Defensor Cachoeirano* (publicação hebdomadária): 7 de setembro de 1857 a 1860

- *O Jovem Cachoeirano* (periódico literário de pequeno formato): 10 de abril de 1859 a 1862
- *O Progresso* (órgão do partido conservador, noticioso e literário): 2 de janeiro de 1860 a 10 de maio de 1879
- *A Urtiga* (periódico crítico e chistoso): novembro de 1860
- *A Marmota* (periódico *joco-sério* e literário): fevereiro de 1862
- *O Suspiro* (jornal literário e recreativo): 1863
- *O Brasil* (semanário político de instrução e recreio): 1866
- *O Lynce* (periódico crítico e literário): junho de 1867
- *A Formiga* (periódico liberal político e chistoso): 1º de fevereiro de 1869 a 1872
- *A Grinalda* (periódico literário, recreativo e religioso): março de 1869 a novembro de 1870
- *O Vergel* (periódico literário e recreativo): outubro de 1869 a 1870
- *O Crítico*: 1869 até 29 de maio de 1870
- *O Brado do Povo* (periódico político liberal): maio de 1870
- *A Lyra* (periódico semanal literário e recreativo): 29 de maio de 1870 a 1871. Outro jornal de mesmo nome circulou em 1880.

- *A Ordem* (folha popular de maior circulação do interior do estado na época): 2 de junho de 1870 a 1935
- *O Patusco* (periódico para fazer rir): 17 de junho de 1870
- *A Sempre-Viva* (periódico quinzenal científico, literário e recreativo): 7 de setembro de 1870
- *A Imprensa*: 3 de dezembro de 1870 a 1871. Outro periódico com o mesmo nome, que se autodenominava como órgão noticioso, literário e abolicionista, circulou em 1884. E novamente foi publicado com a mesma denominação jornal político, noticioso e beletrista em 12 de março de 1933.
- *Sentinella da Liberdade* (periódico semanal democrático, noticioso, literário e comercial): 3 de dezembro de 1870 a julho de 1871
- *O Typographo* (periódico literário e noticioso): junho de 1871 a 1872
- *A Pulga* (periódico chistoso sob os auspícios do Partido Conservador): setembro de 1871
- *O Brazil* (órgão do Partido Conservador): 22 de março de 1872. Outro jornal circulou com o mesmo nome em 1886 e novamente em 30 de janeiro de 1893, desta vez por iniciativa de uma associação.
- *O Tamanduá* (periódico avulso de redação anônima): 23 de março de 1872
- *A Esperança* (periódico semanal literário e recreativo): 11 de agosto até outubro de 1872

- *O Artista* (periódico literário e recreativo): abril de 1873
- *O Século* (periódico bissemanal político, literário e noticioso): 1º de agosto de 1873 a 1874
- *Echo Popular* (periódico político liberal, noticioso e comercial): 27 de julho de 1874 a agosto de 1880
- *O Archivo* (periódico literário e recreativo, de propriedade de Cincinnati Melchiades): 9 de agosto de 1874 a 1877. Outro jornal com o mesmo nome circulou entre 20 de fevereiro de 1916 e novamente em 1918.
- *A Verdade* (semanário político e chistoso, adepto das ideias liberais): 25 de maio de 1876 a 1884
- *O Guarany* (diário de pequeno formato, noticioso, literário e comercial): 4 de abril de 1877 a 1896. Outro jornal com o mesmo nome voltou a circular mais recentemente, entre 1995 e 2004, embora de maneira muito irregular e sem periodicidade estabelecida.
- *O Futuro* (órgão literário, pilhérico e comercial): 10 de fevereiro de 1878 a 1880
- *O Domingo* (pequeno periódico literário que circulava aos domingos): 4 de maio de 1878
- *A Palavra*: circulou provavelmente apenas no ano de 1879
- *O Santelmo* (jornal literário e noticioso): fevereiro de 1880. Outro jornal com o mesmo nome circulou entre 25 de junho de 1891 a

1893. Reapareceu a 3 de maio de 1899, mas novamente com curta duração.

- *O Raio* (jornal crítico, literário e noticioso): 1º de junho de 1880
- *Diário da Cachoeira* (folha diária independente): 1º de setembro de 1880 a 1881
- *Gazeta de Notícias* (folha diária independente): 28 de outubro de 1880 a 1881
- *O Rochedo* (gazeta democrata em bem da educação popular): dezembro de 1880
- *Revista das Senhoras* (publicação semanal instrutiva e literária): 1º de fevereiro de 1881 a 3 de novembro de 1885
- *Echo do Povo* (órgão literário e noticioso de interesses locais): maio de 1881
- *A Faisca* (periódico literário e noticioso): 1881 a 1883
- *O Lutador* (periódico literário e chistoso): outubro de 1882
- *Planeta Vênus* (periódico literário de periodicidade indeterminada): 1883 a 1888
- *Instrução e Recreio* (revista bibliográfica, literária, científica, histórica, romântica e poética) junho de 1886 a 1887
- *Jornal da Tarde* (veículo noticioso de periodicidade indeterminada): 24 de março de 1887 a 1888

- *O Tempo* (hebdomadário político liberal e noticioso): 14 de setembro de 1887 a 1895
- *O Asteróide* (órgão de propaganda abolicionista): 23 de setembro de 1887 a 1889
- *A Luz*: 1888. Outro jornal com o mesmo nome foi lançado em 21 de janeiro de 1900 e circulou até 1º de março de 1908
- *Heroes* (edição especial): 1888
- *A Pátria*: 7 de setembro de 1888 a 1889
- *A Diamantina Lei* (edição especial em homenagem à imprensa): 13 de maio de 1889
- *O Amerino* (pequeno jornal literário, crítico e recreativo): 1º de agosto de 1889
- *O Republicano* (periódico político, noticioso e comercial, órgão do Partido Republicano): 17 de abril de 1890 a 1891
- *A Vida* (jornal literário de distribuição gratuita): 1892 a 1904, com um período de interrupção entre 1893 e 1900
- *O Vigia da Serra* (boletim da semana): setembro de 1894
- *A Cachoeira* (órgão do Partido Republicano Federal): 24 de setembro de 1896 a 1916. Outro jornal de mesmo nome, semanário noticioso e literário, circulou entre 18 de abril de 1934 até pelo menos o ano de 1938, época do último levantamento sistemático a respeito. Nova tentativa de reativar o título foi realizada entre os anos de 1971 e 1989.

- *A Democracia*: 4 de abril a dezembro de 1897
- *O Esforço* (periódico literário de pequeno formato): 7 de novembro de 1897
- *Sete de Janeiro* (órgão do Clube Caixeiral Cachoeirense): 7 de janeiro de 1900
- *Sete de Setembro* (também pertencente ao Clube Caixeiral Cachoeirense): 7 de setembro de 1900
- *A Idéia* (periódico dedicado ao “belo sexo”): 1900 a 1901
- *O Pic-Nic* (periódico crítico e satírico): 25 de dezembro de 1902
- *O Labor* (semanário de pequeno formato): 7 de junho de 1903 a 1907
- *X.P.T.O.* (órgão de propaganda de pequeno formato): 16 de agosto a novembro de 1903
- *O Colibri*: 1 de janeiro de 1904. Outro jornal com o mesmo nome circulou em 1916.
- *O Ypiranga* (órgão de propaganda): 7 de setembro de 1904
- *O Pimentão* (órgão crítico, literário, humorístico e republicano): 4 de dezembro de 1904 a 1905
- *O Leme* (jornal de pequeno formato publicado aos domingos): 11 de dezembro de 1904

- *O Mariola* (periódico dominical cáustico e humorístico): 19 de maio de 1905 até 23 de janeiro de 1906
- *O Marche-Marche* (jornal semanal ilustrado, crítico e humorístico): 10 de abril de 1906 a 1 de março de 1908
- *A Infância* (órgão da Escola Americana): 7 de maio de 1906 a 3 de junho de 1907
- *O Pharol* (jornal cristão de distribuição gratuita): 13 de outubro de 1906 a 1907
- *O Filhote*: 13 de novembro de 1906 a 15 de janeiro de 1907
- *O Lápis* (órgão literário e satírico): 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 1909
- *Tribuna do Povo* (publicação semanal): 6 de agosto de 1909 a 1911
- *O Relâmpago* (órgão crítico, noticioso e literário): 11 de junho a 2 de julho de 1911
- *A Voz do Povo* (semanário político, literário e noticioso de grande circulação): 10 de outubro de 1911 a 24 de junho de 1913, quando se transferiu para a Capital.
- *Pequeno Jornal* (semanário independente noticioso): 1º de janeiro de 1912 até pelo menos 1946.
- *O Rebate*: 15 de outubro de 1913. Outro jornal com o mesmo nome foi lançado em 20 de outubro de 1937

- O Norte (jornal político, noticioso e literário): 21 de novembro de 1913 a 1927, com várias interrupções nesse período
- *O Social* (jornal semanal literário, noticioso e comercial): 31 de março a 13 de outubro de 1915. Outro jornal de mesmo nome circulou como órgão do Partido Social Democrata entre 6 de agosto de 1933 e 16 de novembro de 1937
- O Dever (publicação semanal): 9 de janeiro de 1916
- A Árvore (revista quinzenal lítero-social): 8 de outubro de 1916
- Almenáras (revista mensal literária, científica, humorística, comercial e noticiosa): 27 de março de 1921
- *O Ban-Ban-Ban* (periódico de pequeno formato humorístico e literário): 7 de maio de 1922
- *Phenix* (revista mensal ilustrada, literária, comercial, industrial e artística): 14 de junho de 1929. Um jornal dominical com mesmo nome foi lançado em 22 de março de 1931
- *O Alarme* (periódico crítico, humorístico e literário): 28 de julho de 1929
- *O Clarim*: 5 de outubro de 1930
- *O Liberal* (órgão liberal e revolucionário): 13 de novembro e 1930
- *O Brado* (periódico humorístico, crítico e noticioso): 4 de agosto de 1932

- *O Anunciador* (periódico crítico, humorístico, noticioso e literário): 28 de abril de 1933
- *O Combate* (órgão independente noticioso e literário): 12 de abril de 1934
- *O Alfinete* (periódico crítico, humorístico, noticioso e literário): 22 de abril de 1934
- *Brasil Menino* (jornal mensal de artes e letras da Escola Profissional de Cachoeira): 31 de março de 1938
- *O Esporte* (semanário esportivo, crítico e comercial): 20 de agosto de 1938
- *Ateneu* (órgão mensal do Colégio Ateneu Cachoeirano): 25 de junho de 1938

Este livro foi diagramado na fonte  
Garamond e impresso em papel  
Pólen 80 grs., em Janeiro de 2019,  
na RDS Gráfica e Editora Ltda.,  
em Fortaleza - Ceará - Brasil.